

ANEXOS

Sónia Teresa Simões da Costa

EDUCAÇÃO E MUNICIPALIDADE: RECIPROCIDADES E FUTURAS

Estudo de caso no concelho de Penacova

Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação, especialização em Planificação e Administração Escolares, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, sob a orientação da Professora Doutora Armanda Pinto da Mota Matos.

Julho de 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ANEXOS

ANEXO 1 - Guiões das Entrevistas

ANEXO 2 - Transcrição das Entrevistas

ANEXO 3 - Categorização dos dados recolhidos a partir das Entrevistas

ANEXO 1 - Guiões das Entrevistas

GUIÃO DE ENTREVISTA - 1

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Professor – Presidente do Conselho Geral

Data: 04-04-2011

Hora: 16h

Local: Sede do Agrupamento de Escolas de Penacova

Recursos: gravador

BLOCOS	Objetivo do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso e de aferição
BLOCO 1 – Legitimação de entrevista		Agradecer a disponibilidade; informar sobre o uso do gravador; explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo; colocar a entrevistada na situação de colaborador; garantir a confidencialidade dos dados; explicar o procedimento.	
BLOCO 2 – Educação e municipalidade; importância do <i>local</i> em educação	Obter dados sobre a perceção dos professores do Agrupamento de Escolas de Penacova acerca da atuação educativa municipal (ainda em termos gerais/abrangentes).	<p>- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?</p> <p>- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?</p>	<p>- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?</p> <p>- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.</p> <p>- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa? Justifique.</p> <p>- No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os</p>

			<p>municípios? - E que obstáculos encontram?</p>
<p>BLOCO 3 – Evolução da intervenção educativa municipal (crescente alargamento de competências)</p>	<p>Obter dados sobre o modo como os professores do Agrupamento de Escolas de Penacova encara o alargamento das competências educativas municipais</p>	<p>- Como perceciona a evolução das competências dos municípios em termos educativos?</p> <p>- Como é que o Agrupamento de Escolas tem vindo a fazer face a este crescente alargamento de competências educativas dos municípios?</p>	<p>- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração? - Vê vantagens no reforço da intervenção educativa dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens? - Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique. - Considera necessária uma maior intervenção municipal? Com que objetivo? Em que áreas?</p> <p>- Quais as maiores mudanças decorrentes de tal alargamento? - Em que áreas se localizam? - Cite exemplos. - Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.</p>
<p>BLOCO 4 – Atuação educativa municipal</p>	<p>Obter dados sobre a atuação educativa municipal, a sua relação com a comunidade educativa e com a região e ainda sobre os problemas/dificuldades que marcam o concelho de Penacova em termos educativos.</p>	<p>- Na sua opinião, como se concretiza a atuação do município em termos educativos?</p>	<p>- O município participa efetivamente na resolução de problemas educativos. Justifique. Cite exemplos. - O município intervém por iniciativa própria ou apenas quando é solicitado pela escola? - O Agrupamento sente reciprocidade por parte da Câmara Municipal para a concretização das políticas educativas? - O município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento? - Que tipo de apoio é solicitado pelo</p>

			<p>Agrupamento à Autarquia? Dê exemplos concretos.</p> <p>- O município intervém ao nível da formação profissional? De que modo?</p>
BLOCO 5 – Atribuições	<p>Obter dados sobre a operacionalização das atribuições municipais consignadas na lei e sobre a perceção dos professores Escolas de Penacova acerca destas mesmas atribuições e da necessidade (ou não) de uma maior transferência.</p>	<p>- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa?</p>	<p>- Considera que as competências educativas municipais já regulamentadas são de fácil operacionalização? Porquê?</p>
BLOCO 6 – Conselho Geral	<p>Recolher dados sobre a constituição e modo de atuação do Conselho Geral enquanto órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras das atividades da escola.</p>	<p>- De que modo é que o Conselho Geral contribui para a operacionalização da política de educação local?</p> <p>- Que importância atribui à participação da Autarquia no Conselho Geral?</p> <p>- Como descreve a participação da Autarquia no Conselho Geral?</p>	<p>- Quais os elementos do Agrupamento que constituem o Conselho Geral?</p> <p>- Quais os critérios que estiveram na base da seleção desses elementos?</p> <p>- Através do Conselho Geral, a comunidade (com a representação municipal) consegue ter uma participação efetiva na vida da escola?</p> <p>- Com o Dec.-Lei 75/2008, há um reforço da participação da Autarquia no Conselho Geral. Como encara este facto?</p> <p>- Como considera que os restantes membros do Conselho Geral encaram o reforço da participação da Autarquia?</p> <p>- Pensa que, em termos práticos, alguma coisa mudou?</p> <p>- A Autarquia passou a ter mais capacidade de intervenção na definição das linhas orientadoras da política da escola? De que forma?</p>
BLOCO 7 – Relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova	<p>Obter dados sobre as relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova e</p>	<p>- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.</p>	<p>- De que modo é que o município, ao concretizar as suas políticas educativas, colabora com a escola?</p>

	a forma como contribuem para a concretização de uma política educativa local.		Existe reciprocidade? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade? - A escola é receptiva à atuação educativa municipal? Porquê? - Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento com a escola?
BLOCO 8 – A Autarquia e o Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	Obter dados sobre a perceção dos professores do Agrupamento de Escolas de Penacova sobre os mega-agrupamentos e, particularizando, sobre a constituição do Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento? - Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.	- É mais fácil a cooperação com a Câmara nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê? - Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva? - Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos? - Quais as dificuldades que levantam?
BLOCO 9 – A atuação educativa municipal no futuro	Obter dados sobre a imagem dos professores do Agrupamento de Escolas de Penacova acerca da atuação educativa municipal no futuro	- Na sua opinião, que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?	- Que resultados espera virem a alcançados através da política educativa desenvolvida neste concelho?
BLOCO 10 – Síntese e metareflexão sobre a própria entrevista; agradecimentos	Captar o sentido que o entrevistado dá à situação da entrevista	Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma	

¹ Guião elaborado com base em AMADO, João da Silva (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

GUIÃO DE ENTREVISTA - 2

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Coordenadora do 1º CEB

Data: 22-06-2011

Hora: 10h

Local: Sede do Agrupamento de Escolas de Penacova

Recursos: gravador

BLOCOS	Objetivo do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso e de aferição
BLOCO 1 – Legitimação de entrevista		Agradecer a disponibilidade; informar sobre o uso do gravador; explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo; colocar a entrevistada na situação de colaborador; garantir a confidencialidade dos dados; explicar o procedimento.	
BLOCO 2 – Educação e municipalidade; importância do <i>local</i> em educação	Obter dados sobre a perceção dos professores do 1º CEB do Agrupamento de Escolas de Penacova acerca da atuação educativa municipal (ainda em termos gerais/abrangentes).	<p>- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?</p> <p>- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?</p>	<p>- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?</p> <p>- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.</p> <p>- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa? Justifique.</p> <p>- No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os municípios?</p>

			- E que obstáculos encontram?
BLOCO 3 – Evolução da intervenção educativa municipal (crescente alargamento de competências)	Obter dados sobre o modo como os professores do 1º CEB do Agrupamento de Escolas de Penacova encara o alargamento das competências educativas municipais	- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?	- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração? - Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens? - Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique. - No âmbito específico do 1º CEB, considera necessária uma maior intervenção municipal? Com que objetivo? Em que áreas?
BLOCO 4 – Atuação educativa municipal	Obter dados sobre a atuação educativa municipal, a sua relação com a comunidade educativa e com a região e ainda sobre os problemas/dificuldades que marcam o concelho de Penacova em termos educativos (ao nível do 1º CEB)	- No caso específico do município de Penacova, como intervém ao nível do 1º CEB?	- Considera benéfica a criação do Centro Escolar de Penacova e o conseqüente encerramento de várias escolas do 1º CEB no concelho? - O município participa efetivamente na resolução de problemas surgidos neste nível de ensino? Justifique. Cite exemplos. - O município intervém por iniciativa própria ou apenas quando é solicitado pela escola? - É sentida reciprocidade por parte da Câmara Municipal para a resolução de problemas surgidos no âmbito do 1º CEB? - Como é que a participação mais ativa do município na educação, especificamente no 1º CEB, contribui para estreitar as relações entre a escola e o contexto sócio-cultural em que está inserida? - É de opinião de que as sensibilidades e conceções educativas dos agentes municipais

			<p>contribuem para o desenvolvimento educativo do concelho mesmo em detrimento dos suportes legislativos de referência? Cite exemplos. Justifique.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A transversalidade em educação é uma utopia ou uma realidade? Justifique. - Como é que o município contribui para a existência dessa transversalidade? - Quais os principais problemas deste concelho no âmbito específico do 1ºCEB? - Como percebe a atuação da autarquia no sentido de lhes fazer face? - A Câmara organiza diligências no sentido de cooperar com a Escola para os resolver? Quais? Em que circunstâncias?
BLOCO 5 – Atribuições consignadas na lei	<p>Obter dados sobre a operacionalização das atribuições municipais consignadas na lei e sobre a perceção dos professores do 1º CEB Agrupamento de Escolas de Penacova acerca destas mesmas atribuições e da necessidade (ou não) de uma maior transferência.</p>	<p>- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa, ao nível do 1º CEB?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É preocupação do município assegurar efetivamente a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação do Ensino Básico? Cite exemplos. - De que modo asseguram os transportes escolares? - E a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos do Ensino Básico? - Há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar? Ele é assegurado? - Como apoiam o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa no Ensino Básico? Cite exemplos. - De que modo participam no apoio à educação extraescolar? - Como gerem o pessoal não docente do Ensino Básico? - Em que moldes

		<ul style="list-style-type: none"> - É de opinião de que é necessário transferir ainda mais responsabilidades educativas para as autarquias ou para outras instâncias deslocalizadas? Porquê? - Como é que a Câmara concretiza as Atividades Extra Curriculares? 	<p>desenvolvem a ação social escolar para o Primeiro Ciclo do Ensino Básico?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Este reforço de competências traria benefícios para as escolas? Quais? E para o Ensino Básico em particular? Quais? - Como é a relação com as escolas? - Quais as atividades oferecidas? - Há parcerias estabelecidas? Com que instituições? Quais os critérios de eleição destas instituições? - Encontram dificuldades na operacionalização das AEC? Quais? - Na sua opinião, as AEC trazem realmente vantagens para os alunos? E para as famílias?
BLOCO 6 – Atribuições não consignadas na lei	Obter dados sobre a atuação educativa municipal em domínios não marcados pela obrigatoriedade legal, no âmbito do 1º CEB	<ul style="list-style-type: none"> - Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume o município de Penacova para o Ensino Básico? 	<ul style="list-style-type: none"> - Como é que a atuação do município no domínio das não competências pode trazer benefícios educativos? - Quais as ações que concretizam no plano das não competências? Porquê essas e não outras? Que mais haveria a fazer nesta área? - Há projetos sócio-educativos da iniciativa da Autarquia? Quais? Como os avalia?
BLOCO 7 – Relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova	Obter dados sobre as relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova e a forma como contribuem para a concretização de uma política educativa local.	<ul style="list-style-type: none"> - Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> - A Escola sente reciprocidade por parte do município para a concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade? - A escola é receptiva à atuação educativa municipal? Porquê? - Quais os canais de comunicação utilizados

		<p>- É de opinião de que o município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento ou ultrapassa esta dimensão meramente económica? Explique porquê.</p>	<p>para a manutenção do relacionamento com a escola?</p> <p>- Que tipo de apoio é solicitado pelo Agrupamento à autarquia? Dê exemplos concretos.</p>
BLOCO 10 – A Autarquia e o Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	Obter dados sobre a perceção dos educadores do Agrupamento de Escolas de Penacova sobre os mega-agrupamentos e, particularizando, sobre a constituição do Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	<p>- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?</p> <p>- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.</p>	<p>- É mais fácil a cooperação com a Câmara nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?</p> <p>- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?</p> <p>- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?</p> <p>- Quais as dificuldades que levantam?</p>
BLOCO 11 – A atuação educativa municipal no futuro	Obter dados sobre a imagem dos educadores do Agrupamento de Escolas de Penacova acerca da atuação educativa municipal no futuro	- Na sua opinião, que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?	- Que resultados espera virem a alcançados através da política educativa desenvolvida neste concelho?
BLOCO 12 – Síntese e metareflexão sobre a própria entrevista; agradecimentos	Captar o sentido que o entrevistado dá à situação da entrevista	Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma	

² Guião elaborado com base em AMADO, João da Silva (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

GUIÃO DE ENTREVISTA - 3

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Coordenadora do Pré-Escolar

Data: 06-06-2011

Hora: 10h

Local: Sede do Agrupamento de Escolas de Penacova

Recursos: gravador

BLOCOS	Objetivo do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso e de aferição
BLOCO 1 – Legitimação de entrevista		Agradecer a disponibilidade; informar sobre o uso do gravador; explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo; colocar a entrevistada na situação de colaborador; garantir a confidencialidade dos dados; explicar o procedimento.	
BLOCO 2 – Educação e municipalidade; importância do <i>local</i> em educação	Obter dados sobre a perceção dos educadores do Agrupamento de Escolas de Penacova acerca da atuação educativa municipal (ainda em termos gerais/abrangentes).	<p>- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?</p> <p>- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?</p>	<p>- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?</p> <p>- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.</p> <p>- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa? Justifique.</p> <p>- No âmbito desta intervenção, que potencialidades</p>

			<p>possuem os municípios? - E que obstáculos encontram?</p>
<p>BLOCO 3 – Evolução da intervenção educativa municipal (crescente alargamento de competências)</p>	<p>Obter dados sobre o modo como os educadores do Agrupamento de Escolas de Penacova encara o alargamento das competências educativas municipais</p>	<p>- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?</p>	<p>- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorde com esta alteração? - Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens? - Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique. - No âmbito específico da Educação Pré-Escolar, considera necessária uma maior intervenção municipal? Com que objetivo? Em que áreas?</p>
<p>BLOCO 4 – Atuação educativa municipal</p>	<p>Obter dados sobre a atuação educativa municipal, a sua relação com a comunidade educativa e com a região e ainda sobre os problemas/dificuldades que marcam o concelho de Penacova em termos educativos (ao nível do Ensino Pré-Escolar)</p>	<p>- No caso específico do município de Penacova, como intervém ao nível da Educação Pré-Escolar?</p>	<p>- O município participa efetivamente na resolução de problemas surgidos neste nível de ensino? Justifique. Cite exemplos. - O município intervém por iniciativa própria ou apenas quando é solicitado pela escola? - É sentida reciprocidade por parte da Câmara Municipal para a resolução de problemas surgidos no âmbito do Ensino Pré-Escolar? - Como é que a participação mais ativa do município na educação, especificamente na Educação Pré-Escolar, contribui para estreitar as relações entre a escola e o contexto sócio-cultural em que está inserida? - É de opinião de que as sensibilidades e conceções educativas dos agentes municipais contribuem para o</p>

			<p>desenvolvimento educativo do concelho mesmo em detrimento dos suportes legislativos de referência? Cite exemplos. Justifique.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A transversalidade em educação é uma utopia ou uma realidade? Justifique. - Como é que o município contribui para a existência dessa transversalidade? - Quais os principais problemas deste concelho em matéria de Educação Pré-Escolar? - Como perceciona a atuação da autarquia no sentido de lhes fazer face? - A Câmara organiza diligências no sentido de cooperar com a Escola para os resolver? Quais? Em que circunstâncias?
BLOCO 5 – Atribuições consignadas na lei	<p>Obter dados sobre a operacionalização das atribuições municipais consignadas na lei e sobre a perceção dos educadores do Agrupamento de Escolas de Penacova acerca destas mesmas atribuições e da necessidade (ou não) de uma maior transferência.</p>	<p>- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa, ao nível da Educação Pré-Escolar?</p>	<p>- É preocupação do município assegurar efetivamente a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar? Cite exemplos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - De que modo asseguram os transportes escolares? - E a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar? - Há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar? Ele é assegurado? - Como apoiam o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na Educação Pré-Escolar? Cite exemplos. - A Câmara apoia o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na Educação Pré-Escolar? Quais? Considera esse apoio suficiente? Se não considera, em que

		<p>- É de opinião de que é necessário transferir ainda mais responsabilidades educativas para as autarquias ou para outras instâncias deslocalizadas? Porquê?</p>	<p>medida é que o município o podia reforçar?</p> <p>- Como gerem o pessoal não docente da Educação Pré-Escolar?</p> <p>- Em que moldes desenvolvem a ação social escolar para os alunos do Ensino Pré-escolar?</p> <p>- Este reforço de competências traria benefícios para as escolas? Quais? E para o Ensino Pré-Escolar em particular? Quais?</p>
BLOCO 6 – Atribuições não consignadas na lei	<p>Obter dados sobre a atuação educativa municipal em domínios não marcados pela obrigatoriedade legal, no âmbito da Educação Pré-Escolar.</p>	<p>- Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume o município de Penacova para a Educação Pré-Escolar?</p>	<p>- Como é que a atuação do município no domínio das não competências pode trazer benefícios educativos?</p> <p>- Quais as ações que concretizam no plano das não competências? Porquê essas e não outras? Que mais haveria a fazer nesta área?</p> <p>- Há projetos sócio-educativos da iniciativa da Autarquia? Quais? Como os avalia?</p>
BLOCO 7 – Conselho Municipal de Educação	<p>Recolher dados sobre o modo de funcionamento e a formação do Conselho Municipal de Educação enquanto agente definidor de uma política educativa local.</p>	<p>Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação na regulação do sistema educativo local?</p> <p>- Como encara as competências definidas para o Conselho Municipal de Educação?</p>	<p>- Qual a constituição do Conselho Municipal de Educação?</p> <p>- O que pensa da composição do Conselho Municipal de Educação prevista na lei?</p> <p>- Qual o processo de designação dos seus membros? Como foram designados os representantes do pessoal docente – e o da educação pré-escolar pública?</p> <p>- Dê exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão.</p> <p>- Em que medida é que</p>

		<p>- Que importância atribui à Carta Educativa?</p>	<p>o Conselho Municipal de Educação tem concretizado essas funções. Cite exemplos.</p> <p>- A Carta Educativa apresenta-se efetivamente como um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal?</p> <p>- Em termos práticos, como faz a prospeção do cenário educativo deste município?</p>
<p>BLOCO 8 – Relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova</p>	<p>Obter dados sobre as relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova e a forma como contribuem para a concretização de uma política educativa local.</p>	<p>- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.</p> <p>- É de opinião de que o município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento ou ultrapassa esta dimensão meramente económica? Explique porquê.</p>	<p>- A Escola sente reciprocidade por parte do município para a concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade?</p> <p>- A escola é recetiva à atuação educativa municipal? Porquê?</p> <p>- Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento com a escola?</p> <p>- Que tipo de apoio é solicitado pelo Agrupamento à autarquia? Dê exemplos concretos.</p>
<p>BLOCO 9 – A Autarquia e o Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova</p>	<p>Obter dados sobre a perceção dos educadores do Agrupamento de Escolas de Penacova sobre os mega-agrupamentos e, particularizando, sobre a constituição do Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova</p>	<p>- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?</p> <p>- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.</p>	<p>- É mais fácil a cooperação com a Câmara nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?</p> <p>- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?</p> <p>- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?</p> <p>- Quais as dificuldades que levantam?</p>
<p>BLOCO 10 – A atuação educativa municipal no futuro</p>	<p>Obter dados sobre a imagem dos educadores do Agrupamento de</p>	<p>- Na sua opinião, que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no</p>	<p>- Que resultados espera virem a alcançados através da política educativa desenvolvida</p>

	Escolas de Penacova acerca da atuação educativa municipal no futuro	futuro? E o município de Penacova em particular?	neste concelho?
BLOCO 11 – Síntese e metareflexão sobre a própria entrevista; agradecimentos	Captar o sentido que o entrevistado dá à situação da entrevista	Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma	

3

³ Guião elaborado com base em AMADO, João da Silva (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

GUIÃO DE ENTREVISTA - 4

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Professor com assento no Conselho Municipal de Educação

Data: 31-05-2011

Hora: 16h

Local: Sede do Agrupamento de Escolas de Penacova

Recursos: gravador

BLOCOS	Objetivo do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso e de aferição
BLOCO 1 – Legitimação de entrevista		Agradecer a disponibilidade; informar sobre o uso do gravador; explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo; colocar a entrevistada na situação de colaborador; garantir a confidencialidade dos dados; explicar o procedimento.	
BLOCO 2 – Educação e municipalidade; importância do <i>local</i> em educação	Obter dados sobre a perceção dos professores do Agrupamento de Escolas de Penacova acerca da atuação educativa municipal (ainda em termos gerais/abrangentes).	<p>- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?</p> <p>- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?</p>	<p>- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?</p> <p>- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.</p> <p>- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa? Justifique.</p> <p>- No âmbito desta intervenção, que</p>

			<p>potencialidades possuem os municípios? - E que obstáculos encontram?</p>
<p>BLOCO 3 – Evolução da intervenção educativa municipal (crescente alargamento de competências)</p>	<p>Obter dados sobre o modo como os professores do Agrupamento de Escolas de Penacova encara o alargamento das competências educativas municipais</p>	<p>- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?</p> <p>- Como é que o Agrupamento de Escolas tem vindo a fazer face a este crescente alargamento de competências educativas dos municípios?</p>	<p>- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorde com esta alteração? - Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens? - Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique. - Considera necessária uma maior intervenção municipal? Com que objetivo? Em que áreas?</p> <p>- Quais as maiores mudanças decorrentes de tal alargamento? - Em que áreas se localizam? - Cite exemplos. - Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.</p>
<p>BLOCO 4 – Atuação educativa municipal</p>	<p>Obter dados sobre a atuação educativa municipal, a sua relação com a comunidade educativa e com a região e ainda sobre os problemas/dificuldades que marcam o concelho de Penacova em termos educativos.</p>	<p>- Na sua opinião, como se concretiza a atuação do município em termos educativos?</p>	<p>- O município participa efetivamente na resolução de problemas educativos. Justifique. Cite exemplos. - O município intervém por iniciativa própria ou apenas quando é solicitado pela escola? - O Município, na concretização das suas políticas educativas, colabora com a escola? Existe reciprocidade? De que forma se verifica essa reciprocidade? - O município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento?</p>

			<ul style="list-style-type: none"> - Que tipo de apoio é solicitado pelo Agrupamento à Autarquia? Dê exemplos concretos. - O Município intervém ao nível da formação profissional? De que modo?
BLOCO 5 – Atribuições	Obter dados sobre a operacionalização das atribuições municipais consignadas na lei e sobre a perceção dos professores Escolas de Penacova acerca destas mesmas atribuições e da necessidade (ou não) de uma maior transferência.	- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa?	- Considera que as competências educativas municipais já regulamentadas são de fácil operacionalização? Porquê?
BLOCO 6 – Conselho Municipal de Educação	Recolher dados sobre o modo de funcionamento e a formação do Conselho Municipal de Educação enquanto agente definidor de uma política educativa local.	<p>Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação na regulação do sistema educativo local?</p> <p>- Como encara as competências definidas para o Conselho Municipal de Educação?</p> <p>- Que importância atribui à Carta Educativa?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Qual a constituição do Conselho Municipal de Educação? - O que pensa da composição do Conselho Municipal de Educação prevista na lei? - Qual o processo de designação dos seus membros? - Dê exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão. - Em que medida é que o Conselho Municipal de Educação tem concretizado essas funções. Cite exemplos. - A Carta Educativa apresenta-se efetivamente como um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal? - Em termos práticos, como faz a prospeção do cenário educativo deste município?
BLOCO 7 – Relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova	Obter dados sobre as relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova e a forma como contribuem para a concretização de uma	- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.	- A Escola sente reciprocidade por parte do município para a concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa

	política educativa local.		reciprocidade? - A escola é recetiva à atuação educativa municipal? Porquê? - Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento com a escola?
BLOCO 8 – A Autarquia e o Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	Obter dados sobre a perceção dos professores do Agrupamento de Escolas de Penacova sobre os mega-agrupamentos e, particularizando, sobre a constituição do Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento? - Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.	- É mais fácil a cooperação com a Câmara nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê? - Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva? - Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos? - Quais as dificuldades que levantam?
BLOCO 9 – A atuação educativa municipal no futuro	Obter dados sobre a imagem dos professores do Agrupamento de Escolas de Penacova acerca da atuação educativa municipal no futuro	- Na sua opinião, que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?	- Que resultados espera virem a alcançados através da política educativa desenvolvida neste concelho?
BLOCO 10 – Síntese e metareflexão sobre a própria entrevista; agradecimentos	Captar o sentido que o entrevistado dá à situação da entrevista	Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma	

⁴ Guião elaborado com base em AMADO, João da Silva (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

GUIÃO DE ENTREVISTA - 5

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Presidente da Câmara Municipal de Penacova

Data: 15-03-2011

Hora: 9h30

Local: Câmara Municipal de Penacova (Gabinete do Presidente)

Recursos: gravador

BLOCOS	Objetivo do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso e de aferição
BLOCO 1 – Legitimação de entrevista		Agradecer a disponibilidade; informar sobre o uso do gravador; explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo; colocar o entrevistado na situação de colaborador; garantir a confidencialidade dos dados; explicar o procedimento.	
BLOCO 2 – Educação e municipalidade; importância do <i>local</i> em educação	Obter dados sobre a perceção do Presidente da Câmara acerca da atuação educativa municipal (ainda em termos gerais/abrangentes).	- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade? - Como encara a intervenção do município em matéria de educação?	- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação? - Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê. - Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa? Justifique. - No âmbito desta

			<p>intervenção, que potencialidades possuem os municípios? - E que obstáculos encontram?</p>
<p>BLOCO 3 – Evolução da intervenção educativa municipal (crescente alargamento de competências)</p>	<p>Obter dados sobre o modo como o Presidente da Câmara encara o alargamento das competências educativas municipais e sobre a forma como o coloca em prática no município de Penacova.</p>	<p>- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?</p>	<p>- Da Lei 5/97 até ao Dec.-Lei 115-A/98, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorde com esta alteração? - A Lei 159/99 “estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais”. Como reagiram as autarquias a esta transferência de competências? - O Dec.-Lei 7/2003 veio alargar as competências dos municípios? Em que medida? O que pensa sobre isto? E sobre a presença da autarquia nos órgãos de direção das escolas, desde o D-L 115-A/98? Pensa que trouxe um efetivo alargamento das competências do município em matéria de educação formal? - O Dec.-Lei 75/2008 dá representatividade à autarquia na vida das escolas? Pensa que tal representatividade é efetiva? O Conselho Geral permite realmente a intervenção educativa municipal? - Com o Dec.-Lei 144/2008, aumentam-se ainda mais as competências municipais. O que pensa sobre o assumir dessas competências pela autarquia? A autarquia pondera assinar o contrato de execução. Porquê? - Embora ainda sem enquadramento legal, fala-se também na possibilidade de assumirem a gestão de pessoal docente. O que pensa disso?</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Como é que a Autarquia tem vindo a fazer face a este crescente alargamento de competências? 	<ul style="list-style-type: none"> - Quais as maiores mudanças decorrentes de tal alargamento? - Em que áreas se localizam? - Cite exemplos. - Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas. Justifique e exemplifique.
BLOCO 4 – Atuação educativa municipal	<p>Obter dados sobre a atuação educativa municipal, a sua relação com a comunidade educativa e com a região e ainda sobre os problemas/dificuldades que marcam o concelho de Penacova em termos educativos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Como é constituído/organizado o setor da Educação na Câmara Municipal? - Qual o lugar ocupado pela Educação no quadro global da ação da autarquia? - Como é que a intervenção municipal em matéria de educação vem abonar a favor da comunidade em geral? - A promoção das políticas educativas locais contribui para o desenvolvimento cultural e global da região? De que modo? - Em que medida verifica que o poder municipal contribui para que o sistema escolar responda às expectativas dos seus 	<ul style="list-style-type: none"> - No quadro da autarquia local, as políticas educativas constituem uma prioridade? Explique porquê. - Indique a percentagem do orçamento dedicada à Educação. - Existe um projeto educativo local? - Quais os projetos educativos que a autarquia promove? (Dê exemplos de iniciativas promovidas pela Autarquia). - Dentro da área da Educação, quais são as suas prioridades? - Existem projetos específicos implementados neste domínio? Quais? - Qual o grau de envolvimento da comunidade nos mesmos? - Quais as estratégias utilizadas para a mobilização da comunidade para a intervenção educativa? - Dê exemplos que possibilitem a compreensão desse mesmo desenvolvimento através da promoção das políticas educativas. - Quais os critérios de seleção destes elementos? - Considera que o perfil dos eleitos locais determina o modo como

		<p>utentes? Como?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Qual ou quais as dificuldades que sente na operacionalização de uma política de educação local? 	<p>são executadas as políticas educativas no município?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como se estabelece a colaboração entre o poder municipal e o sistema escolar? - De que modo colaboram no sentido de satisfazer as necessidades dos utentes? - Como estabelece a articulação com o poder central (Ministério da Educação)? - Em termos educativos, quais considera serem os principais problemas a marcarem o concelho de Penacova? De que modo poderão ser colmatados ou atenuados?
<p>BLOCO 5 – Atribuições consignadas na lei</p>	<p>Obter dados sobre a operacionalização das atribuições municipais consignadas na lei e sobre a perceção do autarca acerca destas mesmas atribuições e da necessidade (ou não) de uma maior transferência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa? 	<ul style="list-style-type: none"> - Considera que as competências educativas municipais já regulamentadas são de fácil operacionalização? Porquê? - Quais as dificuldades sentidas neste processo de operacionalização? - É preocupação do município assegurar efetivamente a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico? Cite exemplos. - De que modo asseguram os transportes escolares? - E a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico? - Há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar? Ele é assegurado? - Como apoiam o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico? Cite exemplos. - De que modo

		<p>- É de opinião de que é necessário transferir ainda mais responsabilidades educativas para as autarquias ou para outras instâncias deslocalizadas? Porquê?</p> <p>- Como é que a Câmara concretiza as Atividades Extra Curriculares?</p>	<p>participam no apoio à educação extraescolar?</p> <ul style="list-style-type: none"> - Como gerem o pessoal não docente da educação pré-escolar e do ensino básico? - Como se concretizou a vossa participação na constituição do Agrupamento de Escolas de Penacova? - Em que moldes desenvolvem a ação social escolar para os alunos do Ensino Pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico? <p>- Sente necessidade de mais competências para poder atuar de modo mais eficaz em matéria educativa? Porquê? Cite exemplos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - A sua atuação educativa é limitada/reduzida pela falta de competências? Porquê? Cite exemplos. - Fernandes (1996), a propósito da Lei de Bases do Sistema Educativo, refere que esta “não tem passado de uma metáfora semântica, através da qual se tem procurado disfarçar uma transferência de ónus financeiros no domínio das construções escolares, dos transportes, da ação social escolar, da educação escolar infantil e especial e na formação profissional”. Concorda com esta afirmação? - Como é a relação com as escolas? - Quais as atividades oferecidas? - Há parcerias estabelecidas? Com que instituições? Quais os critérios de eleição destas instituições? - Encontram dificuldades na operacionalização das AEC? Quais? - Na sua opinião, as AEC trazem realmente vantagens para os
--	--	---	--

			alunos? E para as famílias?
BLOCO 6 – Atribuições não consignadas na lei	Obter dados sobre a atuação educativa municipal em domínios não marcados pela obrigatoriedade legal.	<p>- Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume para o seu município mesmo sem obrigatoriedade legal?</p> <p>- Além da intervenção na escola (educação formal), como descreve a atuação do município em termos de educação?</p>	<p>- Quais as ações que concretiza no plano das não competências? Porquê essas e não outras? Que mais haveria afazer nesta área?</p> <p>- Há projetos sócio-educativos da iniciativa da Autarquia?</p> <p>- Em termos orçamentais, qual o peso para as atribuições consignadas na lei e para as que o não são?</p> <p>- Tenta encontrar uma solução de complementaridade entre o formal e o não formal? De que modo? Cite exemplos. Justifique a sua opção.</p> <p>- Que tipo de articulação é estabelecida entre a Autarquia e outras entidades no sentido do desenvolvimento local?</p> <p>- Qual a relação com outros setores do município (por exemplo, cultura e desporto) no sentido do desenvolvimento local e cultural?</p>
BLOCO 7 – Conselho Municipal de Educação	Recolher dados sobre o modo de funcionamento e a formação do Conselho Municipal de Educação enquanto agente definidor de uma política educativa local.	<p>Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação na regulação do sistema educativo local?</p> <p>- Como encara as competências definidas para o Conselho Municipal de Educação?</p> <p>- Que importância atribui à Carta Educativa?</p>	<p>- Qual a constituição do Conselho Municipal de Educação?</p> <p>- O que pensa da composição do Conselho Municipal de Educação prevista na lei?</p> <p>- Qual o processo de designação dos seus membros?</p> <p>- Dê exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão.</p> <p>- Em que medida é que o Conselho Municipal de Educação tem concretizado essas funções. Cite exemplos.</p> <p>- Quem elaborou a Carta Educativa de Penacova?</p> <p>- Em que data?</p> <p>- Está prevista a sua</p>

			<p>atualização? Para quando?</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Carta Educativa apresenta-se efetivamente como um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal? - Em termos práticos, como faz a prospeção do cenário educativo deste município?
BLOCO 8 – Conselho Geral	<p>Recolher dados sobre a constituição e modo de atuação do Conselho Geral enquanto órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras das atividades da escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - De que modo é que o Conselho Geral contribui para a operacionalização da política de educação local? - Que importância atribui à participação da Autarquia no Conselho Geral? 	<ul style="list-style-type: none"> - Quem representa a Autarquia no Conselho Geral? - Quais os critérios que estiveram na base da seleção desses elementos? - Através do Conselho Geral, a comunidade (com a representação municipal) consegue ter uma participação efetiva na vida da escola? - Com o Dec.-Lei 75/2008, há um reforço da participação da Autarquia no Conselho Geral. Como encara este facto? - Como considera que os restantes membros do Conselho Geral encaram o reforço da participação da Autarquia? - Pensa que, em termos práticos, alguma coisa mudou? - A Autarquia passou a ter mais capacidade de intervenção na definição das linhas orientadoras da política da escola?
BLOCO 9 – Relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova	<p>Obter dados sobre as relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova e a forma como contribuem para a concretização de uma política educativa local.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> - A autarquia sente reciprocidade por parte do Agrupamento para a concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade? - A escola é recetiva à atuação educativa municipal? Porquê? - Quais os canais de comunicação utilizados

		<p>- É de opinião de que o município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento ou ultrapassa esta dimensão meramente económica? Explique porquê.</p>	<p>para a manutenção do relacionamento com a escola?</p> <p>- Que tipo de apoio é solicitado pelo Agrupamento à autarquia? Dê exemplos concretos.</p>
BLOCO 10 – A Autarquia e o Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	Obter dados sobre a perceção do autarca sobre os mega-agrupamentos e, particularizando, sobre a constituição do Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	<p>- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?</p> <p>- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.</p>	<p>- É mais fácil a cooperação com a escola nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?</p> <p>- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?</p> <p>- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?</p> <p>- Quais as dificuldades que levantam?</p>
BLOCO 11 – A atuação educativa municipal no futuro	Obter dados sobre a imagem do Presidente da Câmara acerca da atuação educativa municipal no futuro	- Que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?	- Que resultados espera vir a alcançar através da política educativa desenvolvida no seu concelho?
BLOCO 12 – Síntese e metareflexão sobre a própria entrevista; agradecimentos	Captar o sentido que o entrevistado dá à situação da entrevista	Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma	

⁵ Guião elaborado com base em AMADO, João da Silva (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

GUIÃO DE ENTREVISTA - 6

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Vereador da Educação da Câmara Municipal de Penacova

Data: 21-06-2011

Hora: 16h

Local: Câmara Municipal de Penacova (Gabinete do Vereador)

Recursos: gravador

BLOCOS	Objetivo do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso e de aferição
BLOCO 1 – Legitimação de entrevista		Agradecer a disponibilidade; informar sobre o uso do gravador; explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo; colocar o entrevistado na situação de colaborador; garantir a confidencialidade dos dados; explicar o procedimento.	
BLOCO 2 – Educação e municipalidade; importância do <i>local</i> em educação	Obter dados sobre a perceção do Presidente da Câmara acerca da atuação educativa municipal (ainda em termos gerais/abrangentes).	<p>- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?</p> <p>- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?</p>	<p>- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?</p> <p>- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.</p> <p>- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa? Justifique.</p> <p>- No âmbito desta intervenção, que</p>

			<p>potencialidades possuem os municípios? - E que obstáculos encontram?</p>
<p>BLOCO 3 – Evolução da intervenção educativa municipal (crescente alargamento de competências)</p>	<p>Obter dados sobre o modo como o Presidente da Câmara encara o alargamento das competências educativas municipais e sobre a forma como o coloca em prática no município de Penacova.</p>	<p>- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?</p>	<p>- Da Lei 5/97 até ao Dec.-Lei 115-A/98, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorde com esta alteração? - A Lei 159/99 “estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais”. Como reagiram as autarquias a esta transferência de competências? - O Dec.-Lei 7/2003 veio alargar as competências dos municípios? Em que medida? O que pensa sobre isto? E sobre a presença da autarquia nos órgãos de direção das escolas, desde o D-L 115-A/98? Pensa que trouxe um efetivo alargamento das competências do município em matéria de educação formal? - O Dec.-Lei 75/2008 dá representatividade à autarquia na vida das escolas? Pensa que tal representatividade é efetiva? O Conselho Geral permite realmente a intervenção educativa municipal? - Com o Dec.-Lei 144/2008, aumentam-se ainda mais as competências municipais. O que pensa sobre o assumir dessas competências pela autarquia? A autarquia pondera assinar o contrato de execução. Porquê? - Embora ainda sem enquadramento legal, fala-se também na possibilidade de assumirem a gestão de pessoal docente. O que pensa disso?</p>

		<p>- Como é que a Autarquia tem vindo a fazer face a este crescente alargamento de competências?</p>	<p>- Quais as maiores mudanças decorrentes de tal alargamento? - Em que áreas se localizam? - Cite exemplos. - Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas. Justifique e exemplifique.</p>
BLOCO 4 – Atuação educativa municipal	<p>Obter dados sobre a atuação educativa municipal, a sua relação com a comunidade educativa e com a região e ainda sobre os problemas/dificuldades que marcam o concelho de Penacova em termos educativos.</p>	<p>- Como é constituído/organizado o setor da Educação na Câmara Municipal? - Qual o lugar ocupado pela Educação no quadro global da ação da autarquia?</p> <p>- Como é que a intervenção municipal em matéria de educação vem abonar a favor da comunidade em geral?</p> <p>- A promoção das políticas educativas locais contribui para o desenvolvimento cultural e global da região? De que modo?</p> <p>- Em que medida verifica que o poder municipal contribui para que o sistema escolar responda às expectativas dos seus</p>	<p>- No quadro da autarquia local, as políticas educativas constituem uma prioridade? Explique porquê. - Indique a percentagem do orçamento dedicada à Educação. - Existe um projeto educativo local? - Quais os projetos educativos que a autarquia promove? (Dê exemplos de iniciativas promovidas pela Autarquia). - Dentro da área da Educação, quais são as suas prioridades?</p> <p>- Existem projetos específicos implementados neste domínio? Quais? - Qual o grau de envolvimento da comunidade nos mesmos? - Quais as estratégias utilizadas para a mobilização da comunidade para a intervenção educativa?</p> <p>Dê exemplos que possibilitem a compreensão desse mesmo desenvolvimento através da promoção das políticas educativas.</p> <p>- Quais os critérios de seleção destes elementos? - Considera que o perfil dos eleitos locais determina o modo como são executadas as</p>

		<p>utentes? Como?</p> <p>- Qual ou quais as dificuldades que sente na operacionalização de uma política de educação local?</p>	<p>políticas educativas no município?</p> <p>- Como se estabelece a colaboração entre o poder municipal e o sistema escolar?</p> <p>- De que modo colaboram no sentido de satisfazer as necessidades dos utentes?</p> <p>- Como estabelece a articulação com o poder central (Ministério da Educação)?</p> <p>- Em termos educativos, quais considera serem os principais problemas a marcarem o concelho de Penacova? De que modo poderão ser colmatados ou atenuados?</p>
<p>BLOCO 5 – Atribuições consignadas na lei</p>	<p>Obter dados sobre a operacionalização das atribuições municipais consignadas na lei e sobre a perceção do autarca acerca destas mesmas atribuições e da necessidade (ou não) de uma maior transferência.</p>	<p>- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa?</p>	<p>- Considera que as competências educativas municipais já regulamentadas são de fácil operacionalização? Porquê?</p> <p>- Quais as dificuldades sentidas neste processo de operacionalização?</p> <p>- É preocupação do município assegurar efetivamente a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico? Cite exemplos.</p> <p>- De que modo asseguram os transportes escolares?</p> <p>- E a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico?</p> <p>- Há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar? Ele é assegurado?</p> <p>- Como apoiam o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico? Cite exemplos.</p>

		<p>- É de opinião de que é necessário transferir ainda mais responsabilidades educativas para as autarquias ou para outras instâncias deslocalizadas? Porquê?</p> <p>- Como é que a Câmara concretiza as Atividades Extra Curriculares?</p>	<p>- De que modo participam no apoio à educação extraescolar? - Como gerem o pessoal não docente da educação pré-escolar e do ensino básico? - Como se concretizou a vossa participação na constituição do Agrupamento de Escolas de Penacova? - Em que moldes desenvolvem a ação social escolar para os alunos do Ensino Pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico?</p> <p>- Sente necessidade de mais competências para poder atuar de modo mais eficaz em matéria educativa? Porquê? Cite exemplos. - A sua atuação educativa é limitada/reduzida pela falta de competências? Porquê? Cite exemplos. - Fernandes (1996), a propósito da Lei de Bases do Sistema Educativo, refere que esta “não tem passado de uma metáfora semântica, através da qual se tem procurado disfarçar uma transferência de ónus financeiros no domínio das construções escolares, dos transportes, da ação social escolar, da educação escolar infantil e especial e na formação profissional”. Concorda com esta afirmação?</p> <p>- Como é a relação com as escolas? - Quais as atividades oferecidas? - Há parcerias estabelecidas? Com que instituições? Quais os critérios de eleição destas instituições? - Encontram dificuldades na operacionalização das AEC? Quais? - Na sua opinião, as AEC trazem realmente</p>
--	--	---	--

			<p>vantagens para os alunos? E para as famílias?</p>
<p>BLOCO 6 – Atribuições não consignadas na lei</p>	<p>Obter dados sobre a atuação educativa municipal em domínios não marcados pela obrigatoriedade legal.</p>	<p>- Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume para o seu município mesmo sem obrigatoriedade legal?</p> <p>- Além da intervenção na escola (educação formal), como descreve a atuação do município em termos de educação?</p>	<p>- Quais as ações que concretiza no plano das não competências? Porquê essas e não outras? Que mais haveria afazer nesta área?</p> <p>- Há projetos sócio-educativos da iniciativa da Autarquia?</p> <p>- Em termos orçamentais, qual o peso para as atribuições consignadas na lei e para as que o não são?</p> <p>- Tenta encontrar uma solução de complementaridade entre o formal e o não formal? De que modo? Cite exemplos. Justifique a sua opção.</p> <p>- Que tipo de articulação é estabelecida entre a Autarquia e outras entidades no sentido do desenvolvimento local?</p> <p>- Qual a relação com outros setores do município (por exemplo, cultura e desporto) no sentido do desenvolvimento local e cultural?</p>
<p>BLOCO 7 – Conselho Municipal de Educação</p>	<p>Recolher dados sobre o modo de funcionamento e a formação do Conselho Municipal de Educação enquanto agente definidor de uma política educativa local.</p>	<p>Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação na regulação do sistema educativo local?</p> <p>- Como encara as competências definidas para o Conselho Municipal de Educação?</p> <p>- Que importância atribui à Carta</p>	<p>- Qual a constituição do Conselho Municipal de Educação?</p> <p>- O que pensa da composição do Conselho Municipal de Educação prevista na lei?</p> <p>- Qual o processo de designação dos seus membros?</p> <p>- Dê exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão.</p> <p>- Em que medida é que o Conselho Municipal de Educação tem concretizado essas funções. Cite exemplos.</p> <p>- Quem elaborou a Carta Educativa de Penacova?</p>

		Educativa?	<ul style="list-style-type: none"> - Em que data? - Está prevista a sua atualização? Para quando? - A Carta Educativa apresenta-se efetivamente como um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal? - Em termos práticos, como faz a prospeção do cenário educativo deste município?
BLOCO 8 – Conselho Geral	Recolher dados sobre a constituição e modo de atuação do Conselho Geral enquanto órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras das atividades da escola.	<ul style="list-style-type: none"> - De que modo é que o Conselho Geral contribui para a operacionalização da política de educação local? - Que importância atribui à participação da Autarquia no Conselho Geral? 	<ul style="list-style-type: none"> - Quem representa a Autarquia no Conselho Geral? - Quais os critérios que estiveram na base da seleção desses elementos? - Através do Conselho Geral, a comunidade (com a representação municipal) consegue ter uma participação efetiva na vida da escola? - Com o Dec.-Lei 75/2008, há um reforço da participação da Autarquia no Conselho Geral. Como encara este facto? - Como considera que os restantes membros do Conselho Geral encaram o reforço da participação da Autarquia? - Pensa que, em termos práticos, alguma coisa mudou? - A Autarquia passou a ter mais capacidade de intervenção na definição das linhas orientadoras da política da escola?
BLOCO 9 – Relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova	Obter dados sobre as relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova e a forma como contribuem para a concretização de uma política educativa local.	- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.	<ul style="list-style-type: none"> - A autarquia sente reciprocidade por parte do Agrupamento para a concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade? - A escola é recetiva à atuação educativa municipal? Porquê?

			<p>- Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento com a escola?</p> <p>- Que tipo de apoio é solicitado pelo Agrupamento à autarquia? Dê exemplos concretos.</p>
		<p>- É de opinião de que o município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento ou ultrapassa esta dimensão meramente económica? Explique porquê.</p>	
BLOCO 10 – A Autarquia e o Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	Obter dados sobre a perceção do autarca sobre os mega-agrupamentos e, particularizando, sobre a constituição do Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	<p>- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?</p> <p>- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.</p>	<p>- É mais fácil a cooperação com a escola nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?</p> <p>- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?</p> <p>- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?</p> <p>- Quais as dificuldades que levantam?</p>
BLOCO 11 – A atuação educativa municipal no futuro	Obter dados sobre a imagem do Presidente da Câmara acerca da atuação educativa municipal no futuro	- Que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?	- Que resultados espera vir a alcançar através da política educativa desenvolvida no seu concelho?
BLOCO 12 – Síntese e metareflexão sobre a própria entrevista; agradecimentos	Captar o sentido que o entrevistado dá à situação da entrevista	Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma	

GUIÃO DE ENTREVISTA - 7

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Presidente de Direção da PENSAR

Data: 10-06-2011

Hora: 10h

Local: Café PRAXIS (Coimbra)

Recursos: gravador

BLOCOS	Objetivo do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso e de aferição
BLOCO 1 – Legitimação de entrevista		Agradecer a disponibilidade; informar sobre o uso do gravador; explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo; colocar a entrevistada na situação de colaborador; garantir a confidencialidade dos dados; explicar o procedimento.	
BLOCO 2 – Educação e municipalidade; importância do <i>local</i> em educação	Obter dados sobre a perceção do Presidente de Direção da PENSAR acerca da atuação educativa municipal (em termos gerais/abrangentes).	<p>- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?</p> <p>- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?</p>	<p>- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?</p> <p>- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.</p> <p>- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa? Justifique.</p> <p>- No âmbito desta intervenção, que</p>

			<p>potencialidades possuem os municípios?</p> <p>- E que obstáculos encontram?</p>
<p>BLOCO 3 – Evolução da intervenção educativa municipal (crescente alargamento de competências)</p>	<p>Obter dados sobre o modo como o Presidente de Direção da PENSAR encara o alargamento das competências educativas municipais</p>	<p>- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?</p>	<p>- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorde com esta alteração?</p> <p>- Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens?</p> <p>- Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.</p>
<p>BLOCO 4 – Caracterização e atividades desenvolvidas pela PENSAR</p>	<p>Obter dados sobre esta Associação e sobre as principais atividades por ela desenvolvidas</p>	<p>- Caracterize sumariamente a PENSAR.</p>	<p>- Há quanto tempo funciona esta Associação?</p> <p>- Por quem foi criada?</p> <p>- Quais os objetivos que estiveram na origem da sua criação?</p> <p>- Como é constituída?</p> <p>- Em que áreas atua?</p>
<p>BLOCO 5 – Atuação da PENSAR em matéria educativa</p>	<p>Obter dados sobre a atuação da PENSAR em termos educativos</p>	<p>- Quais as ações promovidas pela PENSAR no que diz respeito à área da Educação?</p>	<p>- Qual o público que procuram abranger?</p> <p>- Com que objetivo?</p> <p>- Procuram complementar a tarefa educativa da instituição escolar?</p> <p>- Em termos educativos, tem havido evolução na vossa atuação?</p>
<p>BLOCO 6 – Relação entre PENSAR e município</p>	<p>Obter dados sobre a relação entre a PENSAR e o município de Penacova</p>	<p>- Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume o município de Penacova para o Ensino Básico?</p>	<p>- Como é que a atuação do município no domínio das não competências pode trazer benefícios educativos?</p> <p>- Quais as ações que concretizam no plano das não competências? Porquê essas e não outras? Que mais</p>

			<p>haveria a fazer nesta área?</p> <p>- Há projetos sócio-educativos da iniciativa da Autarquia? Quais? Como os avalia?</p>
BLOCO 7 – Atuação da PENSAR e desenvolvimento local	Obter dados sobre a relação entre a atuação da PENSAR e o desenvolvimento local	- Na sua perspetiva, a atuação da PENSAR contribui para o desenvolvimento local? De que modo?	<p>- Como estabelecem articulação com a comunidade?</p> <p>- Cite exemplos de atividades promovidas com interferência direta na comunidade.</p> <p>- A comunidade é receptiva às atividades promovidas pela PENSAR?</p> <p>- Que mais poderia ser feito no sentido de promover o desenvolvimento local?</p>
BLOCO 8 – Síntese e metareflexão sobre a própria entrevista; agradecimentos	Captar o sentido que o entrevistado dá à situação da entrevista	Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma	

⁷ Guião elaborado com base em AMADO, João da Silva (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

GUIÃO DE ENTREVISTA - 8

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Penacova; Presidente da Assembleia Geral da mesma Associação (entrevista conjunta)

Data: 06 -06- 2011

Hora: 17h

Local: Casa da entrevistadora

Recursos: gravador

BLOCOS	Objetivo do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso e de aferição
BLOCO 1 – Legitimação de entrevista		Agradecer a disponibilidade; informar sobre o uso do gravador; explicitar o problema, o objetivo e os benefícios do estudo; colocar a entrevistada na situação de colaborador; garantir a confidencialidade dos dados; explicar o procedimento.	
BLOCO 2 – Educação e municipalidade; importância do <i>local</i> em educação	Obter dados sobre a perceção do Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Penacova acerca da atuação educativa municipal (ainda em termos gerais/abrangentes).	<p>- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?</p> <p>- Como encara a intervenção do município em matéria</p>	<p>- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?</p> <p>- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.</p> <p>- Pensa que os municípios têm efetivamente</p>

		de educação?	capacidade de resposta educativa? Justifique. - No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os municípios? - E que obstáculos encontram?
BLOCO 3 – Evolução da intervenção educativa municipal (crescente alargamento de competências)	Obter dados sobre o modo como o Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação Agrupamento de Escolas de Penacova encara o alargamento das competências educativas municipais	- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos? - Como é que o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal de Penacova têm vindo a fazer face a este crescente alargamento de competências educativas dos municípios?	- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração? - Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens? - Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique. - Considera necessária uma maior intervenção municipal? Com que objetivo? Em que áreas? - Quais as maiores mudanças decorrentes de tal alargamento? - Em que áreas se localizam? - Cite exemplos. - Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.
BLOCO 4 – Atuação educativa municipal	Obter dados sobre a atuação educativa municipal, a sua relação com a comunidade educativa e com a região e ainda sobre os problemas/dificuldades que marcam o concelho de Penacova em termos educativos.	- Na sua opinião, como se concretiza a atuação do município em termos educativos?	- O município participa efetivamente na resolução de problemas educativos? Justifique. Cite exemplos. - Os pais/encarregados de educação sentem reciprocidade por parte do município para a resolução de questões e problemas educativos?

		<p>- A promoção das políticas educativas locais contribui para o desenvolvimento cultural e global da região? De que modo?</p> <p>-</p>	<p>- Como é que as famílias têm sentido, em termos práticos e concretos, a atuação educativa municipal?</p> <p>- Encara o município apenas como um recurso financeiro para o Agrupamento?</p> <p>- Considera que o município intervém na educação por iniciativa própria ou apenas quando é solicitado pela escola e pelos pais?</p> <p>- Considera benéfica a criação do Centro Escolar de Penacova e o conseqüente encerramento de várias escolas do 1º CEB no concelho?</p> <p>- Como é que a participação mais ativa do município na educação contribui para estreitar as relações entre a escola e o contexto sócio-cultural em que está inserida?</p> <p>- É de opinião de que as sensibilidades e conceções educativas dos agentes municipais contribuem para o desenvolvimento educativo do concelho mesmo em detrimento dos suportes legislativos de referência? Cite exemplos. Justifique.</p> <p>- A transversalidade em educação é uma utopia ou uma realidade? Justifique.</p> <p>- Como é que o município contribui para a existência dessa transversalidade?</p> <p>- Quais os principais problemas deste concelho em matéria de educação?</p> <p>- Como atua a autarquia no sentido de lhes fazer face?</p> <p>- A Câmara organiza diligências no sentido de cooperar com os pais/ encarregados de educação para os resolver? Quais? Em que circunstâncias?</p>
--	--	---	---

		<p>- Como é que a Câmara concretiza as Atividades Extra Curriculares?</p>	<p>Bases do Sistema Educativo, refere que esta “não tem passado de uma metáfora semântica, através da qual se tem procurado disfarçar uma transferência de ónus financeiros no domínio das construções escolares, dos transportes, da ação social escolar, da educação escolar infantil e especial e na formação profissional”. Concorda com esta afirmação?</p> <p>- Quais as atividades oferecidas? - Há parcerias estabelecidas? Com que instituições? Quais os critérios de eleição destas instituições? - Consideram que há dificuldades na operacionalização das AEC? Quais? - Na sua opinião, as AEC trazem realmente vantagens para os alunos? Quais? E para as famílias? Quais? - Como é a relação do município com os pais/encarregados de educação, no âmbito das AEC?</p>
<p>BLOCO 6 – Atribuições não consignadas na lei</p>	<p>Obter dados sobre a atuação educativa municipal em domínios não marcados pela obrigatoriedade legal.</p>	<p>- Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume o município de Penacova?</p> <p>- Além da intervenção na escola (educação formal), como descreve a atuação do município em termos de</p>	<p>- Em que medida é que a atuação do município no domínio das não competências contribui para a qualidade e eficácia da ação educativa? - Quais as ações que concretizam no plano das não competências? Porquê essas e não outras? Que mais haveria a fazer nesta área? - Há projetos sócio-educativos da iniciativa da Autarquia?</p> <p>- Tentam encontrar uma solução de complementaridade entre o formal e o não formal? De que modo? Cite exemplos.</p>

		educação?	<p>Justifique a sua opção.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que tipo de articulação é estabelecida entre a Autarquia e outras entidades no sentido do desenvolvimento local? - Qual a relação com outros setores do município (por exemplo, cultura e desporto) no sentido do desenvolvimento local e cultural? - Considera que a intervenção do município na educação contribui para a atualmente tão divulgada igualdade de oportunidades?
BLOCO 7 – Conselho Municipal de Educação	Recolher dados sobre o modo de funcionamento e a formação do Conselho Municipal de Educação enquanto agente definidor de uma política educativa local.	<p>Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação na regulação do sistema educativo local?</p> <p>- Como encara as competências definidas para o Conselho Municipal de Educação?</p> <p>- Que importância atribui à Carta Educativa?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Qual a constituição do Conselho Municipal de Educação? - O que pensa da composição do Conselho Municipal de Educação prevista na lei? - Qual o processo de designação dos seus membros? - Dê exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão. - Em que medida é que o Conselho Municipal de Educação tem concretizado essas funções. Cite exemplos. - A Carta Educativa apresenta-se efetivamente como um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal? - Em termos práticos, como faz a prospeção do cenário educativo deste município?
BLOCO 8 – Conselho Geral	Recolher dados sobre a constituição e modo de atuação do Conselho Geral enquanto órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras das atividades da escola.	- De que modo é que o Conselho Geral contribui para a operacionalização da política de educação local?	<ul style="list-style-type: none"> - Quem representa os pais/encarregados de educação no Conselho Geral? - Quais os critérios que estiveram na base da seleção desses elementos? - Através do Conselho Geral, a comunidade

		<p>- Que importância atribui à participação da Autarquia no Conselho Geral?</p>	<p>(com a representação municipal) consegue ter uma participação efetiva na vida da escola?</p> <p>- Com o Dec.-Lei 75/2008, há um reforço da participação da Autarquia no Conselho Geral. Como encara este facto?</p> <p>- Como considera que os restantes membros do Conselho Geral encaram o reforço da participação da Autarquia?</p> <p>- Pensa que, em termos práticos, alguma coisa mudou?</p> <p>- A Autarquia passou a ter mais capacidade de intervenção na definição das linhas orientadoras da política da escola?</p>
<p>BLOCO 9 – Relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova</p>	<p>Obter dados sobre as relações entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Penacova e a forma como contribuem para a concretização de uma política educativa local.</p>	<p>- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.</p> <p>- É de opinião de que o município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento ou ultrapassa esta dimensão meramente económica? Explique porquê.</p>	<p>- Considera que existe realmente reciprocidade entre Autarquia e Agrupamento concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade?</p> <p>- Pensa que a escola é receptiva à atuação educativa municipal? Porquê?</p> <p>- Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento dos pais/encarregados de educação com a Câmara? E com o Agrupamento?</p> <p>- Que tipo de apoio é solicitado pelos pais/encarregados de educação à autarquia? Dê exemplos concretos.</p>
<p>BLOCO 10 – A Autarquia e o Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova</p>	<p>Obter dados sobre a perceção do Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de</p>	<p>- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?</p>	<p>- É mais fácil a cooperação com a Câmara nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?</p> <p>- Qual a sua posição no</p>

	Escolas de Penacova sobre os mega-agrupamentos e, particularizando, sobre a constituição do Mega-Agrupamento de Escolas de Penacova	- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.	que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva? - Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos? - Quais as dificuldades que levantam?
BLOCO 11 – A atuação educativa municipal no futuro	Obter dados sobre a imagem do Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Penacova acerca da atuação educativa municipal no futuro	- Na sua opinião, que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?	- Que resultados espera virem a ser alcançados através da política educativa desenvolvida neste concelho?
BLOCO 12 – Síntese e metareflexão sobre a própria entrevista; agradecimentos	Captar o sentido que o entrevistado dá à situação da entrevista	Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma	

⁸ Guião elaborado com base em AMADO, João da Silva (2009). *Introdução à Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

ANEXO 2 – Transcrição das Entrevistas

ENTREVISTA - 1

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Presidente do Conselho Geral

Data: 04-04-2011

Hora: 16h

Local: Escola-sede do Agrupamento de Escolas de Penacova (Bloco 1)

Recursos: gravador

- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?

Bom, o que se nota, de um modo geral, é que esta relação se tem estreitado ao longo do tempo. Isto significa um maior envolvimento da autarquia em geral e desta em particular na questão educativa. De qualquer modo, de um modo geral, eu acho que as autarquias não têm propriamente técnicos competentes para fazer esta gestão e esta relação com a escola como era desejável. Nós temos em Portugal um problema de qualificação, mas a qualificação começa justamente nas estruturas dirigentes, nas estruturas de coordenação, etc., etc.. E se as pessoas não têm visão do que é que podem fazer, penso que essa relação não pode ser boa. E é por isso que eu tenho uma visão relativamente pessimista das políticas educativas que têm a sua centralidade nos municípios.

- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?

É evidente que há aqui um caos que deve ser, digamos assim, analisado. Obviamente que as questões da educação se tornaram mais complicadas, porque a sociedade se tornou mais complexa. E, obviamente, quando falamos disto, não podemos ignorar as questões sociais, coisas como o desemprego, a desestruturação das famílias, todas essas coisas... Mas eu estava aqui a centrar-me, essencialmente, digamos, em termos de superestrutura. E o município aqui funciona como superestrutura... as políticas que define e uma outra coisa que é muito importante que é o valor que dá à educação.

E, nestas questões, sabemos que a educação não é propriamente um setor que dê muitos votos e, portanto, nas políticas educativas (é evidente que há exceções e que há muitas e boas exceções), de um modo geral, e eu aqui em Penacova sinto isso, a educação não é, digamos assim, uma prioridade. Pode ser no discurso, aliás, eu tenho o excerto de uma entrevista que o Presidente da Câmara deu... não é uma entrevista, é mais um depoimento, a um jornal de Coimbra, em que ele justamente diz que a educação será uma prioridade, mas nós percebemos que não é no dia a dia.

- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo?

Explique porquê.

Sim, grosso modo, a menos que houvesse estruturas intermédias, mas não há, porque as direções regionais de educação são a voz do poder, do governo... a sua autonomia também é muito relativa, é apenas funcional quase... porque as políticas são centralizadas e aquilo que se transfere para os municípios, de facto, tem mais que ver com estas coisas do primeiro ciclo e do pré-escolar e com as instalações, com o pessoal não docente, com as AEC's, com os transportes, com as refeições. A esse nível, eu acho que sim, que não faz sentido que seja o poder central a tratar dos edifícios ou a tratar mesmo do pessoal não docente ou das refeições. Isso tudo bem. Agora, ao nível daquilo que é importante, gestão dos currículos, etc., admito que possa haver pequenas interpretações locais, ao nível de cursos profissionais, por exemplo. Agora, a matriz... sou completamente favorável a que seja centralizada, que venha do Ministério da Educação para depois se aplicar em cada local.

- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?

A perceção que eu tenho, quer dizer, eu não conheço o município, embora esteja aqui há cinco anos, há realidades que me escapam, eu sou professor do Ensino Secundário e, portanto, a minha perceção nos ciclos mais baixos de ensino... O que eu acho, de um modo geral, é que nos municípios, até por coisas que já disse aqui atrás, a educação não é propriamente um setor em que se aposte, em que se aposte como se devia apostar. Há muito o chavão (isto é português, não é?) de que o futuro está na educação, de que não há nada melhor que se possa dar a uma pessoa do que uma boa educação, ouve-se aquela história de “em vez de dar o peixe, ensinar a pescar”, blá, blá, blá... Mas, depois, nós passamos para o terreno e percebemos que isso é pura retórica, na maior parte dos casos. E aqui a perceção que eu tenho aqui é um pouco esta, ou seja, o município vai resolvendo, se calhar relativamente bem,

estas questões de que já falámos... Mas a percepção é que a educação não é uma aposta.

- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa?

Justifique.

- No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os municípios?

- E que obstáculos encontram?

Em meu entender, os municípios, e Penacova é exemplo disso, fazem apenas aquilo que têm de fazer em termos de educação e não aproveitam as suas potencialidades para fazer outras coisas importantes.

Não vejo que encontrem obstáculos... É só uma questão de definição de prioridades...

- Como percebe a evolução das competências dos municípios em termos educativos?

- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração?

Correndo o risco de repetir um pouco o que disse atrás, eu acho muito bem que os municípios sejam responsáveis por tudo o que é infraestruturas materiais, transportes, AEC's (relativamente às AEC's começa a haver alguns "clics" nalguns municípios; não é a mesma coisa optar-se por dar música ou dar, sei lá, uma coisa qualquer que não tenha interesse nenhum e que ...) ... Agora, a esse nível, mesmo nas escolas (eu, por exemplo, não veria inconveniente nenhum em que fossem as autarquias a ficarem responsabilizadas pela manutenção de todos os espaços escolares do concelho, incluindo a escola secundária, etc., etc.), até via vantagens na descentralização. Já quando se fala de currículos, de gestão de pessoal docente, de pessoal técnico, etc., etc., aí não, aí acho que não se deve caminhar nesse sentido e acho que essas competências não devem claramente ser das autarquias. O poder central, o Ministério, pode ter uma configuração ou outra, isso é discutível, mas eu prefiro, pessoalmente prefiro concursos públicos, nacionais, com as regras, com o mínimo de regras... Mas eu sei que isto é incontornável e que não há uma solução para isto. Por exemplo, as pessoas que fazem um curso na escola A ou na escola B saem com a mesma média e concorrem em pé de igualdade e, no meio disto tudo, não é a mesma coisa fazer-se matemática no Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra ou fazer-se na Escola Superior de Educação de Freixo de Espada à Cinta (acho que não há lá nenhuma!!). a questão está aí. Mas independentemente disso, acho que não há solução para isso. Deve ser feito um concurso nacional, público com regras (que, às vezes, podem ser mais ou menos claras).

- Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens?

- Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.

- Considera necessária uma maior intervenção municipal? Com que objetivo? Em que áreas?

Do ponto de vista da ação do município, eu confesso que tenho alguma dificuldade em responder, mas a perceção que eu tenho, até da política geral do município, é que as coisas são todas muito ao nível da funcionalização, isto é, o Ministério atribui “isto” e nós fazemos rigorosamente como está escrito, ou seja, não há ousadias. É aquilo que um poeta que muito aprecio chamado Alexandre O’ Neill chamava “um modo funcionário de viver”. Aqui também é um pouco isso, é “um modo funcionário” de gerir, neste caso, a rede escolar, a questão da educação. Mas esta é a perceção que eu tenho. Não sei se isto é assim, mas eu penso que é mesmo... aplicar as coisas com alguma linearidade e, portanto, sem grandes ousadias. É o que tem que ser...

- Como é que o Agrupamento de Escolas tem vindo a fazer face a este crescente alargamento de competências educativas dos municípios?

- Quais as maiores mudanças decorrentes de tal alargamento?

- Em que áreas se localizam?

- Cite exemplos.

- Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.

Penso, com toda a certeza, que o Agrupamento tem estado sempre recetivo às iniciativas municipais, que são, aliás, muito poucas... Em termos práticos, não consigo identificar mudanças decorrentes desse alargamento...

Penso que os municípios devem operacionalizar as competências que já possuem. Há aspetos, na educação, que, na minha opinião devem ser necessariamente centralizados (gestão de currículos, recrutamento de pessoal docente, etc., etc.).

- Na sua opinião, como se concretiza a atuação do município em termos educativos?

- O município participa efetivamente na resolução de problemas educativos. Justifique. Cite exemplos.

- O município intervém por iniciativa própria ou apenas quando é solicitado pela escola?

- O Agrupamento sente reciprocidade por parte da Câmara Municipal para a concretização das políticas educativas?

O município intervém em todas as áreas que lhe compete intervir... Mas falta iniciativa...

- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa?

- Considera que as competências educativas municipais já regulamentadas são de fácil operacionalização? Porquê?

Parece-me que sim. Justamente no seguimento daquilo que estávamos a dizer... Basta ter uns técnicos que dominem minimamente essas coisas, para se aplicar...

- De que modo é que o Conselho Geral contribui para a operacionalização da política de educação local?

O Conselho Geral é, de facto, o órgão do Agrupamento superestrutural. Ele é que define as linhas gerais de organização da educação no Agrupamento. Isto são coisas como aprovar as linhas gerais do orçamento, aprovar o Projeto Educativo, aprovar o Plano Anual de Atividades, aprovar o Regulamento Interno da escola e por aí fora. Agora, o problema é que, depois, nós podemos aprovar até bons documentos e aprovar boas linhas orientadoras, o pior é que depois nem sempre isso se operacionaliza. Há aqui um problema... Isto é como no país... Nós temos um sistema legislativo, ao que parece, ótimo, temos dos sistemas legislativos mais avançados da Europa, mas depois há um problema... É que as leis não são cumpridas. Ora bem, aqui é a mesma coisa. Nós podemos ter um bom Projeto Educativo, podemos ter um Plano Anual de Atividades bem pensado, etc., mas, depois, o que se passa é que a realização dessas atividades, desses projetos não é feita, eu diria mesmo, de forma séria. E eu falo contra também a minha classe... Eu sou professor e, de um modo geral, nós temos um deficit de profissionalismo. De um modo geral, temos ótimos profissionais, mas, de um modo geral, não somos bons profissionais, porque eu acho que nós vivemos muito a duas dimensões: há uma dimensão que é a dimensão teórica, dos princípios, e depois há a dimensão prática do quotidiano. Eu dou este exemplo e é uma coisa que eu tenho batalhado há muitos anos no Conselho Geral, já com a outra Direção, já com esta Direção, mas depois também é verdade que se não houver envolvimento da comunidade educativa isto não é possível. Por exemplo, eu acho absolutamente catastrófico o modo como as pessoas se comportam no espaço escola. E falo de coisas como cumprimento de regras, deixar passar o outro na porta ou não deixar, jogar à bola em qualquer sítio, colocar o lixo ou não no sítio certo...

Porque nós caímos nesta contradição... Provavelmente, os professores e os alunos que passaram dentro da sala de aula quarenta e cinco minutos a falar de educação cívica... Eu já não falo do que se teria passado naquela aula de Formação Cívica... Mas vamos admitir que as coisas correram bem, que os alunos foram bem comportados, toda a gente teve ótimos perfis... Quando se sai daquela aula, já se pode abrir portas a pontapé, já se pode pôr lixo no chão e por aí fora, não é preciso estar aqui a enumerar muitas coisas... E é isso que eu digo... Portanto, os Conselhos Gerais podem até ser bem intencionados, mas não têm, digamos assim, poder executivo. Depois o que se nota é que as direções ou conseguem mobilizar professores, funcionários, alunos, para que as coisas funcionem, ou então a guerra está definitivamente perdida, quer dizer, isso transparece na prática quotidiana das escolas. Eu não quero puxar dos galões, mas eu acho que o Conselho Geral, nos últimos anos, nos últimos dois, três anos, tem tido um papel mais interventivo e mais orientador do que tinha, porque, geralmente, estas coisas, as assembleias de escola, os conselhos gerais, etc., eram assim uma espécie de “figura de lapela”.

- Quais os elementos do Agrupamento que constituem o Conselho Geral?

Do Agrupamento propriamente dito, as pessoas do Agrupamento são todos selecionados por via eleitoral. Portanto, sete docentes, duas pessoas do pessoal não docente e uma aluna. O Conselho Geral pode ter entre dezassete e vinte e um membros. Nós optámos por dezanove. Depois tem mais, de fora da escola, três representantes da associação de pais, três representantes da autarquia e três representantes da comunidade. Os da associação de pais são nomeados pela associação de pais, os do município pelo município e os três representantes da comunidade são nomeados pelos outros dezasseis.

- Quais os critérios que estiveram na base da seleção desses elementos?

É via eleitoral. As pessoas apresentam listas... Eu tenho imensa pena que, por exemplo, para o pessoal não docente, tenha havido só uma lista. No primeiro conselho geral transitório, houve duas listas e o pessoal não docente teve também duas listas, embora ... seja uma lista de pessoal não docente da escola sede e uma lista de pessoal não docente das outras escolas. Não há propriamente o espírito de agrupamento. E depois há os alunos, a eleição é feita entre os alunos do ensino secundário e entre os delegados de turma. Fui eu próprio que fiz essa eleição, convoquei os delegados de turma e eles elegeram o seu representante.

- Através do Conselho Geral, a comunidade (com a representação municipal) consegue ter uma participação efetiva na vida da escola?

Sim... Sabes, isto tudo depende das pessoas... nós procuramos duas coisas nas pessoas que selecionamos, primeiro o princípio da diversidade (escolher pessoas em situações diferentes, por exemplo, optamos por uma instituição ligada à rede pública, neste caso, o centro de saúde, que é uma instituição que tem protocolos com a escola, temos uma I.P.S.S., que é o Centro de Miro, temos uma grande cooperação, desde fazer estágio aos transportes, é, de facto, um polo dinamizador e depois escolhemos uma empresa privada). É a primeira vez que temos uma empresa privada aqui neste Conselho Geral. É a empresa “Águas de Penacova” que é assim uma empresa com alguma projeção. Desse ponto de vista, esta empresa é a primeira vez que faz parte, não sei que contributos positivos é que pode trazer... Agora, o Conselho Geral... e eu critiquei muito o município anteriormente pelo facto de designar três presidentes de junta. O que é que isto significa? Significa que, basicamente, têm todos a mesma visão. É uma espécie de visão monolítica. Como é um órgão superestrutural, quanto mais visões diferentes houver, mais enriquecidos podem ser os projetos. Portanto, eu não olho para a escola da mesma maneira que uma empresa privada ou uma I.P.S.S.. A escola é olhada de forma diferente e é bom que tenhamos esse feedback, esses outros olhares, para depois podermos apontar caminhos, os melhores caminhos... Desse ponto de vista, a comunidade é que pode, obviamente, ter uma... e tem... e tem... Por exemplo, este ano, o Centro de Saúde, e eu acho que eles ainda fazem pouco, podiam fazer mais, tem estado em colaboração em vários projetos no âmbito da Educação para a Saúde (sobre a alimentação saudável, enfim... uma série de coisas...). Tem colaborado e isso é ótimo.

Isto tem a ver, mais uma vez, com as pessoas. O Centro de Miro está a dar tempo (sem descontar) aos funcionários para virem fazer o processo de R.V.C.C.. Isso é ótimo.

Agora, há uma coisa que eu quero dizer: eu acho muito bem que todos estes órgãos estejam representados na escola, mas cada um tem que fazer aquilo que é da sua área de competência. Às vezes, há quase um exagero, são os pais que têm que mandar na escola... Não podem ser os pais a dizer que tipo de aulas é que eu vou dar... Não podem ser os pais a dizer como é que é o currículo... Os pais não fazem nada disto... Isso é muito perigoso... Se não começamos todos a decidir o que é que as pessoas fazem nas várias instituições, não é? Agora, o contributo que trazem, obviamente, que é muito bom...

- Que importância atribui à participação da Autarquia no Conselho Geral?

Isso decorre do que já dissemos... Obviamente que a Autarquia, até pelo facto de ter delegadas aquelas competências de que já conversámos, deve ter um assento privilegiado no Conselho Geral, desde o momento que seja com vozes autorizadas. Eu posso dizer-te que, no anterior Conselho Geral, houve um dia em que aconteceu uma coisa absolutamente extraordinária. Foi o seguinte: em três representantes, que eram três presidentes de junta do concelho, sendo que dois eram afetos à cor política da autarquia, só estava presente o representante da Autarquia que não era afeto à cor política do município, então, a dada altura, houve várias críticas (havia pais a fazer críticas à autarquia, professores a fazer críticas à autarquia e o próprio representante da autarquia criticava a Autarquia; isto é completamente absurdo!). Não estava ali a representar e a defender as políticas da Autarquia ...

- Com o Dec.-Lei 75/2008, há um reforço da participação da Autarquia no Conselho Geral. Como encara este facto?

Acho que já respondi... É preciso que a autarquia aproveite esse reforço e participe efetivamente... Se o fizer com o intuito de melhorar o fenómeno educativo, acho muito bem...

- Como considera que os restantes membros do Conselho Geral encaram o reforço da participação da Autarquia?

Não vejo que haja discordâncias... Aceita-se tacitamente... E isso é bom, por causa da proximidade. Se uma escola tem uma infiltração de água, resolve-se tudo mais rapidamente telefonando para a Câmara do que estando à espera...

- Pensa que, em termos práticos, alguma coisa mudou?

Não, isso acho que não...

- A Autarquia passou a ter mais capacidade de intervenção na definição das linhas orientadoras da política da escola? De que forma?

Bom, isso só não tem se não quiser. A autarquia tem três assentos... Tudo depende das propostas que trouxerem... Isso é uma questão de se fazer, como eu costumo dizer, o trabalho de casa. E o que acontece é que, muitas vezes (por hábito, mando sempre os documentos com uma antecedência razoável, antes de haver as reuniões, para que as pessoas possam opinar...) não trazem propostas...

- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.

Vamos ver, a relação é assim... Como não há muita iniciativa, a Autarquia vai fazendo o que lhe compete da melhor forma que sabe e pode. Eu gostaria que ficasse isto claro: não estou aqui a dizer que há uma má intenção ou que não há vontade, nalguns casos, acho que é mesmo por ignorância, por não se saber... Mas o que eu acho estranho é não se fazer tudo aquilo que era natural para se colmatar essa ignorância. Eu, quando não sei, pergunto, falo com as pessoas, etc., etc.. E, portanto, desse ponto de vista, acho que ... Eu também não estou a dizer que ao nível do poder executivo do Agrupamento não possa também haver algumas responsabilidades, seguramente que, se calhar, há... Agora, acho é que há pouca iniciativa da Autarquia.

- De que modo é que o município, ao concretizar as suas políticas educativas colabora com a escola? Existe reciprocidade? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade?

Sim, embora às vezes... Por exemplo, na questão dos transportes, dizem que não podem... Dizem que só podem transportar as pessoas entre as nove e o meio dia e, depois, entre as três e as cinco e, portanto, eu acho que devia haver uma maior flexibilidade. Provavelmente, teriam de pagar algumas horas extraordinárias aos motoristas...

- A escola é recetiva à atuação educativa municipal? Porquê?

Sim, sem dúvida. Devia haver é mais atuação educativa municipal...

- Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento com a escola?

Os canais hoje são os normais (internet, telefone...). Isso é relativamente fácil... Não me queixo... Aqui não há dificuldades, até pela proximidade... Até quase no restaurante numa situação completamente informal... e isso é bom...

- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?

- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.

- É mais fácil a cooperação com a Câmara nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?

Eu, simplesmente, na relação com a Autarquia, não vejo diferença, porque, no fundo, como as estruturas físicas se mantiveram, basicamente, eles têm que fazer as mesmas coisas. Suponho que terá sido por isso é que, inclusive desde a altura em

que se deu esta fusão, haja aqui alguma falta de entendimento relativamente ao antigo Agrupamento de São Pedro de Alva que era mais pequeno (eles não têm a noção de terem sido fundidos, mas absorvidos...). Eu acho que as pessoas de São Pedro de Alva não perceberam que nós não queríamos isto. Foi uma imposição...

- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?

- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?

- Quais as dificuldades que levantam?

Não, não vejo vantagens. Talvez porque, sendo eu do Ensino Secundário, eu já acho um erro pedagógico colocar no mesmo espaço alunos do quinto ano ao décimo segundo ano. Acho isso um erro pedagógico... Já os gregos nos ensinavam isso... De facto, os interesses são completamente díspares, por vezes há comportamentos completamente darwinistas (relativamente, por exemplo, àquela questão do civismo de que falámos há bocado), os grandes centrifugam os pequenos, seja no acesso ao bar, ao refeitório, seja no que for, e isso cria no recinto uma espécie de...

Os agrupamentos já eram complicados. Os mega-agrupamentos ainda vieram complicar isto mais... Gerir todos estes níveis de escolaridade cria discrepâncias, depois as pessoas têm interesses diferentes, tudo, mesmo entre os docentes... Eu não gosto de tudo o que é mega. As coisas muito grandes são mais difíceis de gerir, são menos funcionais, tem todos esses inconvenientes. Agora, já que a questão era poupar dinheiro, podiam ter, eventualmente, reduzido as equipas diretivas (em vez de serem quatro, passassem a três...). António Sérgio dizia que as cidades não deviam ter mais do que trinta mil habitantes... Na escola, é a mesma coisa... Há aí mega-agrupamentos com três ou quatro mil alunos. É, de facto, um absurdo...

- Na sua opinião, que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?

- Que resultados espera virem a alcançados através da política educativa desenvolvida neste concelho?

Bom, Augusto Abelaira, que é um escritor que eu aprecio muito, definia-se como um "pessimista otimista". O que é que ele queria dizer com isto? Ele olhava para a realidade e achava que só tinha razões para ser pessimista. Mas, depois, no seu dia a dia, age como um otimista. Eu acabo por ser assim... Olho para a realidade e, confesso, não há muitas razões para otimismo. Há razões, sim, para pessimismos. Mas depois acabo por agir como um otimista. Acho que dou o meu contributo. Por isso fiz uma lista para o Conselho Geral.

Para responder a esta questão, é evidente que, retrospectivamente, tenho uma visão pessimista e negativa disto, mas haja vontade, haja o famoso diálogo e, de facto, as coisas podem mudar. E deste ponto de vista da autarquia, à medida que eles se foram integrando da situação, falhou talvez, nalguns casos, alguma humildade, até do ponto de vista técnico. Deviam reconhecer que não sabiam como é que funcionava... Mas fico otimista. Aprendi a cultivar a utopia, não como destino, mas como direção... As utopias como destino são perigosas, mas como direção são ótimas, porque nos movem na ação. Eu espero que eles também tenham um pouco essa ideia de olharem para a utopia de uma melhor educação no concelho, mas como direção para, desse ponto de vista, fazerem o que acho que devem fazer.

Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma

Eu acho muito interessante. E porquê? Eu acho que estes estudos de campo são importantes porque... É que, geralmente, nós, para decidirmos, sobretudo do ponto de vista político, só decidimos bem se conhecermos a realidade. O que nós mais fazemos, no dia a dia, é decidir sem conhecer a realidade. Ora, se nós decidirmos, se nós tomarmos medidas dentro da realidade que não conhecemos, o mais provável é aquilo dar asneira. Nós só podemos decidir bem, conhecendo a realidade. Trabalhos deste tipo podem ser muito importantes para conhecer a realidade. Agora, as pessoas depois têm é que os ler, tirar as suas ilações, etc., etc. Eu acho que estes trabalhos só são realmente importantes se tiverem essa dimensão, porque, se for só para se pôr no currículo, não têm interesse nenhum. Eu, como sou de Filosofia, quando eles perguntam para que é que aquilo serve, eu digo sempre aos alunos que, ou aquilo serve para nós termos uma vida melhor, para pensarmos melhor a nossa vida, para nos ajudar a ordenar o mundo, ou então não vale a pena estarmos lá. Aqui é a mesma coisa, conhecer a realidade...

ENTREVISTA – 2

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Coordenadora do 1º CEB

Data: 22/06/2011

Hora: 10h00

Local: Sede do Agrupamento de Escolas de Penacova

Recursos: gravador

- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?

No geral, não tenho ideia formada, mas, particularmente em relação a Penacova, penso que não há articulação entre o município e, não digo a Direção, mas, pelo menos, o primeiro ciclo. Como coordenadora, nunca tivemos uma reunião. Portanto, eles decidem e nós temos que acatar o que nos é imposto.

- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?

- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.

- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?

- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa?

Justifique.

- No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os municípios?

- E que obstáculos encontram?

Não estou dentro desse assunto...

- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?

- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração?

Sim, pelo menos, no caso, a intervenção tem sido mais flagrante ao nível das AEC.

- Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens?

Sim, porque é uma forma mais direta de se conseguirem verbas, por exemplo.

Desvantagens não vejo, desde que funcionem devidamente.

- Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.

Não. Eu acho que as competências deles se devem localizar ao nível dos edifícios escolares, do parque escolar, de comemorações de algumas datas, etc. Agora, tudo o que diga respeito a aspetos pedagógicos e a colocação de docentes, por exemplo (como se fala), não.

- No âmbito específico do 1º CEB, considera necessária uma maior intervenção municipal? Com que objetivo? Em que áreas?

Penso que já respondi a esta questão...

- No caso específico do município de Penacova, como intervém ao nível do 1º CEB?

É mais ao nível da parte física (dos edifícios escolares), dos materiais de limpeza, dos transportes escolares...

- Considera benéfica a criação do Centro Escolar de Penacova e o conseqüente encerramento de várias escolas do 1º CEB no concelho?

Por um lado, sim, por outro, não. Sim, porque é uma forma de as crianças terem um ensino mais alargado e conhecerem outros colegas. Não, porque, para algumas localidades, isso vai fazer com que fiquem completamente despidas de crianças. O facto de essas escolas encerrarem vai fazer com que certas crianças estejam fora de casa desde as 7.30/8.00 da manhã até às 7.30/8.00 da noite. Temos situações desse género.

- O município participa efetivamente na resolução de problemas surgidos neste nível de ensino? Justifique. Cite exemplos.

Alguns sim, mas, às vezes, funciona aí muito o “jogo do empurra”, o dizerem que não é competência deles.

- O município intervém por iniciativa própria ou apenas quando é solicitado pela escola?

Quando é solicitado.

- É sentida reciprocidade por parte da Câmara Municipal para a resolução de problemas surgidos no âmbito do 1º CEB?

Quando há necessidade, há boa vontade. Também não sabemos se eles têm as condições ou não para fazer as coisas melhor do que fazem, mas recetivos são.

- Como é que a participação mais ativa do município na educação, especificamente no 1º CEB, contribui para estreitar as relações entre a escola e o contexto sociocultural em que está inserida?

Eles, de vez em quando, tentam organizar algumas atividades. É o caso, por exemplo, do Dia da Criança. Agora com o Centro Cultural, as crianças das “escolinhas” à volta vêm mais vezes a Penacova e entram em contacto com outras realidades.

- É de opinião de que as sensibilidades e conceções educativas dos agentes municipais contribuem para o desenvolvimento educativo do concelho mesmo em detrimento dos suportes legislativos de referência? Cite exemplos. Justifique.

Acho que sim. Ninguém melhor que eles conhece a realidade. Com esse conhecimento e com as suas próprias conceções viradas para a educação é possível fazer um bom trabalho nesta área.

- A transversalidade em educação é uma utopia ou uma realidade? Justifique.

É uma realidade, a funcionar umas vezes melhor outras vezes pior, mas há. Há realmente vários domínios que se cruzam na concretização do fenómeno educativo.

- Como é que o município contribui para a existência dessa transversalidade?

Mais a nível de financiamento...

- Quais os principais problemas deste concelho no âmbito específico do 1ºCEB?

Eu acho que o maior problema é o dos transportes. Se o município tivesse uma frota maior, evitaria aquele longo período de permanência de algumas crianças fora de casa (de que já falei).

- Como perceciona a atuação da autarquia no sentido de lhes fazer face?

Eu acho que sim. Nota-se que tem havido alterações, a situação tem vindo a melhorar, mas ainda não é suficiente. Também temos que ver que é um concelho muito vasto e com povoações muito distantes.

- A Câmara organiza diligências no sentido de cooperar com a Escola para os resolver? Quais? Em que circunstâncias?

Sim, a câmara tenta cooperar com a escola no sentido de resolver estes problemas. Por exemplo, quando há um problema de falta de transporte, eles tentam resolver.

- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa, ao nível do 1º CEB?

Acho que fazem o que a lei lhes impõe.

- É preocupação do município assegurar efetivamente a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação do Ensino Básico? Cite exemplos.

Sim, mas, às vezes, tem que haver uma imposição da nossa parte, porque nem sempre à primeira as coisas resultam.

- De que modo asseguram os transportes escolares?

Eles têm carrinhas próprias ou contratualizam-nas com instituições do concelho.

- E a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos do Ensino Básico?

São eles que contratam empresas que asseguram a gestão dos refeitórios.

- Há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar? Ele é assegurado?

Não.

- Como apoiam o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa no Ensino Básico? Cite exemplos.

Fazem algumas atividades conjuntas (primeiro ciclo/pré-escolar). Por exemplo, no Dia da Criança, tivemos cá um contador de histórias. Agora, no final do ano letivo, na semana cultural, houve aqueles jogos à beira-rio.

- De que modo participam no apoio à educação extraescolar?

Com a organização de diversas atividades, como já referi.

- Como gerem o pessoal não docente do Ensino Básico?

É uma gestão limitada, tendo em conta que algumas escolas do primeiro ciclo estão muito isoladas e nós temos lá auxiliares por uma ou duas horas. No primeiro ciclo, seria mais frutífero se estivesse a tempo inteiro. No caso de uma criança cair ou ficar indisposta, o professor fica “de mãos e pés atados”, porque não tem quem socorra em situações deste género.

- Em que moldes desenvolvem a ação social escolar para o Primeiro Ciclo do Ensino Básico?

Eu acho que a nível de subsídios, não há problemas. Eles atribuem os subsídios que devem atribuir.

- É de opinião de que é necessário transferir ainda mais responsabilidades educativas para as autarquias ou para outras instâncias deslocalizadas? Porquê?

Não, se assegurarem o que a lei impõe, já é bom.

- Este reforço de competências traria benefícios para as escolas? Quais? E para o Ensino Básico em particular? Quais?

Acho que não haveria benefícios com isso.

- Como é que a Câmara concretiza as Atividades Extra Curriculares?

Com as AEC, nós temos tido alguns problemas que já têm vindo a melhorar. Inicialmente, tínhamos as AEC integradas no horário do professor titular da turma e, a pouco e pouco, fomos conseguindo que, cada vez menos, houvesse essa infiltração. Isto deve-se ao facto de a autarquia não querer contratar mais professores. Eles têm uma bolsa de professores e, se tivessem mais, facilitaria de modo a que as atividades do primeiro ciclo não fossem intercaladas com as AEC.

- Como é a relação com as escolas?

Aí não há problemas. A relação é boa.

- Quais as atividades oferecidas?

Inglês, Música, Educação Física, Oficina da Ciência, Natação e Expressões.

- Há parcerias estabelecidas? Com que instituições? Quais os critérios de eleição destas instituições?

Que eu saiba, não.

- Encontram dificuldades na operacionalização das AEC? Quais?

Agora, não. Como a maior parte dos professores já cá está desde o princípio, já foram adquirindo os materiais necessários. Há todo um conjunto de materiais que a autarquia já foi adquirindo sobretudo ao nível da música e ao nível da educação física.

- Na sua opinião, as AEC trazem realmente vantagens para os alunos? E para as famílias?

Por um lado, sim. A nível das expressões, acho que sim. O único senão é o facto de as crianças passarem tanto tempo no edifício escolar. Por outro lado, as atividades das AEC não são lúdicas. Acaba por ser uma continuidade do programa escolar, porque as crianças continuam a ter matéria. Por exemplo, no Inglês e na Oficina das Ciências fazem fichas. Acho que as atividades deviam ser mais lúdicas para as crianças terem oportunidade de brincar e isso não está a acontecer em algumas das áreas das AEC.

Para as famílias, é bom, porque não têm onde deixar os filhos para irem trabalhar.

- Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume o município de Penacova para o Ensino Básico?

- Como é que a atuação do município no domínio das não competências pode trazer benefícios educativos?

- Quais as ações que concretizam no plano das não competências? Porquê essas e não outras? Que mais haveria a fazer nesta área?

- Há projetos socioeducativos da iniciativa da Autarquia? Quais? Como os avalia?

É melhor falar com alguém da Direção...

- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.

- A Escola sente reciprocidade por parte do município para a concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade?

- A escola é recetiva à atuação educativa municipal? Porquê?

- Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento com a escola?

- É de opinião de que o município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento ou ultrapassa esta dimensão meramente económica? Explique porquê.

- Que tipo de apoio é solicitado pelo Agrupamento à autarquia?

Dê exemplos concretos.

É melhor falar com alguém da Direção...

- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?

Não propriamente. Eu acho que as competências que eles tinham continuaram a manter.

- É mais fácil a cooperação com a Câmara nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?

Eu acho que a nós não nos afetou. Posso dizer que a mim, como coordenadora do primeiro ciclo, não me afetou diretamente. O trabalho do município com o agrupamento funciona mais a nível da Direção. Como a outra escola tem uma representante, por enquanto ainda a tem, é com ela que os assuntos são resolvidos mais diretamente.

- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?

No nosso caso, o grande problema é a distância entre os dois. Enquanto houver coordenadora, a situação está resolvida, porque ela cumpre o papel dela no edifício dela. Quando ela deixar de existir, não sei até que ponto é que eu não terei de me deslocar a São Pedro de Alva (cerca de quarenta quilómetro ida e volta). Portanto, até ao momento não tem havido problema, mas, no futuro, a situação tende a complicar-se.

- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?

Acho que quando os edifícios são mais próximos e mais centrais, sim. É até mais fácil operacionalizar as políticas educativas municipais, porque só há uma escola.

- Quais as dificuldades que levantam?

Dificuldades ao nível da gestão... É muito mais difícil gerir um mega-agrupamento do que um agrupamento.

- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.

- Na sua opinião, que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?

- Que resultados espera virem a alcançados através da política educativa desenvolvida neste concelho?

São questões em que eu não estou muito à vontade...

- Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma?

Se o estudo é para melhorar as práticas, acho que esta investigação é necessária (até para vermos até que ponto as coisas estão a funcionar bem ou mal). Se for só um estudo que vai ser feito para depois ficar arquivado numa tese, aí é negativo. É preciso que sirva para melhorar as práticas.

ENTREVISTA – 3

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Coordenadora do Pré-Escolar

Data: 06-06-2011

Hora: 10h

Local: Sede do Agrupamento de Escolas de Penacova

Recursos: gravador

- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?

Neste momento, há uma certa desarticulação, talvez por o Executivo ser novo e por não ter conhecimento da realidade. Mas, aos poucos, já estão a começar... Em princípio, no próximo ano, já haverá maior articulação.

- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?

Eu acho que é mais a dita perceção ao nível do Executivo Camarário, porque se eles derem uma maior importância à educação, a seguir vai a sociedade toda, porque a ação deles também vai condicionar (ou não) a perceção da sociedade acerca da escola.

- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.

Sim, acho que sim... Se se descentraliza, a atuação educativa deixa de estar concentrada ao nível do poder central e é distribuída pelos municípios...

- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?

Eu acho que eles devem continuar a ser responsáveis pelos edifícios e pela manutenção. Agora, pedagogicamente, para já, não conhecem e, muitas vezes, muitos não querem conhecer.

- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa?

Justifique.

Sim, se tiverem as verbas necessárias para darem essa resposta educativa.

- No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os municípios?

Eles têm lá pessoas perfeitamente capazes. Têm lá uma técnica superior de educação que eu já conheço doutros anos... Eu acho que o atual executivo lhe está a dar um bocadinho de espaço para ela trabalhar. E têm a mais valia de ter outra técnica superior, neste caso, a da biblioteca, que tomou posse o mês passado. Eu acho que são mais valias e, este último mês, começaram a trabalhar muito com a escola, tanto que até atrapalharam as próprias atividades que já estavam programadas no nosso PAA.

- E que obstáculos encontram?

Em termos de obstáculos, eu acho que é mesmo os transportes e, como é um concelho disperso e muito acidentado, era essencial que cada freguesia tivesse, pelo menos, uma carrinha, um autocarro. É um dos grandes obstáculos...

- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?

- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração?

Concordo com esta evolução de competências, desde que a intervenção seja mais numa lógica de construção conjunta e de articulação e não meramente economicista.

- Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios?

As vantagens situam-se ao nível da articulação e do fomento das atividades que nós, na escola, às vezes não temos tempo ou poder para organizar. Até a articulação junto dos pais... Agora, o município misturar-se no pedagógico, acho que não...

- Reconhece-lhe desvantagens?

Pode dar azo a abusos também... Podem imiscuir-se na parte pedagógica e não têm capacidade para isso. É uma realidade que desconhecem. Eu acho que devem intervir no sentido de uma articulação... Agora, no pedagógico propriamente dito, não... Eles não conhecem a realidade... Eles não trabalham com o grupo de crianças. Eles têm uma visão do outro lado. Enquanto nós estamos virados para o grupo de crianças, eles estão a pensar mais nos cofres da câmara.

- Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.

Não... Eles têm as suficientes... Há o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Geral, basta... Com mais competências, acabariam por imiscuir-se em assuntos que têm de ser tratados a outro nível (o pedagógico, por exemplo).

- No âmbito específico da Educação Pré-escolar, considera necessária uma maior intervenção municipal? Com que objetivo? Em que áreas?

No âmbito específico da Educação Pré-escolar, não há necessidade de uma maior intervenção. Há, sim, necessidade de articulação numa perspetiva de planos de atividades, mas de resto não...

- No caso específico do município de Penacova, como intervém ao nível da Educação Pré-Escolar?

A sua atuação localiza-se sobretudo ao nível dos transportes e da manutenção do parque escolar. Também asseguram as refeições e o pessoal não docente.

- O município participa efetivamente na resolução de problemas surgidos neste nível de ensino? Justifique. Cite exemplos.

Pelo menos nas questões que eu ponho, eles ajudam. Eu sei que eles, este ano, tiveram um papel muito importante junto da DREC e da Equipa de Apoio às Escolas no sentido do não encerramento de alguns jardins de infância.

- O município intervém por iniciativa própria ou apenas quando é solicitado pela escola?

Se calhar faz parte desse desconhecimento... Até agora, tem sido porque eu solicito... Eu sinto necessidade de esclarecer e, então, solicito.

- É sentida reciprocidade por parte da Câmara Municipal para a resolução de problemas surgidos no âmbito do Ensino Pré-Escolar?

Sim. Sempre que são solicitados, respondem às solicitações... Portanto, há reciprocidade.

- Como é que a participação mais ativa do município na educação, especificamente na Educação Pré-Escolar, contribui para estreitar as relações entre a escola e o contexto sócio-cultural em que está inserida?

A participação mais ativa do município na educação, especificamente na Educação Pré-Escolar, é um fator que pode ser “valorizante” junto da comunidade. Encontrar pontos de apoio entre os pais, em articulação com a comunidade, pode ser muito positivo. A cultura sai da escola e alarga-se à comunidade. Os pais serão a ponte entre a escola e o contexto sócio-cultural em que está inserida.

- É de opinião de que as sensibilidades e conceções educativas dos agentes municipais contribuem para o desenvolvimento educativo do concelho mesmo em detrimento dos suportes legislativos de referência? Cite exemplos. Justifique.

Claro, as pessoas é que fazem as instituições que representam. É evidente que as sensibilidades e conceções educativas dos agentes municipais contribuem para o desenvolvimento educativo do concelho. Se a educação constitui uma prioridade destas pessoas, é o concelho que ganha com isso... Se promovem ações culturais, estão a contribuir para o desenvolvimento educativo do concelho, sem dúvida.

- A transversalidade em educação é uma utopia ou uma realidade? Justifique.

A transversalidade em educação existe mesmo, sobretudo no pré-escolar. Eu acho que é o setor onde efetivamente essa transversalidade é real. Há muitas dimensões que se cruzam... É necessário muitos agentes a interferirem no processo educativo...

- Como é que o município contribui para a existência dessa transversalidade?

Está a começar aos poucos... Estão lá há pouco tempo, mas, pelo menos, há abertura. Quando eu chego e coloco as questões, a nível dos vários departamentos da câmara, eles colaboram.

- Quais os principais problemas deste concelho em matéria de Educação Pré-Escolar?

Os problemas situam-se sobretudo ao nível dos transportes.

- Como perceciona a atuação da autarquia no sentido de lhes fazer face?

Ainda no último Conselho Municipal, o Vereador até disse que haveria outra carrinha para fazer face à população escolar, para os alunos não saírem tão cedo de casa e não voltarem tão tarde. Isto a nível dos transportes. Nos últimos anos, a autarquia tem feito o apoio a projetos, em que cada escola ou cada turma se candidata, dá conhecimento dos objetivos e do projeto em si e pode ser financiado.

- A Câmara organiza diligências no sentido de cooperar com a Escola para os resolver? Quais? Em que circunstâncias?

Sim, sim. Por exemplo, a nível do que é da competência da câmara, o município arranja alternativas (se houver um problema de transporte, o município arranja alternativa, contrata outro transporte; o Centro Social de Miro tem uma carrinha grande). Tenta resolver o problema de outra maneira, pelo menos a nível dos transportes.

- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa, ao nível da Educação Pré-Escolar?

Novas competências locais?

- É preocupação do município assegurar efetivamente a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar? Cite exemplos.

Sim. O Jardim de Infância de Penacova foi o último a ser construído e foi muito bem equipado.

- De que modo asseguram os transportes escolares?

Os pais inscrevem a criança, são criados os circuitos. Depois, há carrinhas da câmara ou carrinhas alugadas para fazerem os circuitos.

- E a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar?

A câmara contrata empresas para servir as refeições. Por exemplo, este Jardim de Infância (Figueira de Lorvão) tem um contrato com o Centro Social, portanto, é o Centro Social que fornece as refeições. Os restantes são servidos por empresas que ganharam o concurso na câmara.

- Há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar? Ele é assegurado?

Não.

- A Câmara apoia o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na Educação Pré-Escolar? Quais?

Sempre que há possibilidade, é dada uma verba para aquisição de materiais. As educadoras supervisionam, coordenam, planificam com as monitoras da CAF e a câmara ajuda no que é preciso. Este apoio é destinado especificamente às atividades da CAF.

- Considera esse apoio suficiente? Se não considera, em que medida é que o município o podia reforçar?

Eu acho que esse apoio nem devia existir, porque uma criança fica fechada desde as oito da manhã às oito da noite dentro de quatro paredes a fazer mais do mesmo. Os pais que experimentassem ficar fechados no seu escritório e iam ver se gostavam. E, ainda para mais, na nossa comunidade ainda existem algumas avós que poderiam fazer esse apoio. O que faz falta às crianças, neste momento, é ir para o campo saltar e correr.

- Como gerem o pessoal não docente da Educação Pré-Escolar?

Isso é da competência deles. Eles é que asseguram, contratam... É tudo com eles. Sei que, geralmente, em setembro, fazem umas ações de formação de um ou dois dias, para o pessoal não docente da CAF (têm feito nos últimos anos).

- Em que moldes desenvolvem a ação social escolar para os alunos do Ensino Pré-escolar?

Não sei, é mesmo com eles...

- É de opinião de que é necessário transferir ainda mais responsabilidades educativas para as autarquias ou para outras instâncias deslocalizadas? Porquê?

Não, acho que está bem assim. Correríamos o risco de interferirem no domínio pedagógico e isso não seria positivo.

- Este reforço de competências traria benefícios para as escolas? Quais? E para o Ensino Pré-Escolar em particular? Quais?

Acho que não...

- Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume o município de Penacova para a Educação Pré-Escolar?

Os tais projetos que eles têm. Faz-se a candidatura e pode ganhar-se a verba necessária para a sua concretização. Penso que se trata de uma incumbência não imposta por lei.

- Como é que a atuação do município no domínio das não competências pode trazer benefícios educativos?

Desde que seja uma atuação positiva, eu acho bem. É que eles podem vir a imiscuir-se em coisas que não são da sua competência e só prejudicam. Isso tem a ver mais com coisas concretas e com o meio em si.

- Há projetos sócio-educativos da iniciativa da Autarquia? Quais? Como os avalia?

Não tenho conhecimento de projetos sócio-educativos...

Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação na regulação do sistema educativo local?

O Conselho Municipal de Educação desempenha um papel importante, porque há vários participantes de vários setores da comunidade, o que permitirá, certamente, a regulação do sistema educativo local.

- Qual a constituição do Conselho Municipal de Educação?

Integram este Conselho representantes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia, Direção Regional de Educação do Centro, Escolas dos vários níveis de ensino, Educação Pré-Escolar, Associações de Pais e Encarregados de Educação, Associação de Estudantes, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centro de Saúde, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Instituto da Juventude e Guarda Nacional Republicana.

- O que pensa da composição do Conselho Municipal de Educação prevista na lei?

É um conceito interessante. Apesar de eu só ter participado em dois (um por ano letivo), pelo menos, nós temos a oportunidade de, em grande grupo, expormos as nossas angústias, os nossos problemas, que geralmente se prendem com a rede escolar, perante representantes da DREC e da câmara.

- Qual o processo de designação dos seus membros? Como foram designados os representantes do pessoal docente – e o da educação pré-escolar pública?

Os membros são designados por nomeação. Foi a Diretora do Agrupamento que nomeou o representante da educação pré-escolar pública.

- Como encara as competências definidas para o Conselho Municipal de Educação?

Estão no ponto certo. É que, se forem mais alargadas, a câmara terá tendência a imiscuir-se no nosso trabalho e nós no dela.

- Dê exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão.

Por exemplo, o ano passado, “salvou-se” o Jardim de Infância de Miro graças aos pais, que já tinham tomado uma posição, e graças ao nosso apoio e à clarificação de situações para o jardim de infância não fechar. E este ano esse reforço foi feito, uma vez que já foi dado a conhecer que o jardim de infância, no próximo ano, vai ter dezoito crianças e vai continuar.

- Em que medida é que o Conselho Municipal de Educação tem concretizado essas funções. Cite exemplos.

Ao nível, por exemplo, do que anteriormente referi.

- Que importância atribui à Carta Educativa?

Sei que a Carta Educativa ainda não foi atualizada e precisa de ser. Mas é um documento orientador bastante importante.

- A Carta Educativa apresenta-se efetivamente como um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal?

No caso do município de Penacova, não, porque não está atualizada.

- Em termos práticos, como faz a prospeção do cenário educativo deste município?

Não tenho ideia...

- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.

Parece-me boa, positiva...

- A Escola sente reciprocidade por parte do município para a concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade?

Falhou, nestes últimos tempos, a articulação, mas há boa vontade por parte do município para haver uma melhor articulação nomeadamente a nível do plano anual de atividades. O problema é que o plano anual de atividades da câmara é feito de janeiro a dezembro e o plano anual de atividades do agrupamento é de outubro a julho. Há um desfasamento, mas que pode ser perfeitamente articulado.

- A escola é receptiva à atuação educativa municipal? Porquê?

Sim, a escola procura articular com o município em tudo o que é possível.

- Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento com a escola?

Tanto pode ser por mail (formal ou informal), como pessoalmente (acontece-me passar na câmara e falar diretamente com alguém).

- É de opinião de que o município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento ou ultrapassa esta dimensão meramente económica? Explique porquê.

Não é apenas um recurso financeiro, uma vez que a colaboração não se situa apenas a nível económico. Por exemplo, a organização de eventos para as crianças do pré-escolar é importante...

- Que tipo de apoio é solicitado pelo Agrupamento à autarquia?

Dê exemplos concretos.

Apoio ao nível dos transportes e ajuda financeira que, por vezes, o agrupamento tem que reforçar porque, os autarcas esquecem-se. Por exemplo, o financiamento do expediente da limpeza é da competência da autarquia, mais propriamente das juntas de freguesia, e tem havido alguns problemas nesse aspeto. Eles dizem que nós, educadoras, temos que supervisionar os produtos de limpeza. O último problema foi em relação a essa verba porque eles parece que não entendem que todos os dias tem que haver uma desinfeção a fundo do jardim por causa das crianças.

- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?

Não muda muito, na medida em que nós somos um pequeno mega-agrupamento. No fundo, ganhamos só mais uma escola.

- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.

Penso que nem é uma forma de reforço nem de atenuação. Depende dos municípios e depende das pessoas que representam os agrupamentos.

- É mais fácil a cooperação com a Câmara nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?

Não vejo grande diferença. Em vez de fazerem duas reuniões fazem uma. Eu acho que até é mais fácil...

- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?

Não posso dizer que concordo, porque as realidades são diferentes. Apesar de pertencermos ao mesmo concelho, a realidade do lado de lá do rio sempre foi diferente... Eu acho que os agrupamentos se deviam adaptar à comunidade e as diferenças são para se respeitar. Temos mais alunos, temos mais escolas, mais professores... mas, comparativamente com outros mega, até estamos muito bem.

- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?

Não vejo vantagens...

- Quais as dificuldades que levantam?

Eu vejo mais dificuldades do ponto de vista do aluno, porque o número de alunos origina uma política economicista (o financiamento é feito por número de aluno). Mas, sobretudo, não dá apoio aos alunos... São muitos alunos, há pouco pessoal, não há verba para contratar mais e podem acontecer coisas estranhas que acontecem noutras escolas (tipo bullying e coisas do género). O apoio individualizado dos alunos deixa de existir, porque são muitos alunos e as turmas são maiores. Daí a dificuldade... Eu acho que, em Portugal, o conceito de turma não é correto. Para o aluno realmente desenvolver competências, tem que haver um apoio mais individualizado e isso só se consegue com turmas mais pequenas.

- Na sua opinião, que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?

A nível local, se as pessoas não mudarem de cargos entretanto, vai-se sentindo mais necessidade dessa articulação que agora está a começar...

- Que resultados espera virem a alcançados através da política educativa desenvolvida neste concelho?

Não sei, porque, no contexto em que estamos, o problema é a verba. Por muito boa vontade que haja, que o município tenha, em relação à educação e em relação à cultura, não há verba. Não sei mesmo se, no próximo ano, haverá esse apoio aos projetos que eles têm feito...

Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma?

Eu acho que esta investigação tem todo o sentido, porque pode-os alertar e pode-lhes abrir os olhos. A partir daqui, pode-se resolver muita coisa...

ENTREVISTA – 4

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Professor com assento no Conselho Municipal de Educação

Data: Sede do Agrupamento de Escolas de Penacova **Hora:** 16h

Local: Sede do Agrupamento de Escolas de Penacova

Recursos: gravador

- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?

Acho que é uma relação importante porque há a possibilidade de serem criadas atividades conjuntas, de se fazer acordos a nível da gestão dos cursos (antigamente, muitas vezes, nas escolas primárias, os recursos não eram bem geridos, na minha opinião). Havendo uma relação entre a câmara e a escola, todos os recursos são geridos de modo mais positivo.

- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?

Primeiro, a legislação impôs uma série de coisas, porque, precisamente, a nível do Ministério, verificaram a existência de locais/escolas com dois alunos, com gastos avultados a nível dos transportes e, entretanto, passaram um pouco a responsabilidade e a responsabilidade das decisões mais para os municípios. E, portanto, foi criada determinada legislação que, na minha perspetiva, durante uns tempos, funcionou mais no papel do que na realidade, porque as pessoas são um pouco avessas à mudança. A pouco e pouco, a própria sociedade e as próprias escolas começaram a sentir que era necessário haver uma relação mais estreita.

- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.

Sim, acho que sim e é muito importante. Até para não haver ofertas educativas duplas. Há alguns anos atrás, nós oferecíamos o curso tecnológico de informática e a Beira Agueira oferecia também informática, o que criava uma situação um pouco complicada entre as relações entre as escolas. Estas questões agora são abordadas no Conselho Municipal de Educação.

- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?

Encaro-a de modo positivo. Permite fazer articulação que poderá ter repercussões positivas ao nível do processo de ensino/aprendizagem.

- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa?

Justifique.

Acho que ainda têm de fazer alguns progressos, tal como as próprias escolas. Nos agrupamentos, nós verificamos que a situação de funcionarmos todos como um só estabelecimento nem sempre se consegue, não é?

- No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os municípios?

- E que obstáculos encontram?

A nível de potencialidades, nós aqui temos cooperação ao nível da biblioteca escolar. Nem sempre há a colaboração que devia haver (às vezes, as coisas falham...), mas acho que é muito bom. Que a parte cultural da câmara possa coincidir com a escola isso é muito bom. E depois haver várias perspetivas na educação, acho que é muito bom, muito positivo. A Câmara subsidiava alunos para irem para Coimbra estudar, quando, em Penacova, havia precisamente a mesma oferta. E, portanto, uma das coisas que está a ser estudada é esta situação. O facto de haver aqui uma escola dinamiza muito o concelho. Claro que toda a gente tem o direito de estudar onde quer, mas a Câmara subsidiar é que não (se tem cá exatamente o mesmo curso...).

Em termos de obstáculos, temos o obstáculo financeiro. No entanto, mesmo a nível financeiro, há certos aspetos que podem ser colmatados. Vou dar o exemplo do último Conselho Municipal de Educação. Nós tivemos uma situação que é a seguinte: se for mudado o horário de entrada num determinada escola, a câmara beneficiaria com isso (uma vez que iria causar menos impacto no orçamento relativamente aos transportes).

- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?

- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração?

- Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens?

Sim. A desvantagem prende-se sempre com a forma como o poder pode ser exercido. Se houver uma efetiva vontade de progresso do agrupamento e do município, acho que isso é muito bom. Se nessa relação entrarem questões de política, de poder, de visibilidade, aí já pode ser negativo. Até ao momento, não me apercebi desse ponto. Apercebi-me, às vezes, é de alguma falta de coordenação que tem existido. Tudo depende de como o poder é exercido. Se as pessoas tiverem uma noção... Como eu digo, não é o caso aqui... Mas se o poder político pretender estreitar as suas relações com as escolas por motivos eleitorais, isso vai ser péssimo. É o único perigo que posso ver, mas que, de momento, não me apercebi.

- Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.

- Considera necessária uma maior intervenção municipal? Com que objetivo? Em que áreas?

Aí... É uma pergunta complexa... É assim... A nível da oferta educativa e ao nível da colocação de professores, eu acho que isso melhor ficar com o Ministério e que a oferta educativa continue a ser decidida pelo Ministério da Educação, apesar de dever ouvir os municípios. Em relação à colocação dos professores, acho que é uma questão de justiça... haver um concurso nacional a que toda a gente se possa apresentar e ficar colocada pela lista graduada... acho que isso que está bem. a nível das orientações educativas e da oferta pedagógica, acho que a DREC estará mais habilitada para ter essa parte. Eu acho que a nível de aspetos, por exemplo, de manutenção das escolas, se a câmara tivesse capacidades para isso, acho que poderia ser benéfico. De resto, a nível verdadeiramente educativo, acho que os poderes que tem neste momento são suficientes.

- Como é que o Agrupamento de Escolas tem vindo a fazer face a este crescente alargamento de competências educativas dos municípios?

Eu acho que nós temos procurado colaborar com a câmara dentro do que é possível acho que tem havido da parte do agrupamento uma vontade de participação, que, mesmo assim, tem de ser alargada. Uma das grandes falhas é o nosso Centro de Novas Oportunidades. Não temos ainda protocolo com a câmara e podíamos ter.

Portanto, haver mais protocolos, acho que isso seria importante. E haver mais coordenação.

- Quais as maiores mudanças decorrentes de tal alargamento?

- Em que áreas se localizam?

- Cite exemplos.

As mudanças são as atividades culturais, a nível educativo, de conhecimento do Plano Educativo, com a ajuda da câmara, algumas mudanças a nível dos transportes, algumas alterações a nível de colocação das atividades dos agrupamentos. A escola tem sempre uma voz na câmara. E depois outra coisa importante tem sido a criação dos Centros Escolares em certa medida, portanto, o reagrupamento de crianças nas escolas, não ficarem isoladas na sua pequena aldeia, o que também foi possibilitado pela câmara, sem os transportes, isso não seria possível.

- Na sua opinião, como se concretiza a atuação do município em termos educativos?

- O município participa efetivamente na resolução de problemas educativos.

Justifique. Cite exemplos.

Sim, participa.

- O município intervém por iniciativa própria ou apenas quando é solicitado pela escola?

Em certas áreas, intervém por iniciativa própria e também porque tem sido pressionado pela DREC. Outra é quando é solicitado. Estou a pensar, por exemplo, nos apoios a crianças com dificuldades, o que é uma questão muito complexa. Mas tem havido progressos a a esse nível. Na intervenção da CPCJ, tem havido uma maior intervenção solicitada pelo agrupamento.

- O Município, na concretização das suas políticas educativas, colabora com a escola? Existe reciprocidade? De que forma se verifica essa reciprocidade?

Sim, acho que sim. Há aspetos pontuais que, às vezes, não funcionam bem, mas pronto...

- O município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento?

Não, por acaso, não. Acho que o Conselho Municipal de Educação é composto muitas pessoas. Acho que o facto de haver pessoas de várias áreas permite várias visões, que são muito positivas.

- Que tipo de apoio é solicitado pelo Agrupamento à Autarquia? Dê exemplos concretos.

A nível dos transportes... Há apoios financeiros também.

- O Município intervém ao nível da formação profissional? De que modo?

A nível da formação profissional, a escola, quando os cursos profissionais decorrem, tem pedido ao município para colocar alguns alunos em estágios de cursos profissionais. Há uma possibilidade que talvez ainda não tenha sido explorada que é o agrupamento oferecer determinado curso e, sendo ele muito útil para a autarquia, a autarquia também poder ter uma intervenção qualquer na sua aprovação.

- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa?

- Considera que as competências educativas municipais já regulamentadas são de fácil operacionalização? Porquê?

De momento, aquilo que se tem feito já está a ser operacionalizado. Na relação da a câmara com o agrupamento, há coisas que faltam acertar. Por exemplo, há protocolos por fazer...

Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação na regulação do sistema educativo local?

Há muita coisa que é decidida: as escolas que fecham, os Centros Educativos que abrem... Mas o ano passado aconteceu uma coisa, digamos, deprimente. Não foi aprovada a junção do Agrupamento de Escolas de São Pedro de Alva com o de Penacova. Depois soubemos que avançou sem ninguém do Conselho Municipal de Educação ter conhecimento. Eu, como elemento do Conselho Municipal de Educação, senti-me um bocadinho revoltada. Afinal, o que é que o Ministério espera de nós? Se nós decidimos as coisas e, um mês depois, há uma decisão do Ministério de Educação que não tem nada a ver com o decidido, é... aborrecido...

- Qual a constituição do Conselho Municipal de Educação?

Tem os representantes da autarquia, os técnicos da autarquia (assistentes sociais), as representantes das escolas (do agrupamento), um representante da polícia (da GNR), um representante da associação de pais, um representante de outras escolas, nomeadamente da Beira Agueira, um representante da DREC, um representante dos transportes (aqui a câmara tem um contrato com uma empresa de transportes, por

isso está lá uma pessoa em representação dessa empresa), um representante da APPACDM.

- O que pensa da composição do Conselho Municipal de Educação prevista na lei?

Acho que está bem. Acho que está correto. De facto, a autarquia deve ter representação (o eleito e os técnicos; se for preciso responder a alguma questão, os técnicos, como trabalham mais no terreno, estarão mais habilitados para responder a coisas mais específicas). A nível das escolas, também há uma boa representação. Poderia haver mais elementos. Como também nunca houve situação de conflito, nunca senti que estivéssemos em minoria. Acho que cada pessoa, em representação específica, pode contribuir de forma positiva. Haver variedade permite visões diferentes dos vários assuntos. Esse é o aspeto mais interessante. Por exemplo, ao nível da questão da oferta educativa, está a DREC e está a Beira Aguireira, para evitar que haja ofertas sobrepostas que vão prejudicar tanto uma escola como outra. Por exemplo, a nível dos transportes, é importante os pais estarem. Também está um representante dos transportes...

- Qual o processo de designação dos seus membros?

No caso dos professores, eu fui designada pela atual diretora e os outros colegas também, embora ela tivesse tido a delicadeza de fazer o convite (eu de aceitar; compreendi perfeitamente que era muito mais fácil para mim, que vivo aqui, do que para uma pessoa que vem de fora).

- Dê exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão.

- Como encara as competências definidas para o Conselho Municipal de Educação?

- Em que medida é que o Conselho Municipal de Educação tem concretizado essas funções. Cite exemplos.

Por exemplo, o ano passado o Agrupamento tinha um plano de Atividades para o final do ano muitíssimo ambicioso e acho que o facto de o ter apresentado no Conselho Municipal da Educação, de ter apelado à colaboração da câmara permitiu que as atividades efetivamente se realizassem e pudéssemos oferecer “uma coisa em grande”.

- Que importância atribui à Carta Educativa?

- A Carta Educativa apresenta-se efetivamente como um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal?

A Carta Educativa é o instrumento que permite tomar decisões a nível local. Mas, de facto, neste momento, está desatualizada. Tem de ser atualizada urgentemente, porque há certas decisões que não são possíveis com uma Carta Educativa desatualizada. Não se pode decidir o que quer que seja se não se conhece aquilo que é. A Carta Educativa vai permitir essa consulta rápida. Os documentos existem. As técnicas da câmara conhecem-nos. E aqui a nossa diretora certamente também conhece a realidade. Mas isso não basta. É preciso um documento para consulta pública, que seja facilmente consultável por toda a agente. É como o projeto educativo numa escola. A finalidade do projeto educativo, na minha perspetiva, não é trazer muita coisa de novo, mas é termos à mão um documento que facilmente consultamos e que nos permite saber como é para podermos imaginar como poderá ser. E isso é uma coisa que faz muita falta. Neste momento, é preciso a Carta Educativa estar em dia e ter os dados atualizados. Qualquer pessoa, neste momento, para ter acesso à situação de determinada escola do concelho, tem de se deslocar a trinta mil gabinetes quando ali está toda a informação. Portanto, é, sem dúvida, um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal. Nós, no nosso país, vivemos muito de improvisos e de ideias feitas e isso não pode ser. Temos de começar a viver a partir de dados, a pegar nos factos e, a partir dos factos, projetar o futuro.

- Em termos práticos, como faz a prospeção do cenário educativo deste município?

Este município sofre de um grave problema que é a desertificação. Não é só a escola que está a ter menos alunos, é o concelho que está a ter muito menos gente. Não sei como vai ser o futuro... Sei que grande parte das pessoas que aqui vivem trabalham em Coimbra. O nosso concelho está a transformar-se num concelho dormitório. Tenho esperanças de que a nossa escola e a educação no nosso concelho sobrevivam, porque era bom para o concelho. Uma coisa importantíssima é, de facto, criar empregos a nível local. Enquanto não houver indústria, empregos, esta situação vai continuar. É claro que os pais vão trabalhar para Coimbra e levam os filhos com eles.

- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.

- A Escola sente reciprocidade por parte do município para a concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade?

Sim... Através do diálogo.

- A escola é receptiva à atuação educativa municipal? Porquê?

Sim, sem dúvida.

- Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento com a escola?

Há vários canais utilizados... Como nós vivemos aqui num sítio pequeno, facilmente telefonamos uns aos outros. Facilmente se vai à Câmara...

- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?

Apesar de todos os problemas do mega-agrupamento e de eu ter falado, há pouco, da situação da junção, eu concordo com ela, porque a câmara assim tem um único interlocutor. Isto é bom, porque, quando havia muitas escolas, muitos interlocutores, acabava por se criar alguma confusão e não se chegava a lado nenhum. Por outro lado, havia sempre a desculpa da câmara “ai não posso”, porque tenho outros sítios... Por outro lado também, um dos piores defeitos do nosso concelho, penso eu, é a “rivalidadezinha” entre as várias localidades, entre as “terrinhas” e a escola, pelo menos, é só uma. Portanto, acho que o facto de haver um mega-agrupamento, apesar de todas as dificuldades que traz, tem as suas vantagens...

- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.

Sim. A câmara agora já só tem de falar com a direção do grupo e isso é uma grande economia de energias. O mega-agrupamento tem de criar as suas linhas... Com o tempo, terá de criar coesão (deixar de haver esta história da pré e das primárias...), haver um só órgão efetivamente a trabalhar no mesmo projeto educativo e haver uma só voz perante a câmara.

- É mais fácil a cooperação com a Câmara nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?

O mega-agrupamento facilita a tarefa da câmara. Como já disse, é muito mais fácil trabalhar com único interlocutor do que com dois...

- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?

Apesar de algumas dificuldades levantadas, concordo.

- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?

Há coesão, há maior facilidade de comunicação, porque o interlocutor é único.

- Quais as dificuldades que levantam?

Dificuldades essencialmente para a gestão, porque ser diretor disto é muito complexo. Já não é um cargo fácil e, neste momento, é muito complicado e, neste momento, há muitas relações que ainda não estão resolvidas.

- Na sua opinião, que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?

Eles, com os centros educativos, conseguiram reunir os alunos num local que tem alguns defeitos, mas que também tem condições e julgo que vão continuar a política da centralização. É mais rentável a nível económico e a nível dos recursos. Por outro lado, não há possibilidade de a autarquia equipar todo o lado com tudo. Claro que há problemas de transportes, mas isso tem a ver com a política de ordenamento do território que a autarquia possa fazer.

- Que resultados espera virem a alcançados através da política educativa desenvolvida neste concelho?

Para já, conseguir criar novamente na cabeça dos pais a ideia de que nós temos aqui um bom ensino, com uma boa oferta, com bons professores. Voltar a dar a esta escola algum crédito que tem perdido ao longo dos anos. A autarquia poderia contribuir muito, mas os professores também têm de contribuir. Por outro lado, haver, a nível dos cursos profissionais, uma maior colaboração (a autarquia ter uma intervenção maior para informar a escola sobre algumas necessidades que o concelho tem). Depois, continuar a haver os projetos a nível da biblioteca, mais coordenado, mas consolidar-se isso tudo.

- Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma.

Há uma questão muito importante no nosso país que é precisamente o estudo local (o que é aquele sítio, como é que é, que história...). Falta fazer-se a história local e uma

série de estudos a nível local. Por isso, é muito importante que as pessoas que fazem teses se desloquem ao terrenos e façam estudos no terreno, sem andar só pela teoria. Espero, muito sinceramente, que as outras faculdades, de outros estudos, também se encaminhem para estudos efetivos no terreno. E depois partirmos de todos esses estudos para tornarmos o nosso país alguma coisa de bom. Por isso, é pena é que não haja mais desses estudos.

ENTREVISTA – 5

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Presidente da Câmara Municipal de Penacova

Data: 15-03-2011

Hora: 9h30

Local: Câmara Municipal de Penacova (Gabinete do Presidente)

Recursos: gravador

- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?

É uma relação forte exatamente no sentido que (e eventualmente ainda se reforçará nos próximos anos) os municípios têm adquirido um cada vez maior número de competências ao nível da educação. Nós estamos aqui há pouco tempo, mas obviamente já nos fomos começando a aperceber dessa cada vez maior responsabilidade que os municípios têm na educação. Não sou assim muito velho, mas já sou do tempo onde, de facto, as câmaras municipais, se bem me lembro, a responsabilidade que tinham era a da distribuição do leite achocolatado às criancinhas. Começou por aí, não é? E hoje obviamente que vamos muito além disso. E portanto há uma relação de proximidade, uma relação de fortalecimento que, parece-me a mim, a perspetiva é nos próximos anos ainda se fortalecer mais.

- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?

Eu penso que há aqui dois fatores que conjugaram eventualmente esta cada vez maior aproximação da educação aos municípios. Por um lado, eventualmente, questões financeiras, questões orçamentais, em que o Estado digamos que de alguma forma decidiu repartir (chamemos-lhe assim) os custos pelas câmaras para não

assumir o peso na exclusividade, o que, obviamente, educação e saúde são os orçamentos sempre mais pesados, portanto, será importante, ou foi importante na ótica do legislador, na ótica da administração central, eventualmente repartir alguns desses encargos por outras entidades nomeadamente os municípios e depois, por outro lado, de facto, há uma política, um entendimento cada vez maior que as comunidades se devem envolver no processo educativo e portanto quem melhor para representar as comunidades do que, de facto, o poder local, a autarquia? E portanto eu acho que há aqui dois fatores importantes. Esses dois fatores são fatores essenciais: uma perspetiva dum cada vez maior envolvimento da comunidade, por um lado, por outro lado, eventualmente, as questões orçamentais que estão sempre subjacentes e presentes. Há aqui uma diluição de custos pelas diversas entidades.

- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.

Neste momento ainda não encontramos nenhuma ... Admitindo nós que a direção regional representa o poder central na hierarquia, na pirâmide, obviamente que os passos que têm sido dados no sentido da descentralização da educação tem sido sempre para os municípios. Descentralizar o ensino é, de facto, municipalizar, trazer para o município, não tem existido outra entidade permeio que faça, digamos, alguma paragem.

- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?

Os municípios, e o município de Penacova não foge à regra, cada vez se envolve mais na questão da educação, cada vez está mais ouvido na questão da educação desde a construção das infraestruturas à questão dos transportes escolares que é algo que é muito importante até em termos do próprio peso financeiro que assume. Portanto, são todos aspetos em que cada vez mais os municípios se envolvem e o município de Penacova não foge a essa regra ... É algo (como a Toyota), acho que é algo que veio para ficar. Também é bom que sejamos justos e que se reconheça que, desde 2007, penso eu, 2006/2007 ou 2008, por essa altura, começou o FEF começou a ter uma componente social, portanto, social exatamente para apoio e para colaboração às atividades sociais da câmara municipal nas quais se inclui a educação. E portanto se é suficiente ou não isso acho que é um aspeto que nós todos temos que estudar em conjunto e verificar se... mas também temos que ser justos a esse nível. Passa a haver uma componente do FEF que tem a ver com o financiamento exatamente destas despesas, mas, portanto, obviamente que o município de Penacova é uma área que não pode de forma alguma descurar.

- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa?

Justifique.

Os municípios têm tentado dar essa capacidade de resposta. Agora, de facto, atendendo (e eu não quero nunca, jamais que as questões financeiras sirvam de desculpa para alguma coisa), mas, de facto, a verdade é que elas existem e as restrições, obviamente, estão a começar a verificar-se. Nos últimos, anos até tem havido alguma estabilização ao nível das receitas, mas, de facto, este ano vai ser um ano de viragem a esse nível. Vamos começar, de facto, a ter menos, muito menos receitas e, obviamente, que esse aspeto não facilita essa aposta (na educação). Agora, nós neste momento também estamos num barco, nomeadamente com a questão da Carta Educativa e com o cumprimento da Carta Educativa que não podemos abandonar e portanto temos que lhe dar prosseguimento. Só para dizer que, de facto, iremos obviamente até onde for possível. Com certeza, queremos continuar a manter essa atuação.

- No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os municípios?

E que obstáculos encontram?

É a nossa força e a nossa fraqueza, digamos assim. A nossa força, de facto, são os nossos recursos e a nossa vontade de fazer e a motivação que a área do departamento da educação e da ação social tem, mas depois a nossa fraqueza é exatamente que os recursos não são elásticos e são tantas as solicitações e hoje muito até a própria questão da ação social é muito exigente porque retira depois tempo e disponibilidade mental para a área da educação, porque a educação acaba por, se nós falharmos ali, pelo menos a escola está ali, suporta, então com a ação social não há outra entidade que o suporte e, portanto, eu diria que a nossa fraqueza é exatamente essa, é que nós não conseguimos, de facto chegar a todo o lado e, portanto, a escola, por vezes, é o nosso travão, não é o nosso travão é o nosso suporte, a escola é o nosso suporte. Temos tido, de facto, a sorte, e temos a sorte, de facto, temos nomeadamente um Agrupamento com pessoas capazes, dinâmicas e que, obviamente, não posso comparar com os outros lados, mas Penacova com certeza que está bem servida a esse nível.

- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?

Com certeza que de modo positivo...

- Da Lei 5/97 até ao Dec.-Lei 115-A/98, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração?

Sim, com certeza, porque eu penso que a intervenção da comunidade na escola deve ser mais pertinente e, obviamente, que o alargamento a outros níveis e não só ao Pré-Escolar vem nesse sentido. Portanto, eu não tenho, de facto, nenhum preconceito e acho que os municípios devem intervir na educação. Nesse aspeto, eu penso que é positiva essa evolução.

- A Lei 159/99 “estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais”. Como reagiram as autarquias a esta transferência de competências?

Bom, nós, como somos recentes, quando chegámos, elas já cá estavam. Agora, admito perfeitamente que, na altura, como em tudo na vida, quando há algo de novo, nós estranhámos inicialmente. Inicialmente, portanto, eu admito que tenha havido alguma estranheza por parte dos municípios. Era uma área nova com que tinham de se ocupar e de se preocupar e, portanto, tinham de fazer ajustamentos. Portanto, eu admito que houvesse alguma alergia digamos alguma reação. Nós, como, quando chegámos, já estavam estas competências a vigorar há muito tempo, obviamente que não reagimos negativamente a elas, porque já era um dado adquirido. De facto, o que nós, neste momento, temos que acautelar e isso é um facto e é uma discussão que nós estamos dispostos a fazer é, mais uma vez de referir e que é, sabendo que as competências ou as exigências que nós temos relativamente à educação se estão a ser ou não devidamente acompanhadas pelos meios/recursos financeiros necessários. E nem sequer estou a dizer que não estão, estou a questionar, porque eu nunca fiz essa avaliação. Eventualmente, já aqui estou há um ano e tal e já devia ter feito e, portanto, nunca fiz essa avaliação, mas eu acho que é pertinente e que os municípios devem fazê-lo com certeza absoluta. Do seu orçamento quanto é que é razoável que esteja destinado a educação? Obviamente, temos que fazer as apostas em função também desse orçamento e isso, de facto, é um trabalho que nós aqui ainda não fizemos mas, obviamente, que eu acho que devemos fazer.

- O Dec.-Lei 7/2003 veio alargar as competências dos municípios? Em que medida? O que pensa sobre isto?

Bom, em relação ao Conselho Municipal de Educação, o nosso ainda não está constituído. Mais uma vez, eventualmente, por essas tais questões de, às vezes, alguma dificuldade de disponibilidade, de os recursos humanos poderem também se dedicar a estas questões. E todos nós, a começar no executivo e a acabar nos

técnicos... Mas eu acho que, de facto, o Conselho Municipal de Educação será um órgão importante e fundamental. Aliás, na mesma área, já existe o Conselho Local de Ação Social e esse já funciona com alguma regularidade, tem funções perfeitamente definidas e, portanto, eu penso que passar também ao Conselho Local de Educação será um aspeto importante e fundamental, porque o nosso, de facto, ainda neste momento ainda não está constituído.

E sobre a presença da autarquia nos órgãos de direção das escolas, desde o D-L 115-A/98?

É melhor falar com o Engenheiro Ernesto...

- O Dec.-Lei 75/2008 dá representatividade à autarquia na vida das escolas? Pensa que tal representatividade é efetiva? O Conselho Geral permite realmente a intervenção educativa municipal?

Estamos a tentar... Estamos a tentar... Até faço aqui um pouco a história do nosso exemplo, porque, eventualmente, pode elucidar algumas destas questões que, para nós, são pertinentes. Bom, nós, o ano passado, mal aqui chegámos, logo na primeira semana, fomos confrontados com o facto de termos que nomear três pessoas para o Conselho Geral da Escola e nós seguimos a lógica que o anterior executivo tinha feito: eram três presidentes de junta de freguesia, o que, de facto, não é de todo... Eu acho que alguém do município deve estar representado no Conselho Geral, nesse órgão. Também obviamente que eu entendo, no anterior executivo, como não havia vereador com o pelouro atribuído... Logo naquele início fomos confrontados com isso e fizemos também esse erro que foi de alguma forma substituir os presidentes de junta (os que tinham sido substituídos nas eleições) substituí-los pelos novos. De qualquer das formas, estamos a corrigir isso, porque, neste momento, até em função também das alterações que existiram na junção do Agrupamento de São Pedro de Alva com o Agrupamento de Penacova, portanto, está a ser eleito o novo Conselho Geral, portanto já estamos para indicar as pessoas, penso que esta semana ou na próxima o Senhor Engenheiro Ernesto indicará as pessoas das quais ele fará parte exatamente para esse sinal da importância que nós atribuímos a estas questões e à representatividade no município na educação. Neste caso, o Senhor Engenheiro Ernesto, sendo Vereador da Educação já pode dar respostas, portanto, pode assumir alguns compromissos. Um presidente de junta nunca o poderá fazer, porque não se pode responsabilizar por aquilo onde ele não tem qualquer intervenção.

- Com o Dec.-Lei 144/2008, aumentam-se ainda mais as competências municipais.

O que pensa sobre o assumir dessas competências pela autarquia?

A minha opinião sobre o assunto, em tese, não é uma opinião..., como hei de dizer? Acho que tem vantagens e desvantagens. Não tenho nada, de princípio, a favor, nem nada, de princípio, contra.

- Mas consegue referir alguma vantagem ou alguma desvantagem?

Obviamente se o pessoal não docente for responsabilidade do município, podemos flexibilizar a gestão, a questão da proximidade entre a entidade patronal, digamos assim, e o funcionário, portanto, tudo isso são vantagens a contrapor às desvantagens do facto de se manterem no Ministério da Educação. Agora, mais uma vez também lhe digo com toda a certeza, há aqui mais uma vez uma procura do Ministério (da Educação) de despachar, de alguma forma, algumas responsabilidades com os seus recursos humanos.

A autarquia pondera assinar o contrato de execução. Porquê?

Estamos a estudar essa... No nosso caso específico, estamos a estudar a possibilidade ou não de assinar o contrato de execução, o contrato de delegação de competências.

- Embora ainda sem enquadramento legal, fala-se também na possibilidade de assumirem a gestão de pessoal docente. O que pensa disso?

Aí eu acho que não seria bom porque eu acho que os municípios não terão eventualmente competências a esse nível. Não estamos vocacionados para a seleção, para o recrutamento de pessoal docente. Poderia funcionar se eventualmente esse recrutamento, essa seleção pudesse ser efetuado por critérios mais objetivos. Mas depois também não estou a ver os municípios a fazê-lo. Seria uma carga tão grande, tão grande, tão grande que ... Só se, mais uma vez, emagrecermos a administração central, se emagrecermos o Ministério da Educação e engordarmos os municípios. Não há outra forma... Eu não vejo nenhuma particular vantagem para transferir isso do Ministério da Educação para os municípios. Mais uma vez, eventualmente, a gestão da tal questão da proximidade seria um ..., mas em termos da realidade, aí não consigo ver... Eu acho que aí, enquanto as competências educativas forem do Ministério não faz qualquer sentido estarmos a ser nós a recrutar o pessoal docente. Não vejo isso com bons olhos. E mais uma vez digo-lhe, tirando os municípios com alguma..., não sei se os municípios teriam realmente capacidades para serem

responsáveis pela gestão de pessoal docente de uma escola tendo em conta que não tem *know how* necessário para o efeito.

- Como é que a Autarquia tem vindo a fazer face a este crescente alargamento de competências?

- Quais as maiores mudanças decorrentes de tal alargamento?

- Em que áreas se localizam? - Cite exemplos.

Ora bem, em termos do que era a realidade e que passou a ser diferente, a questão dos transportes escolares que passou a ser um dos aspetos que nós assumimos, as refeições, o pessoal não docente, portanto, o pessoal auxiliar que, e mais uma vez eu vou apelar à minha memória, mas só para lhe dizer, eu andei na Escola Primária no início da década de 80 e, nessa altura, não havia auxiliares, na minha escola. De facto, apelando a essa memória, os auxiliares eram uma realidade que não existia de uma forma democrática. Transportes escolares, pessoal auxiliar e refeições são, de facto, aquelas três áreas mais pertinentes, as que têm maior dimensão naquelas que são as novas competências dos municípios, pelo menos aquelas que nós assumimos.

- Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas? Justifique e exemplifique.

Eu acho que tudo quanto seja um maior envolvimento nós não perdemos... até o envolvimento nas próprias dinâmicas da escola e, de certeza, que na escola iriam ficar todos satisfeitos com isso. Eu acho que, de facto, nós podemos e devemos, dentro daquilo que nos seja possível, envolver-nos o mais possível com a escola, mesmo nas suas atividades, no dia a dia, nos seus projetos de escola e eu acho que, portanto, o município é um parceiro importante e pode ser um parceiro importante nessa área. Agora, em termos daquilo que são, de facto, as necessidades básicas da escola, eu acho que neste momento os municípios estão a cumpri-las. Escolas estou a falar obviamente de escolas do primeiro ciclo, que são escolas onde temos realmente essas competências. Escolas do Primeiro Ciclo e Pré- Escolar.

- Como é constituído/organizado o setor da Educação na Câmara Municipal?

O setor da Educação tem, para além do Vereador, que é o Vice-Presidente, que tem esse pelouro... Depois, em termos de dirigentes, existe uma Chefe de Divisão... uma Chefe de Divisão bastante alargada, porque tem a seu cargo ação social e educação, desporto e cultura... Para além dessa Chefe de Divisão, temos, abaixo na hierarquia, mais uma técnica superior que é responsável pela área de educação e, portanto, trabalha exclusivamente na área da educação, que é a Dra. Catarina Guedes (o que

não quer dizer que não possa “quebrar uns galhos” noutras áreas). É ela, de facto, que articula aqui todas as funções, todos os trabalhos a nível operacional, com as escolas. Digamos assim, podemos dizer que temos três pessoas a começar no Vereador, a Chefe de Divisão e depois uma técnica superior que coordenam, de facto, as atividades na área da educação.

- Qual o lugar ocupado pela Educação no quadro global da ação da autarquia?

- No quadro da autarquia local, as políticas educativas constituem uma prioridade? Explique porquê.

Com certeza, obviamente que sim... Aliás, eu tenho dito que, nos próximos tempos, os municípios vão sendo cada vez menos investidores, isto é, cada vez menos gente de fazer obra, e cada vez mais interventivos no seu território e nas suas pessoas que estão no seu território e, obviamente, a educação será um dos aspetos fundamentais que nós queremos e devemos trabalhar. E então se se perspetivar aquilo de que há pouco falámos, que é um exagero, mas que é a escola passar a ser, digamos, de um município, obviamente que cada vez mais... Mesmo que seja com o atual quadro de competências, o atual quadro legislativo, eu penso que sim... que a escola, a educação não pode deixar de ser uma prioridade.

-Indique a percentagem do orçamento dedicada à Educação.

É melhor falar com o Engenheiro Ernesto, “de cabeça”, não sei...

- Existe um projeto educativo local?

Existe um projeto educativo, que foi definido. Se me perguntar: como é que está em termos de aplicação? Não lhe sei dizer... Pode ser que a Dra. Zulmira ou a Dra. Catarina lhe digam alguma coisa...

- Quais os projetos educativos que a autarquia promove? (Dê exemplos de iniciativas promovidas pela Autarquia).

Ora bom, nós, ao nível de projetos educativos, financiamos projetos educativos promovidos por diversas entidades ligadas à educação... pelas escolas, o Centro de Bem-Estar Social de Travanca do Mondego, porque tem Pré-Escolar.... Portanto, nós aqui funcionamos, eventualmente, como dinamizadores e financiadores de algumas atividades que essas entidades ou as escolas promovem. De qualquer das maneiras, esperamos que o Agrupamento estabilize... Com estas alterações todas, têm sido tempos conturbados... e eu penso que, pelo perfil das pessoas que estão no Agrupamento, nós, Autarquia, e Agrupamento podemos dar muito mais do que temos

dado a esse nível. Penso que é uma área que nós podemos melhorar, porque temos potencial para melhorar, claramente...

- Dentro da área da Educação, quais são as suas prioridades?

Bom, eu não quero parecer aqui muito..., como é que eu hei de dizer, “construtor civil”, mas não era essa a expressão que eu queria utilizar... Agora, acho que, neste momento, a nossa prioridade será concluir com a questão do Parque Educativo, nomeadamente ao nível das infraestruturas, nomeadamente, estamos a falar em Lorvão, essencialmente, e Figueira de Lorvão, já agora também é uma das áreas que, com certeza, não será para este mandato, mas gostaríamos eventualmente de melhorar algumas das condições físicas das escolas do primeiro ciclo. Portanto, aquilo que vai ser a nossa prioridade até termos concluído, de facto, os Centros Educativos, é esse... Depois, por outro lado, gostaríamos de, em Penacova, ter uma oferta educativa tal que evitasse aquela fuga que, de facto, nós temos e que, então, na freguesia de Lorvão é uma realidade premente. Era essencialmente isso... Se conseguíssemos estas duas, esses dois objetivos, portanto, concluir o parque escolar, por um lado, e, por outro lado, estagnar essa saída dos jovens, nomeadamente, para Coimbra.

- Como é que a intervenção municipal em matéria de educação vem abonar a favor da comunidade em geral?

É daquelas coisas que eu diria que são políticas, políticas neste sentido: obviamente que se eu tiver uma comunidade mais formada, uma comunidade mais educada, eu tenho uma comunidade mais competitiva e, portanto, obviamente que, se eu pretendo, se eu acho que, de facto, o papel dos municípios no futuro vai ser tornar-se o espaço que gerimos mais competitivo, competitivo para quem trabalha, competitivo para quem vive, competitivo para quem vem, competitivo para quem passeia, portanto, obviamente que a educação é fundamental para tornar este espaço mais competitivo, um espaço mais educado, um espaço mais formado é um espaço mais competitivo, é um espaço que cria outras ferramentas fundamentais para o dia a dia. E, portanto, se eu quero ter empresas, nomeadamente se eu pretendo ter empresas com alguma formação, com algum nível para as pessoas trabalharem, obviamente, se as pessoas cá tiverem estudado e cá ficarem a trabalhar, mais facilmente eu tenho essa ...

- Existem projetos específicos implementados neste domínio? Quais?

Com o parque empresarial que estamos a construir, temos o da Alagoa, o de Travanca é mais pequenino, eventualmente, menos apelativo, mas, obviamente que nós

gostaríamos de, numa primeira fase, experimentar e receber as empresas que se pretendam instalar e, depois, numa segunda fase, já ser um pouco mais seletivos no tipo de empresas que nos chegam, a tentar que sejam empresas já com alguns princípios de gestão, alguma inovação, alguma vertente tecnológica, exatamente para tentar que estes miúdos, estas pessoas que se cá formam e se formam na proximidade (quando falamos na formação superior) também encontrem em Penacova o seu espaço de trabalho...

-Qual o grau de envolvimento da comunidade nos mesmos?

Eu sinto que há envolvimento. Também estamos no início do mandato... ainda andamos todos motivados... Eu acho que as comunidades, essencialmente, o que pretendem, o que pedem para ver são coisas no terreno. Depois disso acontecer, elas envolvem-se e participam.

- Quais as estratégias utilizadas para a mobilização da comunidade para a intervenção educativa?

Colocando aqui a ponte entre a educação e o nível empresarial, obviamente, com a educação temos que essencialmente sermos parceiros efetivos da escola. É evidente que não podemos falar todos os dias... Também temos outras coisas para fazer... Mas todas as semanas ou de duas em duas semanas... estejamos a discutir coisas, parcerias para fazermos uns com os outros. E isso é importante... envolvermos, os pais, os alunos... Eu acho que esse é um aspeto fundamental da nossa intervenção. Por outro lado, quando passamos da escola para a comunidade empresarial, aí precisamos de envolver outro tipo de atores. Podemos envolver as associações de desenvolvimento local. Temos, por exemplo, uma que eu acho que também pode dar muito mais (já dá bastante, mas pode dar muito mais) a Penacova. Outros parceiros de fora, nomeadamente instituições com as quais nós somos associados. Temos parceiros que trabalham nestas áreas e que têm ligações à comunidade educativa e empresarial e podem ser fatores facilitares. Nós costumamos citar o Instituto Pedro Nunes, que é o exemplo paradigmático de envolvimento entre a comunidade escolar e a comunidade empresarial e, portanto, recentemente, inscrevemo-nos como sócios efetivos dele. Vamos trabalhar essas áreas, chamando a comunidade para o efeito. Nós podemos fazer muita coisa, se não chamarmos as pessoas não vale a pena.

- A promoção das políticas educativas locais contribui para o desenvolvimento cultural e global da região? De que modo?

Sim, sem dúvida... Procuramos que essas políticas educativas contribuam, efetivamente, para o desenvolvimento cultural e global da região. Se procuramos envolver as pessoas e se a região é feita dessas pessoas, é evidente que só poderá ter ganhos.

- Quais os critérios de seleção destes elementos (para o setor da Educação)?

Em termos das pessoas para a Câmara Municipal, ainda não recrutámos ninguém. No entanto, neste momento, até temos um concurso a decorrer para assistentes operacionais da área da Educação. As pessoas que tinham contratos terminaram-nos. Estes não podiam ser renovados legalmente e foi necessário fazer um concurso. E obviamente que nós pretendemos, nesse concurso, selecionar os melhores, embora, às vezes, os melhores possam não ser os mais... Mais do que a escolaridade e afins, não podemos deixar de ter em consideração o “jeito” para trabalhar naquela área (que é uma área sensível).

Subindo na hierarquia... os técnicos que trabalham na área já cá estavam. Deram continuidade. Já estavam todos selecionados. Em relação ao Senhor Vereador, como é um pelouro pesado e nós éramos todos totalmente inexperientes, aproveitámos aquela pessoa que, pela idade e pela experiência profissional... Como tem algumas ligações à ação social, como ação social e educação estavam na mesma chefe de divisão, a seleção foi fácil de fazer, seguindo esses critérios. Como era uma pessoa já mais experiente e com relacionamento já com as pessoas, em virtude de outras funções que ocupava, eu acho que foi uma boa escolha.

- Considera que o perfil dos eleitos locais determina o modo como são executadas as políticas educativas no município?

Isso, quer se queira, quer não queira, é inevitável. Nós somos sempre um bocadinho mais sensíveis àquilo que se pensa, se quer, já por nós passou... Se tivéssemos aqui um professor no Executivo... isso seria uma mais-valia. É da nossa condição humana, até porque nós fugimos daquilo que não conhecemos.

- Em que medida verifica que o poder municipal contribui para que o sistema escolar responda às expectativas dos seus utentes?

Obviamente que os municípios, e o município de Penacova tem uma função importante, essencial, naquilo que hoje se espera da escola, para o bem e para o mal (é o alargamento de horário, são os transportes, esses são aspetos que, hoje em dia, com a sociedade exigente que nós temos, só são possíveis com o trabalho dos

municípios). Sem os municípios, essas coisas não existiam e tínhamos que ter uma sociedade, com certeza, diferente.

- Como se estabelece a colaboração entre o poder municipal e o sistema escolar?

Há colaboração, mas é um caminho enorme que nós ainda temos que percorrer e eu acho que o vamos conseguir percorrer com sucesso. Com as pessoas que temos de um lado e do outro, eu acho que é um caminho que nós podemos e devemos ainda melhorar muito, muito.

- De que modo colaboram no sentido de satisfazer as necessidades dos utentes?

Exatamente colaborando... Acedendo, na medida do possível, a todas as solicitações feitas...

- Como estabelece a articulação com o poder central (Ministério da Educação)?

O poder central nunca decidiu nada sem estabelecer o diálogo connosco (nunca decidiu nada que não tivesse connosco, pelo menos, discutido ou abordado). Não concordamos sempre... Mas acabamos por chegar a acordo... Em relação, por exemplo, à questão dos agrupamentos, uma questão polémica, por mim, a minha opinião (e o Vice-Presidente tem uma opinião contrária à minha), por uma questão de formação (sou economista), é favorável aos mega-agrupamentos. A minha lógica é a seguinte: ora bem, temos um agrupamento com 700 e outro só com 200 alunos... se houvesse dois de 500... assim há uma discrepância que não se justifica.

- Qual ou quais as dificuldades que sente na operacionalização de uma política de educação local?

- Em termos educativos, quais considera serem os principais problemas a marcarem o concelho de Penacova? De que modo poderão ser colmatados ou atenuados?

Um dos principais problemas é a fuga dos jovens para outras escolas, nomeadamente de Coimbra. Ao nível do município, penso que é o principal problema que temos (essa fuga nomeadamente e principalmente para Coimbra) que é difícil de estagnar. Eu também compreendo: é mais apelativo, para um jovem, ir para Coimbra, a proximidade geográfica aos pais, a questão do emprego também, eventualmente, ajuda.

Este é, de facto, o principal problema...

- Mas é único ou há outros?

Há outros com certeza. Tenho que referir as más condições de algumas escolas na freguesia de Lorvão. De facto, são escolas que não têm as condições exigíveis para os dias de hoje.

A questão de São Pedro de Alva. Como estamos com um decréscimo de alunos, temos receio que isso, um dia destes, possa induzir a alguma gestão de alunos (que possa prejudicar aquela escola e o trabalho de muita gente e de muitos anos). Não gostaríamos, obviamente, de ver aquele espaço sem alunos. Não sei se vamos ter alunos dos segundo e terceiro ciclos suficientes para conseguir manter lá aqueles níveis de ensino. O próprio espaço físico, enquanto escola do primeiro ciclo, não correrá qualquer risco. Agora, gostaríamos, obviamente, de lá manter os segundo e terceiro ciclos. Já aqui pensámos em algumas estratégias, nomeadamente fazer o encaminhamento de alunos para lá.

- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa?

Nós fazemos tudo aquilo que é suposto fazermos...

- Considera que as competências educativas municipais já regulamentadas são de fácil operacionalização? Porquê?

Eu acho que sim... Neste momento, não conhecendo eu profundamente a legislação, o que sei é que estamos a assumir algumas competências que seriam do Ministério da Educação e que o Ministério da Educação não assegura. Estou a falar, nomeadamente, de apoio de pessoal não docente.

- Quais as dificuldades sentidas neste processo de operacionalização?

Neste momento, não vejo que sejam sentidas dificuldades nesse processo de operacionalização.

-É preocupação do município assegurar efetivamente a construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico? Cite exemplos.

Sim, preocupamo-nos bastante com as infraestruturas das escolas.

- De que modo asseguram os transportes escolares?

Nós temos duas modalidades: uma com contratação à Transdev, ao grupo de Miro e ao Mocidade Futebol Clube (da Cheira). É uma benesse que nós damos. A Cheira, pela lei, não teria direito a transporte, mas, de facto, algumas crianças pequeninas, da Várzea, da Estrada das Malhadas, mas seria pesado fazerem o percurso a pé e nós assumimos isso; também temos os nossos próprios transportes (são dez ou onze carros a circular todos os dias); portanto, é pesado em termos de orçamento.

- E a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico?

Temos também várias modalidades. São Pedro de Alva é um caso à parte, porque o contrato é feito com o Agrupamento de Escolas, que fornece refeições aos segundo e terceiro ciclos, também fornece refeições ao primeiro ciclo. Pagamos à escola, mas o fornecimento é feito por uma empresa externa.

Em Lorvão e Sazes do Lorvão, as refeições são servidas por IPSS's.

Portanto, em termos de modelo, temos refeições servidas por empresas especializadas e temos contratos/protocolos com IPSS's (nomeadamente Figueira de Lorvão e Lorvão) para o fornecimento de refeições.

- Há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar? Ele é assegurado?

Não, que eu tenha conhecimento, não. A não ser os da Escola Beira-Aguieira que vêm de mais longe, não há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar.

- Como apoiam o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico? Cite exemplos.

Nós, neste momento, asseguramo-las, quase exclusivamente, com técnicos que são contratados pela Câmara. A Casa do Povo de Penacova e o Centro de Bem-Estar Social de Figueira de Lorvão também asseguram, mas são exceções. Fazemos protocolos com as instituições. Estas utilizam os seus técnicos para o efeito, mas, quase exclusivamente, são os funcionários contratados pela Câmara.

- De que modo participam no apoio à educação extraescolar?

No apoio à educação extraescolar, nós não temos muita intervenção. Fazemos parcerias, nomeadamente com instituições que se dedicam à formação profissional, a PENSAR, a ACIC...OS Centros de Novas Oportunidades, por exemplo, nós, município, nunca intervimos diretamente em nenhum.

- Como gerem o pessoal não docente da educação pré-escolar e do ensino básico?

Alguns são nossos, outros são de fora, como já falámos...

- Como se concretizou a vossa participação na constituição do Agrupamento de Escolas de Penacova?

Não fomos “tidos nem achados”. Fomos informados da sua efetivação. Não houve nenhuma negociação e tivemos que acatar. Houve alguns presidentes de câmara que se manifestaram contra, mas não tiveram sucesso...

- Em que moldes desenvolvem a ação social escolar para os alunos do Ensino Pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico?

Será melhor falar com a Dra. Zulmira ou com o Vice-Presidente.

- É de opinião de que é necessário transferir ainda mais responsabilidades educativas para as autarquias ou para outras instâncias deslocalizadas? Porquê?

A tendência aponta para uma cada vez maior transferência de competências e eu concordo com essa transferência, até por uma questão de proximidade entre as pessoas e as instituições.

- Sente necessidade de mais competências para poder atuar de modo mais eficaz em matéria educativa? Porquê? Cite exemplos.

Não, não sinto.

- A sua atuação educativa é limitada/reduzida pela falta de competências? Porquê? Cite exemplos.

Não, não me sinto limitado a esse nível. Sinto-me limitado, eventualmente, na falta de competência desta ou daquela área para poder decidir.

- Fernandes (1996), a propósito da Lei de Bases do Sistema Educativo, refere que esta “não tem passado de uma metáfora semântica, através da qual se tem procurado disfarçar uma transferência de ónus financeiros no domínio das construções escolares, dos transportes, da ação social escolar, da educação escolar infantil e especial e na formação profissional”. Concorda com esta afirmação?

Provavelmente, há aí um fundo de verdade. Eu não quero que as questões financeiras sirvam de desculpa para nada, mas tenho a impressão que o acontece, hoje em dia, as receitas que recebemos são insuficientes face às despesas que temos. É uma questão meramente de transferência de ónus financeiro de uma entidade para outra.

- Como é que a Câmara concretiza as Atividades Extra Curriculares?

Como não passa diretamente por mim, é-me difícil responder. Temos uma pessoa diretamente responsável pelas AEC's. Será melhor, então, falar com a Dra. Marta.

- Na sua opinião, as AEC trazem realmente vantagens para os alunos? E para as famílias?

Trazem, com certeza que sim. Eu não me quero meter em aspetos educacionais, formativos subjacentes às AEC's, mas é mais um instrumento para os alunos e um agente facilitador para as famílias.

- Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume para o seu município mesmo sem obrigatoriedade legal?

Vamos a ver se eu me lembro de alguma... Que não seja obrigada por lei, só me consigo recordar, de facto, de duas coisas de que também já aqui falámos: a questão dos transportes escolares em alguns sítios onde não somos obrigados, por lei, a assegurar-los; por outro lado, o assumir de algumas responsabilidades relativas ao pessoal não docente (nalguns casos, seria da responsabilidade do Ministério da Educação, mas nós asseguramos).

Porquê essas e não outras?

Haveria sempre, de facto, muito mais a fazer... Os pais sentem-se no direito de ter algum apoio. Esse apoio não é promovido pelo Ministério da Educação e, obviamente, que é mais fácil para eles dirigir-se ao município. E nós, obviamente que não deixamos de ser sensíveis a essas necessidades.

Que mais haveria afazer nesta área?

Muito, muito mais...

- Há projetos sócio-educativos da iniciativa da Autarquia?

Será melhor falar com a Dra. Catarina ou com a Dra. Zulmira.

- Em termos orçamentais, qual o peso para as atribuições consignadas na lei e para as que o não são?

Isso será melhor falar com o Vice-Presidente.

- Além da intervenção na escola (educação formal), como descreve a atuação do município em termos de educação?

- Tenta encontrar uma solução de complementaridade entre o formal e o não formal? De que modo?

Cite exemplos. Justifique a sua opção.

Articulação propriamente dita... só me recordo das atividades promovidas pela Biblioteca Municipal. São, de facto, feitas algumas atividades que envolvem os alunos... com o novo centro cultural, a nova biblioteca, queremos que haja uma cooperação com a escola.

- Que tipo de articulação é estabelecida entre a Autarquia e outras entidades no sentido do desenvolvimento local?

Há articulação com outras entidades como o Centro de Miro ou o Centro de Bem-Estar Social de Figueira de Lorvão.

- Qual a relação com outros setores do município (por exemplo, cultura e desporto) no sentido do desenvolvimento local e cultural?

Por exemplo, o desporto é outra área em que nós temos articulação com a comunidade. Nós e outras entidades do município que colaboram connosco... organizamos atividades. Por exemplo, as piscinas, mais especificamente a secção de natação da Casa do Povo de São Pedro de Alva tem um trabalho desenvolvido nesta área. Neste domínio, nós não precisamos de intervir, porque já há quem o faça. Mas temos feito coisas... Recentemente, organizámos o festival de mergulho, que foi um sucesso. Centenas de miúdos participaram. É, de facto, daquelas interações que se pode estabelecer com a comunidade.

- Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação na regulação do sistema educativo local?

Sobre este assunto, é melhor falar com o senhor Vice-Presidente...

- Que importância atribui à Carta Educativa?

Para nós, a Carta Educativa é uma “cartilha”, porque é um documento que foi votado em Assembleia Municipal. Agora, obviamente, que é um documento que, como

qualquer outro, está aberto a possíveis alterações. Não queremos fazer daquilo um documento estanque. Aliás, nem deve ser, porque os processos são dinâmicos e as coisas vão mudando. Com certeza, hoje já será diferente de quando ela foi feita. Há coisas que já nem fazem sentido.

- Quem elaborou a Carta Educativa de Penacova?

O Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- Em que data?

2006.

- Está prevista a sua atualização? Para quando?

Nós, neste momento, estamos a fazer a revisão do diagnóstico social. Depois a concluirmos, partiremos para a revisão da Carta Educativa.

- A Carta Educativa apresenta-se efetivamente como um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal?

Eu acho que sim... Por uma razão técnica, mais que até político. É um documento elaborado por técnicos experimentados, experientes, conhecedores... Nós temos que nos apoiar nele.

- Em termos práticos, como faz a prospeção do cenário educativo deste município?

Eu acho que vai ser uma escola melhor, temos essa pretensão, no sentido em que vamos ter melhores condições e isso também ajudará. Mas obviamente que a escola será sempre aquilo que as pessoas dela fizerem. Eu posso conseguir construir a melhor escola do mundo, mas se as pessoas que lá estão não estiverem motivadas e envolvidas, ela não será a melhor. No entanto, como político, tenho que ter sempre esta capacidade de ser otimista...

- De que modo é que o Conselho Geral contribui para a operacionalização da política de educação local?

Será melhor falar com o Vice-Presidente.

- Com o Dec.-Lei 75/2008, há um reforço da participação da Autarquia no Conselho Geral. Como encara este facto?

De modo positivo. Precisamos de estar envolvidos para podermos efetivamente colaborar.

- Como considera que os restantes membros do Conselho Geral encaram o reforço da participação da Autarquia?

Genericamente, acho que bem. Acho que até ficaram desiludidos quando, o ano passado, nós não reforçámos o envolvimento das pessoas do município.

- Pensa que, em termos práticos, alguma coisa mudou?

Eu diria que ainda não mudou, mas, com certeza, que ainda vai mudar. As pessoas vão gostar que nós estejamos mais envolvidos...

- A Autarquia passou a ter mais capacidade de intervenção na definição das linhas orientadoras da política da escola?

Com certeza...

- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.

Tenho que reconhecer, e as coisas são mesmo assim, que as empatias pessoais também vão fazendo algumas coisas por nós. Portanto, essa empatia pessoal existe. Acho que temos boas bases para fazer um excelente trabalho. Agora, ainda podemos trabalhar mais. Também temos que deixar que o Agrupamento estabilize o seu dia a dia.

- A autarquia sente reciprocidade por parte do Agrupamento para a concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade?

Sim... Há bastante interação entre nós e o Agrupamento.

- A escola é recetiva à atuação educativa municipal? Porquê?

Mais que recetividade, eu até acho que há uma esperança nos municípios (que o município seja o agente dinamizador e o agente de impacto com a administração central).

- Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento com a escola?

O telefone, o email ou até pessoalmente.

- É de opinião de que o município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento ou ultrapassa esta dimensão meramente económica? Explique porquê.

Não, obviamente que ultrapassa e tem potencial para ultrapassar ainda mais.

- Que tipo de apoio é solicitado pelo Agrupamento à autarquia?

Dê exemplos concretos.

Aquilo que o Agrupamento mais nos tem solicitado é algum apoio na definição de algumas políticas, nomeadamente definição de oferta formativa. Sempre que há intervenção da administração central, pedem-nos para nós fazermos o impacto, sermos o “amortecedor” de alguma questão. Neste momento, as preocupações da escola são reorganização da rede escolar e a definição da oferta formativa.

- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?

A ver com a Autarquia diretamente, está tudo igual..

- É mais fácil a cooperação com a escola nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?

Neste momento, eu diria que a relação é similar. Eventualmente, o que me parece que aconteceu é que, em São Pedro de Alva, as pessoas da escola parece que ficaram mais ocupadas com as suas rotinas diárias. As pessoas de São Pedro de Alva sentiram um pouco esta mudança, este deixar de serem autónomas. Portanto, com São Pedro de Alva, pode ter havido algum afastamento, na medida em que já não trata alguns assuntos *per si*. Em relação ao relacionamento, parece-me que não houve alteração.

- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?

Concordo, porque havia uma discrepância muito grande entre o número de alunos de Penacova e o número de alunos de São Pedro de Alva.

- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?

Vantagens económicas.

- Quais as dificuldades que levantam?

Por vezes, há assuntos operacionais e o facto de o espaço físico não ser o mesmo cria algumas dificuldades na gestão do dia a dia.

Em relação ao município, não se deixou de fazer nada por ser um mega-agrupamento.

- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.

Eu diria que não poderá ser um reforço, isto é, se tinha dois agrupamentos em que cada um deles tinha o seu projeto educativo, o seu projeto a ver com a comunidade, o facto de deixar de ter dois e passar a ter um não é facilitador desta política municipal para a educação. Mas é uma realidade...

- Que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?

Esperamos poder contribuir cada vez mais para o desenvolvimento do concelho em matéria de educação.

- Que resultados espera vir a alcançar através da política educativa desenvolvida no seu concelho?

Genericamente, é um “chavão político”, mas eu diria que gostaria de poder contribuir para que este território fosse um território mais competitivo (para quem cá vive, para quem cá trabalha, para quem cá estuda, para quem cá vem). Obviamente que as políticas de educação contribuirão, pelo menos a médio prazo, para que isso possa acontecer.

Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma?

Obviamente, eu acho que, sem estar a “passar nenhuma escova” ao trabalho, são áreas fundamentais. Isto porque é algo que ainda está pouco estudado. Há aqui, portanto, uma questão de pertinência do estudo, porque há aqui matérias que carecem de desenvolvimento. Depois, as conclusões que daí forem retiradas podem-nos sempre ajudar na definição das nossas prioridades, das nossas tarefas... Se eu puder ir buscar a este trabalho algo que me ajude nessa definição, tanto melhor.

ENTREVISTA – 6

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Vereador de Educação da Câmara Municipal de Penacova

Data:

Hora:

Local: Câmara Municipal de Penacova (Gabinete do Vereador)

Recursos: gravador

- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?

Educação e municipalidade têm que estar internamente ligadas, porque o município hoje tem atribuições, tem deveres para com a população que lhe exigem uma intervenção que eu diria profunda e muito próxima na educação, porque se o objetivo do município é a educação, o bem estar dos seus munícipes (bem estar a todos os níveis), a formação e a educação são as bases desse bem estar. Penso que é investindo na educação que se vai contribuir para o bem estar e para o desenvolvimento do concelho. Agora, a municipalização da educação é que eu penso que não tem razão de ser. Aí há um caminho muito amplo a percorrer.

- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?

Em primeiro lugar, é a nova legislação. Essas mudanças legislativas foram, de alguma forma, interiorizadas, quer pelo município, quer pelas populações. Depois são, eventualmente, limadas, mas, de uma forma geral, há uma proximidade muito maior entre o município e as populações. A legislação é uma coisa que sobressai. Mas o município vai muito além dessas imposições legais.

- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.

Eu penso que não... A descentralização pode ser regional. Temos uma DREC. Pode-se descentralizar para o município, pode-se descentralizar para o agrupamento, mas descentralização e municipalismo não são a mesma coisa.

- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?

- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa? Justifique.

A capacidade de resposta financeira condiciona tudo à partida. É evidente que, desde que haja capacidade financeira, o município terá capacidade de resposta. Não havendo essa disponibilidade financeira, não vai ter. Há um esforço extra do município no investimento na educação em ações que nem lhe estão atribuídas legalmente.

- No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os municípios?

Em termos de potencialidades, não digo que sejam as suficientes, mas temos muitas potencialidades. Os recursos humanos, a experiência e a capacidade para desenvolver um bom trabalho na questão da educação... Por exemplo, com as AEC's. A própria proximidade física entre câmara e agrupamento fomenta essas potencialidades. A proximidade física e não só, porque as pessoas é que fazem as instituições. Há uma característica que me parece que é importante que é a humildade. Se houver humildade, as coisas acabam sempre por funcionar.

- E que obstáculos encontram?

O obstáculo financeiro, sem dúvida...

- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?

- Da Lei 5/97 até ao Dec.-Lei 115-A/98, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração?

Bem eu concordo com a alteração. Isto já era feito pelo município e nós, este ano, ainda mais, reforçámos. O município interveio ao nível da colocação de recursos humanos nas escolas que seriam da responsabilidade do Ministério. Agora, seria justo é que houvesse os tais recursos financeiros.

- A Lei 159/99 “estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais”. Como reagiram as autarquias a esta transferência de competências?

- O Dec.-Lei 7/2003 veio alargar as competências dos municípios? Em que medida? O que pensa sobre isto?

O Conselho Municipal de Educação é um órgão importantíssimo, porque reúne vários saberes, vários conhecimentos, várias sensibilidades, reúne pessoas que estão em vários setores e a articulação destes conhecimentos, sensibilidades e saberes pode conduzir a resultados na educação, a objetivos concretos muito mais sólidos, muito mais programáticos do que se não existisse. Deve ser uma forma de se articular as questões de educação no concelho. Por vezes, aquilo que eu percebo, neste pouco tempo que aqui estou, é que algumas das pessoas vêm para o Conselho Municipal de Educação ou para outras organizações semelhantes um pouco na expectativa, um pouco expectantes... para cumprir um dever e não participam muito ativamente. Isso verificou-se no anterior Conselho Municipal de Educação em que faltaram bastantes participantes. Quanto à Carta Educativa, penso que é um instrumento importante, mas deve ser um instrumento dinâmico. Estava previsto que ela fosse atualizada... Eu acho que era imperioso a atualização da Carta Educativa.

- E sobre a presença da autarquia nos órgãos de direção das escolas, desde o D-L 115-A/98? Pensa que trouxe um efetivo alargamento das competências do município em matéria de educação formal?

Nós, por enquanto, ainda não aderimos a essas competências e a esmagadora maioria dos municípios ainda não aderiu. Houve várias experiências que já tinham sido feitas, a questão das AEC's, por exemplo, mas ...

- O Dec.-Lei 75/2008 dá representatividade à autarquia na vida das escolas? Pensa que tal representatividade é efetiva? O Conselho Geral permite realmente a intervenção educativa municipal?

Eu penso que no caso concreto aqui de Penacova há boa vontade de parte a parte. As nossas opiniões são ouvidas. Poderão ou não ser tidas em consideração, mas são ouvidas. E inversamente, aquilo que vem da escola também é ouvido por nós, é sempre ponderado.

- Com o Dec.-Lei 144/2008, aumentam-se ainda mais as competências municipais.

O que pensa sobre o assumir dessas competências pela autarquia?

Não me oponho desde que sejam oferecidos à autarquia os recursos necessários para o assumir dessas novas competências. Repare, se a autarquia vai contratar pessoal não docente, precisa de verba para lhes pagar...

A autarquia pondera assinar o contrato de execução. Porquê?

Em relação à possibilidade de assinatura de um Contrato de Execução, estamos na expectativa porque, até agora, vimos que muitos municípios não assinaram. Eu, inclusivamente, estive numa ou duas reuniões onde esteve a anterior ministra e onde alguns presidentes de câmara ameaçaram rescindir o contrato, porque não eram transferidos os recursos financeiros correspondentes. Nós temos estado na expectativa de ver o que é que os outros municípios fazem. Agora vamos ver o que é que vem aí com o novo governo, com a nova ministra...

- Embora ainda sem enquadramento legal, fala-se também na possibilidade de assumirem a gestão de pessoal docente. O que pensa disso?

Na contratação de pessoal docente, não me parece que seja o melhor caminho. Ao nível destes concelhos do interior, duvido que isso funcionasse bem. Há uma proximidade muito grande entre as pessoas... Era capaz de entrar os favores...

- Como é que a Autarquia tem vindo a fazer face a este crescente alargamento de competências?

Tem vindo a fazer face a esse alargamento de competências, sobretudo disponibilizando cada vez mais recursos e meios (recursos humanos, meios materiais, meios de transporte) e assumindo o ónus desses custos.

- Quais as maiores mudanças decorrentes de tal alargamento?

- Em que áreas se localizam? Cite exemplos.

Uma maior responsabilidade, por exemplo, no complemento de apoio à família, nas refeições, nos transportes...

- Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas. Justifique e exemplifique.

Há que consolidar as que já existem e depois de consolidar as que já existem, então, podemos progredir para outras que até já estão na lei, algumas delas, nomeadamente o pessoal não docente. Estas que estão já consensualizadas e transferidas, penso que estão consolidadas. Portanto, o município estará à altura de poder receber outras. Assim venham também os recursos financeiros...

- Como é constituído/organizado o setor da Educação na Câmara Municipal?

Um Vereador da Educação (Engenheiro), uma Chefe de Divisão da Ação Social, Cultural, Educativa, e Desportiva (Licenciada em Serviço Social), uma Técnica Superior de Educação (Licenciada em Ciências da Educação) e três assistentes técnicas (das quais uma é animadora sócio-educativa, outra licenciada em Português Francês e outra com o 11º ano de escolaridade).

- Qual o lugar ocupado pela Educação no quadro global da ação da autarquia?

- No quadro da autarquia local, as políticas educativas constituem uma prioridade? Explique porquê.

Para mim, é uma preocupação, mas poderá haver outros elementos que não estejam tão sensibilizados para isso, o que é natural e normal, porque estão ocupados com outras coisas. Mas a educação é fundamental, como lhe comecei por dizer, para o desenvolvimento das populações. Nós estamos a educar e a formar para fomentar o êxodo, fomentar a permanência das pessoas no concelho que está cada vez mais envelhecido.

-Indique a percentagem do orçamento dedicada à Educação.

É uma percentagem elevada... Há despesas que estão quantificadas, mas há despesas (carrinhas, motoristas...) que não estão quantificadas.

- Existe um projeto educativo local?

Não.

- Quais os projetos educativos que a autarquia promove? (Dê exemplos de iniciativas promovidas pela autarquia).

Promove e desenvolve projetos municipais nas áreas culturais, artísticas e ambientais. Desenvolve o programa de apoio a projetos de escolas do concelho. Promove e apoia o desenvolvimento de boas práticas educativas no concelho. E ainda *Hora do conto infantil* para as crianças do pré-escolar, Semana do Livro e da Leitura, Comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil e Comemoração do Dia Mundial do Livro, Comemoração do Dia da Árvore, Comemoração do Dia Mundial da Criança, realização da Festa de Natal para as crianças do pré-escolar e 1º ciclo.

- Dentro da área da Educação, quais são as suas prioridades?

Dentro da área da Educação, uma das prioridades é o espaço físico, os edifícios... Temos o exemplo do Centro Educativo. Aliás, eu apercebi-me que os quadros interativos não estavam previstos e tratei logo de os requisitar. Uma das prioridades

será essa. Outra é conseguir trazer recursos que se adaptem não só aos interesses dos alunos, mas também às necessidades do concelho. Melhorar os transportes também...Vamos adquirir uma viatura nova. Neste momento, as que temos são insuficientes e já têm muitos anos. Há meninos que têm que sair de casa às sete da manhã. Aumentando a frota, conseguimos que saiam às sete e meia ou oito menos vinte.

- Existem projetos específicos implementados neste domínio? Quais?

Pensamos adquirir mais, pelo menos, uma viatura, de modo a melhorar a nossa rede de transportes. Pensamos também avançar com construção do Centro Escolar de Lorvão.

-Qual o grau de envolvimento da comunidade nos mesmos?

Não há envolvimento. E pior do que isso: nós fizemos uma sensibilização para pais com uma dietista para falar sobre a educação alimentar das crianças. Estavam nove ou dez...Isto é sintomático! Pelo contrário, na escola de São Pedro de Alva, há um envolvimento muito grande da comunidade. No final do ano, faziam sempre uma festa e toda a comunidade lá estava. Talvez pela dimensão, há uma maior afetividade que aproxima mais a comunidade da escola.

- Quais as estratégias utilizadas para a mobilização da comunidade para a intervenção educativa?

Nós procuramos chamar, sensibilizar a comunidade educativa, embora nem sempre haja adesão.

- Como é que a intervenção municipal em matéria de educação vem abonar a favor da comunidade em geral? Dê exemplos que possibilitem a compreensão desse mesmo desenvolvimento através da promoção das políticas educativas.

Falámos sobre isso no início da nossa conversa... Se o concelho faz boas ofertas em termos educativos, é toda a comunidade que tem a ganhar com isso. Uma comunidade bem formada, é uma comunidade muito mais vocacionada para o sucesso.

- O município intervém ao nível da formação profissional? De que modo?

No âmbito da formação profissional, o município colabora com o agrupamento ao nível da concretização dos estágios. Vários alunos de cursos profissionais fazem os seus estágios na câmara municipal ou em instâncias que dela dependem diretamente.

- A promoção das políticas educativas locais contribui para o desenvolvimento cultural e global da região? De que modo?

Eu acho que isso é uma verdade “la palisse”... A relação é mais que óbvia. Uma coisa leva à outra.

- Considera que o perfil dos eleitos locais determina o modo como são executadas as políticas educativas no município?

Com certeza que sim. Se os eleitos só estiverem virados para estradas e estiverem de costas voltadas para a educação e para as estruturas do ensino, claro que isso tem repercussões...

- Quais os critérios de seleção destes elementos?

Entre a equipa, vimos quais as pessoas que teriam mais apetência para desempenhar estas funções.

- Em que medida verifica que o poder municipal contribui para que o sistema escolar responda às expectativas dos seus utentes? Como?

De várias formas, sobretudo na disponibilidade de recursos humanos e de recursos materiais que nós disponibilizamos quando nos são solicitados, até, às vezes, sem serem propriamente solicitados.

- Como se estabelece a colaboração entre o poder municipal e o sistema escolar?

De modo muito positivo. Como já referi, as instituições são feitas por pessoas. E a colaboração existe efetivamente. Sempre que é necessário, faz-se a solicitação e ela é atendida (de parte a parte).

- De que modo colaboram no sentido de satisfazer as necessidades dos utentes?

Trabalhando exatamente de modo articulado...

- Como estabelece a articulação com o poder central (Ministério da Educação)?

Sempre que é necessário, articula-se. Tenta-se chegar a acordo...

- Qual ou quais as dificuldades que sente na operacionalização de uma política de educação local?

Como já disse, o problema reside no facto de, muitas vezes, as competências educativas municipais não serem acompanhadas dos respetivos recursos financeiros.

- Em termos educativos, quais considera serem os principais problemas a marcarem o concelho de Penacova? De que modo poderão ser colmatados ou atenuados?

O êxodo de alunos para escolas de Coimbra e o problema do isolamento de algumas povoações que faz com que os alunos que aí residam sejam, de algum modo, sacrificados.

- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa?

Tentando adaptá-las às necessidades e às características específicas do nosso concelho...

- Considera que as competências educativas municipais já regulamentadas são de fácil operacionalização? Porquê?

Precisaríamos era de mais verba... Com mais verba, a operacionalização destas competências sairia, sem dúvida, facilitada.

- Quais as dificuldades sentidas neste processo de operacionalização?

Mais uma vez, vou ter que referir as dificuldades financeiras...

- Qual a vossa intervenção ao nível da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico?

Nós intervimos efetivamente nessa área. Acabámos de construir o Centro Educativo de Penacova. Tudo se prepara para a construção do Centro Educativo de Lorvão.

-De que modo asseguram os transportes escolares?

Ou com carrinhas do município ou com carrinhas de instituições como a Fundação Mário da Cunha Brito ou o Centro Social, Cultural e Recreativo de Miro. Há depois os transportes da Transdev.

- E a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico?

São empresas com as quais estabelecemos contratos que asseguram as refeições nos diferentes estabelecimentos de ensino.

**- Há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar?
Ele é assegurado?**

Não.

- Como apoiam o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico? Cite exemplos.

Como já referi, o município promove e desenvolve projetos municipais nas áreas culturais, artísticas e ambientais. Desenvolve o programa de apoio a projetos de escolas do concelho. Promove e apoia o desenvolvimento de boas práticas educativas no concelho. E ainda *Hora do conto infantil* para as crianças do pré-escolar, Semana do Livro e da Leitura, Comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil e Comemoração do Dia Mundial do Livro, Comemoração do Dia da Árvore, Comemoração do Dia Mundial da Criança, realização da Festa de Natal para as crianças do pré-escolar e 1º ciclo.

- De que modo participam no apoio à educação extraescolar?

Somos responsáveis pela CAF, no pré-escolar, e pelas AEC's no primeiro ciclo.

- Como gerem o pessoal não docente da educação pré-escolar e do ensino básico?

Quanto ao pessoal não docente, alguns contratamos diretamente, outros contratamos de modo indireto através do protocolo com instituições do concelho (como, por exemplo, o Centro de Bem Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão).

- Como se concretizou a vossa participação na constituição do Agrupamento de Escolas de Penacova?

Fomos auscultados e manifestámos o nosso desacordo, mas...

- Em que moldes desenvolvem a ação social escolar para os alunos do Ensino Pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico?

Atribuímos variados subsídios...

- É de opinião de que é necessário transferir ainda mais responsabilidades educativas para as autarquias ou para outras instâncias deslocalizadas? Porquê?

A transferência dessas competências está prevista na lei. Mas é evidente que, sem meios, sem recursos humanos, sem recursos materiais, seja na educação, seja fora da educação, não é possível fazer nada.

- Sente necessidade de mais competências para poder atuar de modo mais eficaz em matéria educativa? Porquê? Cite exemplos.

Para atuar de modo mais eficaz em matéria educativa, eu não sinto necessidade de mais competências, sinto é necessidade de mais verbas para pôr em prática essas competências.

- A sua atuação educativa é limitada/reduzida pela falta de competências? Porquê? Cite exemplos.

Não. Também fruto do bom relacionamento que existe com o setor da educação, com o agrupamento de escolas. Quando há bom relacionamento, mesmo que os recursos sejam maus, consegue-se avançar.

- Fernandes (1996), a propósito da Lei de Bases do Sistema Educativo, refere que esta “não tem passado de uma metáfora semântica, através da qual se tem procurado disfarçar uma transferência de ónus financeiros no domínio das construções escolares, dos transportes, da ação social escolar, da educação escolar infantil e especial e na formação profissional”. Concorda com esta afirmação?

Penso que esta afirmação vem ao encontro daquilo que tenho estado a dizer. É preciso ónus financeiros para acompanhar o aumento de competências...

- Como é que a Câmara concretiza as Atividades Extra Curriculares?

As AEC's são da responsabilidade do município. É o município que as organiza e que contrata o pessoal docente necessário para o efeito.

- Como é a relação com as escolas?

É boa, há colaboração e entendimento.

- Quais as atividades oferecidas?

Inglês, Música, Atividade Física e Desportiva e Oficina da Ciência.

- Há parcerias estabelecidas? Com que instituições? Quais os critérios de eleição destas instituições?

Sim, temos parceria com instituições como o Centro de Bem Estar Social de Figueira de Lorvão que nos cede, por exemplo, pessoal docente.

- Encontram dificuldades na operacionalização das AEC? Quais?

Não, parece-me que está tudo a correr bem.

- Na sua opinião, as AEC trazem realmente vantagens para os alunos? E para as famílias?

Sim, as famílias não têm condições para vir buscar as crianças à escola às três da tarde. Por outro lado, há alunos neste concelho que, de outro modo, não teriam acesso a qualquer tipo de atividades (das que vão para além do currículo escolar propriamente dito).

- Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume para o seu município mesmo sem obrigatoriedade legal?

- Quais as ações que concretiza no plano das não competências? Porquê essas e não outras? Que mais haveria a fazer nesta área?

Como já disse, promove e desenvolve projetos municipais nas áreas culturais, artísticas e ambientais. Desenvolve o programa de apoio a projetos de escolas do concelho. Promove e apoia o desenvolvimento de boas práticas educativas no concelho. E ainda *Hora do conto infantil* para as crianças do pré-escolar, Semana do Livro e da Leitura, Comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil e Comemoração do Dia Mundial do Livro, Comemoração do Dia da Árvore, Comemoração do Dia Mundial da Criança, realização da Festa de Natal para as crianças do pré-escolar e 1º ciclo.

Podia haver mais coisas a fazer nesta área, mas, para já, acho que já se está a dar uma resposta de qualidade neste âmbito.

- Há projetos socioeducativos da iniciativa da Autarquia?

Sim, as pessoas podem candidatar-se e, no caso de serem selecionadas receberão uma quantia em dinheiro.

- Em termos orçamentais, qual o peso para as atribuições consignadas na lei e para as que o não são?

Não está propriamente quantificado...

- Além da intervenção na escola (educação formal), como descreve a atuação do município em termos de educação?

Penso que somos um município ativo e interessado na questão da educação.

- Tenta encontrar uma solução de complementaridade entre o formal e o não formal? De que modo?

Cite exemplos. Justifique a sua opção.

Através das atividades que vamos promovendo, penso que se alcança essa complementaridade.

- Que tipo de articulação é estabelecida entre a Autarquia e outras entidades no sentido do desenvolvimento local?

Penso que já respondi a essa questão.

- Qual a relação com outros setores do município (por exemplo, cultura e desporto) no sentido do desenvolvimento local e cultural?

A Câmara Municipal de Penacova procura operacionalizar medidas de promoção da educação no concelho como aspeto determinante na qualificação e desenvolvimento.

Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação na regulação do sistema educativo local?

O Conselho Municipal de Educação tem uma grande importância na vida educativa do concelho. No entanto, por vezes, o envolvimento das partes é que não será tanto quanto seria desejável. Há um interesse grande do município, há do agrupamento, mas devia ser um fórum de debate das questões do concelho e, às vezes, acaba por não ser. Quase que se limita a aprovar o plano de transportes... Certamente que aí haverá também um trabalho mais profundo a fazer.

- Qual a constituição do Conselho Municipal de Educação?

O Conselho Municipal de Educação foi constituído em 1998 com a denominação inicial de Conselho Local de Educação. Integram o Conselho Municipal da Educação elementos da autarquia, representantes de pessoal docente e não docente, representantes dos pais e encarregados de educação e dos estabelecimentos de educação privados, um representante da associação de estudantes e outro das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem atividades na área da educação, um representante dos serviços públicos de saúde, dos serviços de segurança social, dos serviços de emprego e formação profissional, dos serviços

públicos na área da educação, juventude e desporto, das forças de segurança e da escola profissional Beira-Aguieira.

- O que pensa da composição do Conselho Municipal de Educação prevista na lei?

Acho que está bem, uma vez que abrange vários setores do concelho. No fundo, todos eles contribuem, de forma mais direta ou mais indireta, para o desenvolvimento da educação no concelho.

- Qual o processo de designação dos seus membros?

São escolhidos pela autarquia.

- Dê exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão.

Aqui discutem-se questões muito importantes para a vida educativa do concelho, como, por exemplo, o encerramento de escolas ou a reorganização da rede de transportes em função das necessidades.

- Como encara as competências definidas para o Conselho Municipal de Educação?

- Em que medida é que o Conselho Municipal de Educação tem concretizado essas funções. Cite exemplos.

Acho que estão adequadas, mas talvez não estejam a ser concretizadas na íntegra (precisavam de uma participação mais ativa dos membros do Conselho Municipal de Educação). Como já referi, muitas pessoas assumem um papel expectante e deveriam ser mais interventivos.

- Que importância atribui à Carta Educativa?

A Carta Educativa é um instrumento de trabalho muito importante. É ela que nos dá a conhecer qual é a realidade do concelho e é sobre ela que devemos trabalhar. Agora também tem de ser dinâmica, porque as coisas mudam e as realidades alteram-se. Daí a necessidade de revisão. E eu acho que a nossa Carta Educativa está a necessitar de uma revisão.

- Quem elaborou a Carta Educativa de Penacova?

O Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

- Em que data?

2007.

- Está prevista a sua atualização? Para quando?

Estamos a ver quando é que haverá verba para isso...

- A Carta Educativa apresenta-se efetivamente como um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal?

Sim, sem dúvida. É a partir dela que devemos atuar em termos educativos. Carece é de uma atualização.

- Em termos práticos, como faz a prospeção do cenário educativo deste município?

Este município sofre de um problema de desertificação. Prevê-se que, no futuro, haja cada vez mais alunos a frequentarem escolas de Coimbra. Mas vamos fazer todos os esforços para inverter esta tendência.

- A autarquia está presente no órgão de direção das escolas desde 1998. a partir do D-L 75/2008, no Conselho Geral. De que modo é que o Conselho Geral contribui para a operacionalização da política de educação local?

Há os professores que veem as questões por um prisma. Há o pessoal não docente que também tem o seu prisma de ver as coisas. Há a associação de pais que tem outro prisma. Há o município que pode ter outro e a conjugação de tudo isto... tem implicações. Por exemplo, do ponto de vista do município, eu posso pensar que determinada atitude é positiva, mas não estou a pensar nas implicações que isso possa ter, no processo pedagógico, por exemplo. Portanto, eu penso que será mais um foco de debate dos problemas da educação.

- Quem representa a Autarquia no Conselho Geral?

O Vereador da Educação e dois presidentes de junta de freguesia (de Penacova e de Travanca do Mondego).

- Quais os critérios que estiveram na base da seleção desses elementos?

Decidiu-se que o Vereador da Educação deveria estar presente por reunir melhores condições para dar resposta a certas questões abordadas no Conselho Geral. Quanto aos presidentes de junta, já vinham do Executivo anterior.

- Através do Conselho Geral, a comunidade (com a representação municipal) consegue ter uma participação efetiva na vida da escola?

Eu acho que sim. É a oportunidade que a autarquia tem para representar a comunidade perante a escola propriamente dita. Quer através do município, quer através da associação de pais (que também é comunidade, não é?), a comunidade tem uma participação efetiva.

- Que importância atribui à participação da Autarquia no Conselho Geral?

A importância é muito elevada. Se o município faz/promove tanta atividade, dá tanto apoio (logístico, financeiro, de recursos humanos, etc.), faz tanto trabalho, a posição e a participação no Conselho Geral é altamente importante.

- Como descreve a participação da Autarquia no Conselho Geral?

É uma participação ativa. Procuramos debater as questões surgidas e trazer contributos positivos para a educação no concelho.

- Com o Dec.-Lei 75/2008, há um reforço da participação da Autarquia no Conselho Geral. Como encara este facto?

- Como considera que os restantes membros do Conselho Geral encaram o reforço da participação da Autarquia?

Alguns elementos do Conselho Geral olham para o município na perspetiva de que é aquele que tem os recursos, é aquele que pode dar, é aquele que pode fazer, é aquele que tem o dever de... Portanto, acho que encaram positivamente a nossa participação no Conselho Geral...

- Pensa que, em termos práticos, alguma coisa mudou?

Bem, eu não tenho experiência anterior...

- A Autarquia passou a ter mais capacidade de intervenção na definição das linhas orientadoras da política da escola?

Acho que sim, aliás, acho que a autarquia passou a conhecer melhor a realidade.

- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.

A relação entre a autarquia e o agrupamento de escolas é muito positiva. Há um bom entendimento, há a tentativa de satisfazer, dentro dos possíveis, a solicitação de ambas as partes.

- A autarquia sente reciprocidade por parte do Agrupamento para a concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade?

Sim, absolutamente.

- A escola é recetiva à atuação educativa municipal? Porquê?

Sim. Quando há um problema, conversamos e conseguimos chegar a bom porto.

- Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento com a escola?

A própria Diretora pessoalmente, emails, telefone... É tudo muito informal... (isso pressupõe uma relação de confiança...).

- É de opinião de que o município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento ou ultrapassa esta dimensão meramente económica? Explique porquê.

Não. É um parceiro. Colaboramos a outros níveis que não apenas a transferência de verbas. Isso seria muito mau... se fossemos apenas um recurso financeiro...

- Que tipo de apoio é solicitado pelo Agrupamento à autarquia? Dê exemplos concretos.

São solicitadas verbas, recursos humanos, apoios a vários níveis...

- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?

Eu penso que até favorece na medida em que há apenas um interlocutor. Nesse aspeto, e abstraindo-me de outros, há só um interlocutor, só uma pessoa com quem nós discutimos os assuntos e os debatemos. Permitirá até, certamente, que, a nível da atuação, ela seja uniforme. Se eu tiver aqui um agrupamento e ali tiver outro, este pode ter uma coisa diferente deste...

- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.

Eu penso que, nesse aspeto, é a mesma coisa. A política educativa local exerce-se da mesma forma. A diferença só está ao nível dos interlocutores, que podem ser dois ou um único.

- É mais fácil a cooperação com a escola nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?

A cooperação até é mais fácil. Em vez de duas reuniões, em dois agrupamentos, temos uma única.

- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?

As coisas são como são e nós também temos de ser realistas. Penso que não podemos comparar este agrupamento dito mega-agrupamento com outros mega-agrupamentos. As situações são totalmente diferentes. Este nem é um mega-agrupamento... Nós manifestámos o nosso desacordo, mas também sabíamos que o número de alunos não o justificava... Nós temos que pensar na opinião desde que ela não prejudique a questão pedagógica. É bem que se olhe para os recursos. Outras questões se podem levantar, outros problemas. Por exemplo, se a escola de São Pedro de Alva não tiver 256 alunos, fica sem coordenadora.

- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?

No nosso caso, fazem com que a intervenção educativa municipal seja mais coerente ao nível global do concelho. Assim, a resposta educativa é mais similar para todos os estabelecimentos de ensino e para todos os alunos do concelho.

- Quais as dificuldades que levantam?

Se for realmente um mega-agrupamento, os obstáculos serão muito maiores. Terá que haver uma estrutura de gestão maior. Isto é uma mera opinião, mas se esse mega-agrupamento tiver uma escola próxima, será muito mais fácil de gerir do que num concelho disperso. Cada caso é um caso e tem que ser analisado nessa perspetiva.

- Que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?

- Que resultados espera vir a alcançar através da política educativa desenvolvida no seu concelho?

O que nós esperamos é formar cidadãos. O objetivo das políticas que sejam implementadas é o de formar cidadãos/municípes cada vez com maior conhecimento, mais preparados para a vida da sociedade de competição. Estamos numa sociedade altamente competitiva e todos eles, perante as dificuldades, só vingarão se forem muito bons. E simultaneamente esperamos poder ajudar a formar para a cidadania.

Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma.

Eu penso que os objetivos da investigação são importantíssimos para si, para os objetivos que pretende atingir. Certamente, para mim, porque me fez parar um pouco e pensar em questão que não são pensadas no dia a dia. Penso que aqui há uma vantagem mútua.

ENTREVISTA – 7

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Presidente da PENSAR

Data: 10/06/2011

Hora: 10h00

Local: Café Praxis (Coimbra)

Recursos: gravador

- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?

Há uma relação estreita entre educação e municipalidade. Hoje em dia, educação é um dos pilares da sociedade, sendo que os municípios, nos últimos anos, começaram a assumir grandes responsabilidades nessa área. O município dá um apoio forte à educação (nos transportes, nos almoços, na parte logística...). Há uma estreita colaboração. Há muitos anos atrás, no tempo em que eu andava na escola, nos anos oitenta, havia um professor e tudo emanava do ministério da educação. Hoje em dia, as autarquias, quer as câmaras quer as juntas de freguesia têm um papel muito ativo e, portanto, influenciador nesta matéria.

- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?

Eu acho que foi um pouco de tudo... A própria sociedade alterou-se nos últimos anos. Apesar de vivermos ainda num meio rural, a maior parte das pessoas trabalha. Antigamente, havia mais pessoas em casa. Isto é um facto social, não é? Os pais, nomeadamente, as mães, estariam em casa. No fim das aulas, iam buscar os meninos. Os meninos vinham para casa. Tinham alguém que cuidasse deles. Hoje em dia não é assim. A vida alterou-se. As pessoas têm o seu emprego. Há determinadas valências que tiveram que ser assumidas. Penso que, nesse aspeto, o município assumiu o seu papel. Estou a lembrar-me dos próprios horários. As escolas terminavam às três da tarde. Era muito complicado, nos dias de hoje, se os miúdos saíssem a essa hora. Depois surgiu oportunidade para dar outras valências, nomeadamente música, a parte de desporto, línguas, teatro... portanto, outras

valências que também são enriquecedoras e que preparam as crianças para uma sociedade que se alterou.

- Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.

Têm alguma ligação... A descentralização aconteceria, por exemplo, se as direções regionais, representando o ministério da educação, assumissem as responsabilidades. Se calhar, à medida que a sociedade foi sofrendo alterações, uma estrutura mais central não conseguia dar essa resposta. Daí que algumas coisas tenham sido transferidas para os municípios. Outras coisas foram os municípios que se aperceberam, digamos, dessas alterações...

- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?

- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa? Justifique.

Os municípios, nos últimos anos, sofreram uma transformação muito grande. Portanto, isto foi um processo progressivo. Isto não é coisa que se faça de um ano para o outro. Hoje em dia, os municípios já contam com alguns técnicos (licenciados em ciências da educação, psicólogos, da parte da ação social...), profissionais que ajudam, de facto, na prossecução dessas políticas. Portanto, admito que, à medida que vão sendo transferidas responsabilidades, estas devem ser acompanhadas a nível financeiro. E nem sempre isso acontece... Mas também na altura em que estamos temos de ser mais imaginativos: tentar fazer mais com menos.

- No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os municípios?

os municípios têm a facilidade de ter uma grande proximidade em relação aos munícipes e de conhecer as suas necessidades efetivas.

- E que obstáculos encontram?

Na rede de transportes, o município gasta na ordem dos 500 000 euros... Os principais obstáculos são de natureza económica. Por exemplo, o que se gasta com a rede de transportes é muito significativo... A parte financeira é fundamental. Atrás disso vem tudo. Por exemplo, a parte do desporto, a parte cultural poderiam ser melhoradas se houvesse disponibilidade financeira para isso. Na parte social, temos que ter noção de que, de facto, nos últimos anos, os problemas agravaram-se. Portanto, é provável que haja aqui problemas que, há meia dúzia de anos, não se colocavam e que agora começam a surgir e a ser sentidos de forma mais premente

(há pessoas desempregadas, há miúdos cuja melhor refeição que têm é a que tomam na escola...). Há situações particulares que têm de ser alvo de preocupação. Estas situações sociais refletem-se no próprio desempenho escolar das crianças. O município tem que fazer um acompanhamento mais próximo a estas situações. Os casos mais preocupantes têm de ser acompanhados.

- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?

- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração?

Sinceramente, eu concordo... Encaro-a de modo bastante positivo. Era necessária a efetiva intervenção do município nesta matéria.”; “Sinceramente, eu concordo. Eu acho que são notórias as melhorias educativas.

- Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens?

No básico, com as cartas educativas e com a renovação da rede escolar, acho que o concelho vai ficar bem servido (até porque as escolas têm outras condições que não tinham há uns anos atrás, não é?). Portanto, melhoram as condições de financiamento. As novas tecnologias também são importantes. O município contribui, neste âmbito, para dotar as escolas de outras condições que não tinham aqui há uns anos. Eu penso que essa alteração decorrente da evolução legislativa era inevitável. Há uma proximidade, há uma pessoa que dá a cara, as pessoas sabem com quem hão de falar. Só tenho receio que não haja dinheiro suficiente e que os municípios não consigam responder. Se não forem transferidas pela administração central as respetivas contrapartidas, tenho receio de que os municípios não consigam cumprir ou fazer o seu trabalho como se pretende. Ao nível de terreno não há problema nenhum... O único problema é a falta de acompanhamento económico. Tem que haver transferências, se não, não há hipótese nenhuma.

Eu acho que são processos que têm uma maturidade, uma evolução. Eu acho que, quem não tinha nada, há meia dúzia de anos atrás, não pode querer tudo de repente. O processo evolutivo leva tempo. Não é de um dia para o outro... O ensino secundário para já não. Eu gostava de ver isto tratado por fases. Até ao décimo segundo ano não temos condições, para já.

- Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.

Eu acho que são processos que têm uma maturidade, uma evolução. Eu acho que, quem não tinha nada, há meia dúzia de anos atrás, não pode querer tudo de repente. O processo evolutivo leva tempo. Não é de um dia para o outro... O ensino secundário para já não. Eu gostava de ver isto tratado por fases. Até ao décimo segundo ano não temos condições, para já. Talvez os municípios possam colaborar com a escola ao nível do ensino profissional... parece-me a mim...

- Caracterize sumariamente a PENSAR.

A PENSAR é uma associação sem fins lucrativos e de utilidade pública (o ano passado conseguimos a utilidade pública) que tem como objetivo principal o desenvolvimento do concelho nalgumas áreas, nomeadamente na área empresarial. Nos primeiros anos, a PENSAR começou por estar em Penacova (no Bloco da Eirinha). Depois, passou para a Espinheira. Depois, foi-se abrindo a outras áreas, nomeadamente, em 2002, houve a hipótese de ficar com uma brigada na área florestal (essa situação colocou-se porque havia uma associação a cobrir a zona de Penacova a esse nível e que funcionava muito mal). Foi a primeira brigada de sapadores. Até porque Penacova é um concelho essencialmente florestal. Entretanto, criámos uma empresa de inserção. Achámos que Penacova precisava disso e que havia condições para trabalhar nessa área. A PENSAR VERDE, que hoje está já uma “empresa madura”, foi um projeto que fizemos ao Instituto de Emprego e que visava essencialmente integrar pessoas com problemas de desemprego de longa duração e com problemas de integração social. O Centro de Emprego foi apoiando este projeto. Nós tivemos alguns problemas, no início, mas depois fomos melhorando. Quando chegou ao fim do projeto, contrariamente ao que sucedeu com a maior parte das empresas de associação, que acabaram quase todas, a nossa continuou e hoje em dia tem um mercado de trabalho. Estamos a prestar serviço na mesma, mas sem subsídio.

- Há quanto tempo funciona esta Associação?

A PENSAR foi criada em 9 de julho de 1997, funcionando até à atualidade.

- Por quem foi criada?

Eu não estive na sua criação...

- Quais os objetivos que estiveram na origem da sua criação?

Contribuir para o desenvolvimento de Penacova. Na altura, quando foi criada, foi a pensar exatamente na área empresarial. O objetivo era apoiar as empresas que se quisessem instalar, fazer projetos de investimento, dar apoio.

- Como é constituída?

Pelo presidente, que sou eu. Depois é o Humberto (Presidente da Câmara) que é secretário-geral e é o Carlos Sousa que é tesoureiro. Portanto, é a direção, o conselho fiscal e a assembleia. Depois tem sócios.

- Em que áreas atua?

Essencialmente nas áreas florestal, empresarial e da inserção social.

- Quais as ações promovidas pela PENSAR no que diz respeito à área da Educação?

A formação profissional: cursos de pequena duração dirigidos a ativos. Fizemos cursos muito diferentes desde a área da informática às línguas (espanhol, inglês...). Depois vimos quais eram as necessidades maiores ao nível do concelho. Verificámos que tínhamos ali muitas oficinas e tivemos cursos de formação também nessa área. A parte de mecânica correu muito bem. Vimos quais eram as necessidades das oficinas e dos profissionais que aí trabalham e criámos cursos que tiveram sempre muita procura. Trata-se de cursos destinados a pessoas ativas que não tiveram oportunidade de formação. Depois, fizemos uma série de cursos destinados a pessoas desempregadas e a pessoas que quisessem concluir ciclos de formação e, pela primeira vez, em 2008, fizemos um curso que deu equivalência escolar (RVCC). Neste momento, não temos.

- Qual o público que procuram abranger?

Pessoas desempregadas. Pessoas com algumas dificuldades, com problemas de integração a nível social...

- Com que objetivo?

Dar-lhes qualificações para uma posterior inserção social.

- Procuram complementar a tarefa educativa da instituição escolar?

Não... Só houve ali dois ou três formandos que saíram da escola e vieram concluir a sua formação. Isto porque já reuniam os requisitos para ingressar nesses cursos. Nós atuamos com uma população diferente da população escolar.

- Em termos educativos, tem havido evolução na vossa atuação?

Sim, começámos com a formação profissional e, posteriormente, passámos a promover cursos com equivalência escolar.

- Como é que o município colabora com a PENSAR?

Em termos educativos, não há uma ligação muito forte. Há mais na empresarial, mais propriamente na parte económica. Na parte educativa, é mais apoiar a divulgação.

Na parte educativa, é mais divulgação... O apoio à divulgação. Por vezes, a própria autarquia, sabendo o curso que está a ser desenvolvido, encaminha para lá as pessoas. A colaboração é apenas a esse nível.

- Na sua perspetiva, a atuação da PENSAR contribui para o desenvolvimento local? De que modo?

Eu acho que sim, porque já deu mostras disso, nomeadamente, e ao nível da educação, já fizemos cursos em áreas interessantes a nível de desenvolvimento (por exemplo, a doçaria conventual, que é uma área estratégica para o município). Divulgamos o lado bom das coisas que o concelho tem. Outro objetivo que tínhamos era criar uma pequena loja com artigos artesanais e típicos de Penacova. Ainda não conseguimos, mas estamos a tratar disso. A nossa ideia era criar uma loja onde tivéssemos o nosso artesanato, a nossa doçaria, as nossas coisas... e que as quiséssemos mostrar aos turistas. É uma das ideias que temos... Também temos ideia de criar uma pequena quinta pedagógica, onde tivéssemos produção própria (plantas aromáticas, animais...). Neste momento, em Penacova não há essa resposta e era um projeto que nós queríamos desenvolver. A agricultura, nesta altura, pode ser um pilar, até para algumas pessoas que ficaram sem emprego. Era um projeto interessante de agricultura biológica, aí sim, ligado à escola e às pessoas... Tem todo o cabimento fazer-se... Penacova tem terrenos que poderiam ser agricultados... Os meninos das escolas poderão ir ver como é que se faz, como é que se produz. Se calhar eles próprios fazerem e, passados uns tempos, irem ver o resultado. Acho que era interessantíssimo.

Esperamos poder contribuir cada vez mais para o desenvolvimento do concelho em matéria de educação. Genericamente, é um “chavão político”, mas eu diria que gostaria de poder contribuir para que este território fosse um território mais competitivo (para quem cá vive, para quem cá trabalha, para quem cá estuda, para quem cá vem). Obviamente que as políticas de educação contribuirão, pelo menos a médio prazo, para que isso possa acontecer.

- Como estabelecem articulação com a comunidade?

Esta articulação faz-se naturalmente. A PENSAR já tem uma série de anos no terreno. As próprias pessoas é que começam a ver quais são as nossas valências e procuram-nos. Pode ser melhorada, mas as pessoas já sabem que existem esta instituição e procuram-na.

- Cite exemplos de atividades promovidas com interferência direta na comunidade.

Temos o nosso site, fazemos uns *mailings* e mandamos umas cartas para casa das pessoas. Quando há formação, fazemos a divulgação. Temos um gabinete aberto que está recetivo às sugestões. Acho que essa interligação existe.

- A comunidade é recetiva às atividades promovidas pela PENSAR?

As pessoas já sabem o que nós fazemos. Sim, tanto é recetiva que há imensa gente que nos procura.

- Que mais poderia ser feito no sentido de promover o desenvolvimento local?

Há sempre coisas que poderiam ser feitas. Mas, como já referi, a nossa ideia de criar uma loja com produtos artesanais parece-me uma forma de promover o concelho e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento local.

Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma?

Acho que é importante, até atendendo à fase que estamos a passar... Todo este processo evolutivo não foi uma coisa que já aconteceu há muito tempo... Há uns dez anos praticamente é que houve esta evolução todo, este apoio mais direto do município às escolas... e... nessa medida (e como ainda se perspetivam mais mudanças) acho que é um projeto interessante para ser discutido. Efetivamente, nos últimos anos, houve uma alteração muito grande e se puder ser estudada à luz de alguns aspetos científicos, isso é ótimo. Todos sabemos que houve mudança, mas não sabemos quantificar e este trabalho pode ser muito importante nessa área...

ENTREVISTA – 8

Entrevistador: Sónia Teresa Simões da Costa

Entrevistado: Entrevista conjunta - Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Penacova ; Presidente da Assembleia Geral da Associação de Pais

Data: 06/06/2011

Hora: 17h

Local: Morada da Entrevistadora

Recursos: gravador

- Na sua opinião, qual a relação entre educação e municipalidade na atualidade?

E.F. - Eu acho que há uma série de competências que têm vindo a ser transferidas para as autarquias locais. Na área social, acho que sim. Nas atividades de enriquecimento curricular, no pagamento de prestações sociais, muito bem... As atividades escolares, essas acho que não deveriam ser da competência das câmaras municipais. A verdade é que estão a ser transferidas competências, mas não estão a ser transferidos meios e as autarquias locais têm muita dificuldade em fazer face a essas competências (e cada vez mais competências). Também não me parece adequado que a responsabilidade da gestão de pessoal da área educativa seja das autarquias. Não concordo, como também não concordo na área do pessoal de apoio, porque isso depois traz outras questões... Essencialmente falta de meios... mas depois também pouca sensibilidade de alguns executivos para esta matéria.

- A relação entre educação e municipalidade tem a ver com as mudanças ocorridas ao nível da conceção da própria escola? Prender-se-á apenas com questões legislativas? É a própria sociedade que impõe esta relação?

P.V. – Eu creio que as autoridades têm trilhado um caminho na tentativa de alterar os resultados que iam sendo conseguidos a nível escolar. Por imposição da União Europeia e de outros setores da sociedade era importante que houvesse mais aproveitamento. As pessoas deviam ser mais bem preparadas para sermos equiparados aos parceiros da União Europeia, aquelas coisas todas que é importante uniformizar, só que a nossa realidade não é a realidade dos outros países. Nós somos

um país com baixo índice de desenvolvimento, embora muita gente queira que nós sejamos um país desenvolvido, mas é pura mentira. Concretamente em relação à criação de grandes agrupamentos que esvaziam as pequenas localidades, é óbvio que causa muito transtorno para as pequenas sociedades, designadamente no nosso concelho (que apesar de ser um concelho bastante grande, com mais de 200 Km², é enfermo dessas dificuldades – os acessos muitas das vezes são algo deficientes). Foi intenção da DREC ou do município (em parceria os dois, provavelmente) de idealizar um ambiente escolar que satisfizesse o mais possível os objetivos não tanto das populações mas aqueles que economicamente eram mais favoráveis. De facto, há uma imposição por parte da autarquia, Estado, ministério para com as populações, no meu entendimento. Eles pretendem a concentração. Os meios, de facto, estão todos ali. Para eles é muito mais fácil gerir, só que há pormenores que, provavelmente, eles se esquecem e esses é que são importantes para a vivência das crianças. Temos que seguir as normas sendo certo que também somos traídos pelas especificidades e isso tem que ser observado. Faz-se um pouco tábua rasa só para atingir o objetivo final e esquecem-se, às vezes, coisas fundamentais.

E.F. – Eu não concordo que seja a sociedade que impõe esta relação. Essa relação é que impõe algumas condições à sociedade, porque esta conceção de escola centralizada ou descentralizada é uma decisão política, não é uma conceção natural das populações. Isto não veio a pedido das populações, embora haja também necessidade de dar resposta a alguns outros problemas que as famílias vêm tendo.

-Em matéria educativa, considera que descentralização é sinónimo de municipalismo? Explique porquê.

P.V. – Serão expressões sinónimas se, de facto, houver um compromisso por parte de quem gere todo esse setor, fazendo dele um setor muito mais abrangente, um conceito que chegue a todas as pessoas com a qualidade que é exigida.

- Como encara a intervenção do município em matéria de educação?

E.F. - É necessário que a escola dê alimentação às crianças que precisam dela, é necessário que ocupem as crianças que necessitam das atividades. Nesta matéria, eu acho que há respostas que tinham que ser dadas por parte do município. Mas as questões escolares devem ser geridas pelo ministério da educação. Concentrar essas atividades na área do município não me parece um bom caminho.

- Pensa que os municípios têm efetivamente capacidade de resposta educativa? Justifique.

E.F. – Embora as verbas nem sempre sejam suficientes, eu penso que eles têm capacidade de resposta educativa. É preciso é que tenham uma sensibilidade que lhes permita dar essas mesmas respostas. Isto tem muito a ver com aquilo que são as prioridades dos autarcas. Se a educação for uma prioridade e se houver vontade por parte dos autarcas, penso que há também capacidade de resposta.

- No âmbito desta intervenção, que potencialidades possuem os municípios?

E que obstáculos encontram?

E.F. – Eu acho que há alguma envolvência da autarquia no meio escolar. E há aqui colaborações que são muito importantes. A rede de transportes, os transportes escolares, aceito que sejam geridos pelo município. Na área dos apoios sociais também, na maior parte deles. E há aqui uma outra coisa também: em estágios de determinados cursos profissionais, o município deveria ser um parceiro. A autarquia devia estar mais sensibilizada para isso e haver aqui uma maior coordenação com a escola para que, nas oficinas, nas várias atividades, a câmara pudesse ser a entidade onde os miúdos pudessem estagiar. Curiosamente, já há alguns exemplos disso. Em tempos, nós propusemos um curso de carpintaria em que a câmara poderia realmente ser a entidade onde os miúdos iam estagiar. Ontem estive numa atividade, ali na Espinheira, e vi que havia ali um miúdo de um curso de jardinagem que estava lá para ir fazer estágio. Estes sinais, estes aspetos são positivos. Eu acho que deve haver esta maior envolvência também noutras áreas. Já na questão educativa nem mesmo nas AEC's, não me parece. Acho que deveriam depender do Ministério da Educação e não deveriam estar ligadas à autarquia.

Em termos de obstáculos, citaria essencialmente os obstáculos económicos.

P.V. – Eu aí discordo um pouco. Por uma razão muito simples. Se houver transferência das tais verbas... Obviamente que qualquer casa com muito dinheiro se governa bem. Portanto, se forem transferidas mais competências para as autarquias, elas têm de ter mais capacidade de administração. Bem, pelo menos, deveriam. Agora, a questão dos meios humanos e técnicos, pode haver uma entidade que estabeleça a ligação entre os serviços centrais e a escola concreta, que é o município, só pode ser. Está bem que a DREC é fundamental também, mas a nível regional. Claro que o município, ao estar, de certa forma, responsável pela educação no concelho também poderá ir ao encontro das necessidades da população e direcionar o ensino profissional para os setores mais carentes dessa mão de obra qualificada. Aí poderá ter uma intervenção. A autarquia é uma pessoa de bem. Tem que ser encarada como tal, na perspetiva de que é um fio condutor entre o Ministério, a direção e a escola.

No caso específico do Engenheiro Ernesto (Vereador da Educação), o tempo que teve ainda não deu para tomar consciência da realidade educativa deste concelho. Talvez daqui a um ou dois anos, já tenha uma perceção mais abrangente. E, depois, provavelmente, já lá não estará...

- Como encara a evolução das competências dos municípios em termos educativos?

- Com a evolução legislativa, o município deixou de intervir apenas ao nível do Ensino Pré-Escolar. Concorda com esta alteração?

P. V. - Se o reforço do poder educativo dos municípios for acompanhado das necessárias adaptações, não vejo desvantagem nenhuma. Agora, “chutar” para os municípios a responsabilidade de gerir uma escola... É ingrato quer para quem tem essa responsabilidade quer para os professores, quer para os alunos. É ingrato porque não têm a capacidade necessária para o fazer. Mas não vejo com maus olhos, porque há gabinetes no município vocacionados para isso. Agora, se têm técnicos à altura...

E.F. – Eu acho que é importante que o reforço de competências pode ser visto de várias formas. Há os problemas do dia a dia de organização, gestão, administração, mas também tem a parte escolar, científica, académica. E essa não deve estar na área dos municípios, não deve. A escola pode muito bem enquadrar-se no meio e é bom que se enquadre, que explore, que ensine... Mas a orientação base há de ser uma coisa nacional e igual para todos. Não é cada município estar agora a definir o que é que se ensina. Aí é que eu acho que deve haver balizas, uniformidade a nível nacional.

- Vê vantagens no reforço do poder educativo dos municípios? Reconhece-lhe desvantagens?

- Vê necessidade de um ainda maior alargamento de competências educativas dos municípios? Justifique e exemplifique.

- Considera necessária uma maior intervenção municipal? Com que objetivo? Em que áreas?

P.V. – Eu acho que está bem assim. Eu não sei como é que era há quarenta anos, não sei como é que era... porque, às vezes, as políticas têm tendência para ir repescar aquilo que consideraram mais eficaz em termos de educação ou noutras áreas. Eu não sei se o município alguma vez teve uma intervenção direta tão grande.

E.F. – Também não estou a ver, para já, aqui necessidade de maior alargamento de competências. Bem... eu acho que há uma matéria em que podíamos aprofundar as

competências da câmara. Em questões sociais a câmara podia intervir mais, em colaboração com os serviços de psicologia e orientação escolar e outros serviços (aqueles casos problemáticos de comportamento; casos que depois deveriam até ser acompanhados mais pela CPCJ; a câmara deveria ter aí também alguma capacidade de intervir no sentido de resolver os problemas ou tentar resolver os problemas). São questões sociais que a câmara podia tentar resolver. Há algum tipo de intervenção que, se a câmara tivesse determinados meios, podia ajudar.

- Como é que o Agrupamento de Escolas e a Câmara Municipal de Penacova têm vindo a fazer face a este crescente alargamento de competências educativas dos municípios?

E.F. – No tempo do Engenheiro Maurício, acho que havia pouca sensibilidade para isso, principalmente quando a Zita Henriques foi embora. Pareceu-me que havia fraca receptividade para as sugestões e para a resolução de alguns problemas. Uma mostra de falta de interesse no anterior executivo era o facto de a autarquia não ter nenhum vereador no Conselho Geral. Mandava para lá uns presidentes de junta que não podiam responder em nome do município. Parece-me que agora há um pouco mais... Com o Conselho Geral, a autarquia tem maior envolvimento. Quando o Dr. Humberto tomou posse, eu conversei com ele e dei-lhe alguns conselhos, nomeadamente ao nível da participação dos elementos da autarquia no Conselho Geral. Agora a Câmara corrigiu isso. Já tem lá o Vereador da Educação e dois presidentes de junta. Já há, de facto, aqui a oportunidade para responder a algumas questões.

- Na sua opinião, como se concretiza a atuação do município em termos educativos?

- O município participa efetivamente na resolução de problemas educativos? Justifique. Cite exemplos.

P.V. – Eu creio que sim. Acho que há casos pontuais e que, obviamente, são identificáveis, em que isso não acontece. Mas há um aspeto que, para mim, sugeri que eles agiam com vontade e que, pelo menos, não queriam que essas coisas da educação ficassem na gaveta durante muito tempo. Refiro-me concretamente ao Centro Educativo cuja construção e inauguração foram envoltas em polémica. Foi tudo ali um pouco aos tropeções e só para cumprir calendário. É evidente que isso não podia dar bom resultado. Se os alunos estão ali e as obras se mantêm, há qualquer coisa que não funciona. Havia um problema relacionado com o espaço disponível. Por parte da Associação de Pais e de alguns pais houve um “forcing” no sentido de as coisas serem alteradas para proporcionar às crianças algum espaço para elas se

libertarem. De facto, isso só não foi feito com mais antecedência porque a empresa construtora impôs algumas condições, designadamente o tempo e aí, logo que foi possível, houve da parte da autarquia, a preocupação em dar resposta favorável.

- Os pais/encarregados de educação sentem reciprocidade por parte do município para a resolução de questões e problemas educativos?

P.V. – Há vontade de resolver problemas, mas também tenho de admitir que não chega só haver vontade para resolver problemas. Eles têm que ser efetivamente resolvidos. É uma questão de prioridades. Às vezes, as prioridades... Quem é pai, ouve o filho chegar a casa a queixar-se disto ou daquilo, obviamente, que a vontade é ir falar com a pessoa responsável e pedir explicações. Claro que eu, quando me abordam nesse sentido, digo sempre “façam um email”, “mandem uma carta” que é para termos uma coisa palpável. Não é só dizer as coisas na rua. As pessoas, aos poucos, vão tomando consciência de que também têm de fazer qualquer coisa, ser mais interventivas, escrever, responsabilizar-se, a darem a cara e o nome para os problemas serem tratados de uma forma mais objetiva, sabendo com o que lidam. Claro que há todo um conjunto de situações que, muitas vezes, não agradam. Nós queremos as coisas para amanhã, mas, às vezes, só para hoje é que é possível.

E.F. – Isso tem muito a ver com a sensibilidade para resolver problemas educativos. O que levou a essa concentração apressada dos alunos no Centro Educativo, naquele caixote... Primeiro a definição do caixote foi um erro tremendo... A tutela é que impôs os modelos e não a sociedade. Penacova tinha uns espaços formidáveis para os miúdos. Era possível gerir isto tudo em espaços separados. Quem decide isso é a economia e mais nada. Quanto mais os alunos se juntam, menos professores é preciso. Isto depois também traz problemas para as autarquias ao nível da operacionalização dos transportes. Ainda ontem, no Conselho Geral, se discutia a possibilidade de a escola de São Pedro de Alva deixar de ter coordenador, porque o número de alunos não permitia que este cargo continuasse a existir. O Vereador quando questionado sobre a existência de uma única candidata à direção da escola respondeu que seria a grande dificuldade em gerir uma coisa destas.

- Como é que as famílias têm sentido, em termos práticos e concretos, a atuação educativa municipal?

P.V. – A reação que eu tenho tido dos pais que me abordam é no sentido de que não, que o município tem sido muito desastrado a tratar estes assuntos tão peculiares e tão importantes, que são os assuntos da educação dos filhos. Mas também temos que aceitar que nós queremos as coisas o mais perto possível de nós. Claro que isto

(essas responsabilidades todas) ao cair tudo em cima do município vai dificultar muitas coisas. No caso do Centro Educativo (falo deste caso, porque é o que me afeta mais diretamente), tem que haver uma mudança de mentalidades. As pessoas pensavam de uma maneira e estavam habituadas a agir de uma determinada forma. Depois, é-lhes imposto um modelo, elas têm que se adaptar (às vezes não se adaptam). Claro que entre os serviços não há a coordenação desejável. A piscina abre às quatro, as crianças vêm a pé, a alimentação, a dispensa de funcionários. É uma quantidade tão grande de alterações que, noutros sítios até pode funcionar e aqui há uma dificuldade em aceitar tudo isso. É uma mudança radical. Mas, aos poucos, as pessoas vão-se mentalizando, vão aceitando. As coisas vão-se diluindo no tempo e as pessoas vão-se habituando.

E.F. – Na minha perspetiva, quando funcionavam as duas escolas no Largo Dona Amélia, tinham uma cozinha própria que era gerida pelos professores e pelos funcionários. Tinha uma cozinheira e a comida era boa. Tinha até lucros. Era autossuficiente de acordo com os preços que praticavam e o dinheiro que recebiam. Acabaram com esse modelo porque começaram com esta ideia da uniformização. Uma “treta”!

- Encara o município apenas como um recurso financeiro para o Agrupamento?

E.F. – Não, não é só isso nem pode ser. É também colaborador.

P.V. – Cada vez mais é um colaborador. Por exemplo, a Associação de Pais promoveu uma Feira das Profissões com a colaboração do município que, em momento algum, disse que não. Tudo o que era possível fazer, por eles nunca deixou de acontecer.

- Considera que o município intervém na educação por iniciativa própria ou apenas quando é solicitado pela escola e pelos pais?

E.F. – Eu acho que é mais quando são solicitados... Aquilo que lhes é atribuído por lei, eles têm mesmo de fazer, naturalmente. As outras coisas têm de ser mesmo solicitadas.

P.V. – Há coisas que fazem parte das competências e atribuições do município e eles cumprem. Não é preciso dizer-lhes que é preciso comprar isto ou aquilo ou fazer isto ou aquilo. Eles fazem. Agora, quando há problemas ou alguma questão social emergente, aí tem que ser solicitado.

- Considera benéfica a criação do Centro Escolar de Penacova e o conseqüente encerramento de várias escolas do 1º CEB no concelho?

E.F. – Não concordo. Penso que as crianças teriam ganho se ficassem nas “escolinhas”. Não havia necessidade desta transferência. Isto traz problemas a vários níveis, nomeadamente a nível dos transportes. Por outro lado, há aldeias que ficam despidas de crianças e isso é muito mau.

P.V. – Eu sou de opinião de que as coisas quando são bem projetadas e bem delineadas e quando se ouvem as partes (e há um consenso), é possível mudar, melhorando. Agora quando há imposição, e mais quando se trata de pessoas, educação, crianças, eu acho que o consenso devia ser mais alargado, mas não foi essa a opção. Daí a insatisfação. Às vezes, até se pode encarar o novo modelo como melhor desde que seja suficientemente debatido e esclarecido. Por natureza, as pessoas não encaram isso como afronta.

- A promoção das políticas educativas locais contribui para o desenvolvimento cultural e global da região? De que modo?

P.V. – Eu acho que sim. O município tem um papel fundamental, junto da comunidade estudantil, pelo menos de dar importância àquilo que é originariamente do concelho, dinamizar as atividades do concelho, todas as valências, todas as sinergias, mostrá-las às pessoas, mostrá-las aos alunos. Tudo isso tem que ser apresentado. Eles estão cá e são de cá. Primeiro aprendem a História de cá e respeitam-na para depois a poderem transmitir e melhorar. Se a tarefa é educar, todo o conhecimento tem que ser acessível...

E.F. – Uma das iniciativas que criei quando estive na Junta de Freguesia de Lorvão foi a Feira de Artes e Cultura. Agora, esta Feira acontece, mas em Coimbra. Foi uma criação minha em 1999. Envolvermos as escolas e as coletividades e criámos um movimento. Agora, a Feira de Artes e Cultura está desvirtuada. A escola deve trabalhar com os saberes das nossas terras e das nossas coletividades, é muito importante.

- Como é que a participação mais ativa do município na educação contribui para estreitar as relações entre a escola e o contexto sociocultural em que está inserida?

E.F. – É óbvio que a participação mais ativa do município na educação o relaciona mais com a escola e contribui para trazer a escola e as questões escolares para a comunidade em que está integrada. Portanto, deste modo, o município está a contribuir para estreitar as relações entre a escola e o contexto sociocultural em que está integrada.

- É de opinião de que as sensibilidades e concepções educativas dos agentes municipais contribuem para o desenvolvimento educativo do concelho mesmo em detrimento dos suportes legislativos de referência? Cite exemplos. Justifique.

E.F. – Sem dúvida... Os executivos camarários são formados por pessoas. Essas pessoas têm formações e concepções específicas. Têm sensibilidades específicas... Estas sensibilidades vão condicionar indubitavelmente a importância que dão às questões educacionais e o modo como tentam solucioná-las.

P.V. – Eu acho que o Eduardo tem toda a razão...

- A transversalidade em educação é uma utopia ou uma realidade? Justifique.

E.F. – Eu acho que essa transversalidade é um caminho que se está a fazer, mas ainda muito longo. Já demos passos mais à frente, mas ainda estamos muito longe disso. Essa ideia da Feira de Artes e Cultura e da Feira das Profissões são o caminho, porque envolve pais e coletividades. Lá está, as sensibilidades e as concepções dos agentes municipais podem contribuir para promover essa transversalidade, estabelecendo pontes entre os vários domínios.

P.V. – A educação não se pode circunscrever à escola. Tem que saltar os muros da escola. O município é muito importante para a existência dessa transversalidade. Só o simples facto de encerrar uma escola é destruir o conceito de transversalidade em educação. Ao fecharem a escola, estão a destruir a comunidade em que ela está inserida. Obviamente que aquelas pessoas que lá vivem vão perder uma motivação que tinham quando tinham lá as crianças. Quer dizer, tira-se a escola, mas não se tira só a escola. Tira-se a vivacidade daquela localidade. A concentração tem interesses económicos, mas perde-se um pouco dessa mais valia que tem a escola na localidade. O município tem que ir buscar os alunos. Os alunos são tão poucos que é preciso ir buscá-los.

- Como é que o município contribui para a existência dessa transversalidade?

E.F. – Por exemplo, nessa conquista de alunos, é muito importante a cooperação entre a escola e o município. Devem empreender esforços para manter os alunos no concelho e fazer deles futuros cidadãos aqui do concelho. Isso é transversalidade, penso eu...

P.V. – É isso...

- Quais os principais problemas deste concelho em matéria de educação?

P.V. – Eu acho que tem mais a ver com as famílias. Quando nós vemos, por exemplo, na televisão imagens de miúdas à bulha umas com as outras, isso é o prazer da violência. É a falta de educação que os pais, muitas vezes, pensam que é na escola que tem que ser dada, mas não é. É em casa. O aluno só consegue estar na escola como deve estar se trazer isso de casa. Quando uma criança vai para a escola não para aprender, algo se passa... O problema será mais do encarregado de educação, daquele que educa, do que das crianças. Se o pai não o prepara para ir para a escola, o filho não pode corresponder. Repare, a escola dá todas as condições possíveis aos alunos (transportes, CAF...). Claro, se eles não querem aprender ou vão para a escola descarregar as frustrações que tiveram em casa, não funcionam. Por isso, o grande problema serão os pais que ainda não tomaram consciência do que é a educação.

E.F. – Eu identificava alguns problemas a nível local, além dos problemas que o Pedro referiu. Há falta de oferta educativa em Penacova. Muitos fogem para Coimbra. Mas há falta de oferta também de outras atividades. Os miúdos vão para Coimbra para outras atividades e acabam por frequentar lá a escola também. Havia muitas atividades que era possível aqui implementar. Claro que isso tinha que ser trabalhado também com os pais. Muita gente trabalha em Coimbra e leva os filhos para lá. Esta fuga de alunos desde o Jardim de infância tem de ser trabalhada.

- Como atua a autarquia no sentido de lhes fazer face?

P.V. – Aqueles problemas que são ultrapassáveis imediatamente, aqueles que a autarquia pode dispor de pessoal e de meios, esses a autarquia resolve. Agora, aqueles que dependem de uma outra apreciação, eventualmente de um parecer técnico, de alguém que pode opinar melhor sobre o assunto, esses não creio que a autarquia consiga resolver.

- A Câmara organiza diligências no sentido de cooperar com os pais/ encarregados de educação para os resolver? Quais? Em que circunstâncias?

P.V. – Sim, a autarquia procura-nos. Ainda ontem mandei um email de um pai que remeteu o email para a Associação. Os alunos da EB1 não participaram nas atividades organizadas pela autarquia no Dia da Criança. Eu remeti o email para o Engenheiro Ernesto da Educação e também, depois, falei com o professor Sérgio Godinho. Ele explicou que isto só aconteceu porque os professores o decidiram. Por exemplo, nós tivemos cá o Serafim, o contador de histórias (uma iniciativa da Associação de Pais), e houve coordenação total com a câmara, na disponibilização de meios, etc., no sentido de permitir que os alunos de todo o Agrupamento (exceto os da

escola do Seixo, que não veio por opção) viessem. Houve uma preocupação de as coisas resultarem bem.

E.F. – Eu creio que há aqui alguma descoordenação. A câmara anda um bocado ao lado. A câmara tem iniciativas, quer mostrar trabalho, mas deveria fazê-lo em articulação com os professores, com a escola. Eu acho que, às vezes, há algumas atividades que são pouco coordenadas com os destinatários, que seriam a escola e os professores.

- Como é que a Câmara Municipal de Penacova operacionaliza as novas competências locais em matéria educativa?

- Considera que as competências educativas municipais já regulamentadas são de fácil operacionalização? Porquê?

E.F. – Eu parece-me difícil... Para além daquelas que já tinham (logísticas, transportes, alimentação e não sei que mais) e também alguma administração de pessoal (pessoal auxiliar), acresceram, agora, as AEC's. Isso, na minha opinião, não devia ser da competência do município.

- Qual a intervenção da Câmara ao nível da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico? Cite exemplos.

P.V. – Questões de segurança, manutenção dos espaços verdes, acessibilidades... há alguma, no caso concreto da EB1 de Penacova, podem ser colocadas em causa. Pode questionar-se o efeito que se pretende delas. A EB1 é um caso especial dentro do Agrupamento. Quiseram abrir, por imposição ou por outro motivo qualquer e, quando abriram, as valências não estavam todas disponíveis para serem utilizadas. Então tiveram de improvisar um bocado. De todo o modo, o município não se pode alhear das competências que a lei prevê e que, obviamente, se centram no apetrechamento... tudo o que é físico é da responsabilidade deles, agora.

E.F. – Pelo menos, está nas preocupações deles. Eu acho que vão cumprindo...

- De que modo asseguram os transportes escolares?

E.F. – Alguns são feitos diretamente pela Câmara, outros pela rede de transportes públicos.

P.V. – Há também os que são contratados com as coletividades e IPSS's.

- E a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico?

P.V. – A maior parte refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico foi adjudicada a uma empresa.

- Há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar? Ele é assegurado?

E.F. – Não, não há alunos nessa situação...

- Como apoiam o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico? Cite exemplos.

P.V. – Depois das três, as crianças estão entregues a alguém que as consegue ir “distraindo” com atividades de que elas gostam. Faz parte da aprendizagem delas. A Câmara apoia isso.

- De que modo participam no apoio à educação extraescolar?

E.F. – Aí, eu penso que eles falham. Falta organização. Ainda há um grande caminho a percorrer. Falharam, por exemplo, na questão do Conservatório, quando se recusaram a conceder transporte para levar os jovens de Penacova para o Conservatório para Coimbra (e havia quarenta jovens nessa situação, o que justificava perfeitamente a deslocação).

P.V. – Há ballet, teatro, karate... em Penacova. Mas isso não é iniciativa da autarquia, se bem que a autarquia pode proporcionar equipamentos, etc. Há um feedback entre a direção da Casa do Povo (que promove essas atividades) e o município. Há colaboração, no sentido de que não seja por falta do município que as coisas não funcionem. Agora, o município não é o único responsável, embora tenha que ser parte ativa. Uma criança culta e instruída é sempre uma vantagem. Gostaria de referir o papel das associações e das filarmónicas que é muito importante para o ensino da música no concelho. Conseguem dar um sábado mais produtivo às crianças e permitem-lhes servir de trampolim para o acesso ao Conservatório e a outras instâncias mais diversas na área da música.

E.F. – Aliás, nestas áreas da educação extraescolar, é capaz de ser das atividades praticadas por mais gente aqui no concelho.

P.V. – Há o escutismo também... tanto com a vertente religiosa como sem ela (escotismo com “o” e escutismo sem “o”). Miro, há pouco tempo, fundou um grupo de escoteiros. Em Penacova, o escutismo também abrange muita criança. Há ainda os escuteiros de Figueira de Lorvão. É bastante positivo, apesar de estar ligado à igreja católica, o que poderá, para algumas pessoas, ser complicado, para outras não será.

- Como gerem o pessoal não docente da educação pré-escolar e do ensino básico?

E.F. – A câmara coloca os funcionários nos diversos estabelecimentos de ensino do agrupamento...

- Qual o papel do município na constituição do Agrupamento de Escolas de Penacova?

P.V. – Penso que colaboraram...

- Em que moldes desenvolvem a ação social escolar para os alunos do Ensino Pré-escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico?

P.V. – Ontem, foi distribuído às crianças um questionário para se candidatarem ao subsídio no pré-escolar. É atribuído em função dos rendimentos. Se a pessoa se candidatar e estiver dentro dos parâmetros que eles consideram necessários para atribuir o subsídio beneficia dele, caso contrário, isso não acontece.

- É de opinião de que é necessário transferir ainda mais responsabilidades educativas para as autarquias ou para outras instâncias deslocalizadas? Porquê?

P.V. – Eu acho que a transferência de responsabilidades tem que ser sempre feita em função das capacidades para as executar. Se não há condições para as colocarem em prática, não podem ter responsabilidades. Se elas estiverem enquadradas nas competências e se achar que o município achar que a educação é uma prioridade muito bem, se não... Dá-me a sensação que eles só fazem aquilo a que são obrigados. A criatividade não sei se existirá...

E.F. –

- Sente que um aumento de competências educativas municipais facilitaria o papel dos pais/encarregados de educação? Porquê? Cite exemplos.

P.V. – Eu acho que tudo tem um limite. Se ultrapassar o limite razoável e que chegue ao ponto de substituir os encarregados de educação, claro que não deve acontecer. Se não for para minimizar o papel dos pais na atividade escolar, então acho positivo.

E.F. – Na área escolar, julgo que não deveriam ter mais competências. Mas, há de facto, campos onde pode haver um reforço das competências, embora também acompanhada dos meios.

P.V. – As orientações de ensino, acho que devem ser comuns a todos (nacionais). Agora, poderá haver aspetos característicos de determinado concelho que seja necessário adaptar.

- Fernandes (1996), a propósito da Lei de Bases do Sistema Educativo, refere que esta “não tem passado de uma metáfora semântica, através da qual se tem procurado disfarçar uma transferência de ónus financeiros no domínio das construções escolares, dos transportes, da ação social escolar, da educação escolar infantil e especial e na formação profissional”. Concorda com esta afirmação?

E.F. – Na minha opinião, esse autor tem razão...

- Como é que a Câmara concretiza as Atividades Extra Curriculares?

- Quais as atividades oferecidas?

E.F. – Música, natação e outras atividades físicas, inglês...

P.V. – Há também oficina da ciência.

- Há parcerias estabelecidas? Com que instituições? Quais os critérios de eleição destas instituições?

P.V. – Sim, no caso da natação, há parcerias com as piscinas municipais. Acho que é por candidatura... Recorrem às associações/instituições que estão, de certa forma, especializadas numa ou noutra área, e assinam contratos.

E.F. – Sim, candidatam-se uns quantos e depois faz-se a seleção. Há também protocolos com algumas associações/instituições. Eu acho que escolhem aquelas que têm mais capacidade para desenvolver a atividade em cada caso. Por exemplo, Miro é uma instituição polivalente que tem dado muita colaboração. Há também o caso do Centro de Bem Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão.

- Consideram que há dificuldades na operacionalização das AEC? Quais?

P.V. – Ainda, ontem, no Conselho Pedagógico, levantei uma questão a propósito de um “burburinho” que eu tinha ouvido, precisamente por causa dos professores das AEC’s que manifestam uma grande dificuldade em exercer autoridade sobre os alunos.

E.F. – E os próprios professores do regular parece que têm dificuldade em aceitar os professores das AEC’s como colegas, em reconhecerem-lhe, também eles, alguma autoridade. Penso que deveria haver mais coordenação entre os professores das AEC’s e os professores titulares de turma, até mesmo na organização das festinhas nas escolas do primeiro ciclo. Devia haver mais reuniões entre eles. Era importante

essa coordenação. Penso que essa é também a opinião dos professores. Se calhar, estas atividades deviam ser integradas nas atividades normais do agrupamento e os professores serem contratados pelo agrupamento. Provavelmente os agrupamentos até passam a ter mão de obra disponível para isso. Mas sei que nos primeiros anos das AEC's as dificuldades foram maiores.

- Na sua opinião, as AEC trazem realmente vantagens para os alunos? Quais? E para as famílias? Quais?

P.V. – Eu acho que sim, quer dizer, quando prosseguem os objetivos das AEC's, ou seja, manter o aluno de certa forma ocupado, dar-lhe mais algum conhecimento que ele não adquire nas aulas (não direi tão aprofundado como nas aulas). Permitem também aos alunos ter acesso a conhecimento diverso, como é o caso da música.

E.F. – Já havia, em tempos, o ATL, que já proporcionava algumas atividades e que tinha um carácter menos escolar. Havia muito bons exemplos de ATL's. Acho que as AEC's deviam ser menos escolarizadas e com mais criatividade.

- Como é a relação do município com os pais/encarregados de educação, no âmbito das AEC?

E.F. – Nesse aspeto, parece-me que não há problemas.

P.V. – Como não é obrigatório, poderá ser mais pacífico. Dá muito jeito aos pais.

- Além das incumbências educativas impostas pela lei, que outras atribuições educativas assume o município de Penacova?

- Em que medida é que a atuação do município no domínio das não competências contribui para a qualidade e eficácia da ação educativa?

- Quais as ações que concretizam no plano das não competências? Porquê essas e não outras? Que mais haveria a fazer nesta área?

- Há projetos socioeducativos da iniciativa da Autarquia?

P.V. – Há um período de candidatura a projetos, a escola candidata-se e depois vais beneficiar de alguma verba que lhe é atribuída. Lembro-me, por exemplo, do projeto “Escola Eletrão” que foi financiado pela Câmara e que a escola de São Pedro de Alva ganhou. O Agrupamento só não participou este ano, porque costuma participar sempre. Depois também há muitos programas. Há muitas iniciativas.

- Além da intervenção na escola (educação formal), como descreve a atuação do município em termos de educação?

P.V. – Não sei se, nesse âmbito, há iniciativas que partam do município. Podem não ter iniciativa para fazer mas, se propuserem, eles não colocam entraves.

E.F. – Acho que eles que apoiam. Por exemplo, a Semana da Leitura, a Colónia de Férias, são iniciativas neste âmbito...

- Tentam encontrar uma solução de complementaridade entre o formal e o não formal? De que modo?

Cite exemplos. Justifique a sua opção.

- Que tipo de articulação é estabelecida entre a Autarquia e outras entidades no sentido do desenvolvimento local?

E.F. – Acho que posso aqui falar da já referida Feira de Artes e Culturas. Aquilo era uma iniciativa da Junta de Freguesia em colaboração com as escolas (aliás, com todos os professores) e com as coletividades. Agora deixou de estar no plano de atividades da escola e foi só mesmo da Junta de Freguesia.

P.V. – Há o exemplo das Marchas Populares. A comunidade escolar convive mais estreitamente com a comunidade. Ao estarem a envolver a comunidade escolar estão a incutir nas crianças a vontade de também elas, mais tarde, fazerem parte daquilo.

- Qual a relação com outros setores do município (por exemplo, cultura e desporto) no sentido do desenvolvimento local e cultural?

P.V. – Em termos de desporto, os jovens são estudantes e, portanto, há cooperação. Temos o caso de Figueira de Lorvão que tem uma secção de atletismo e que é um exemplo da simbiose entre as associações e a comunidade escolar, contribuindo também para o desenvolvimento local e cultural. Temos também o caso de Miro, com o futsal, que tem um envolvimento extraordinário com a comunidade escolar.

- Considera que a intervenção do município na educação contribui para a atualmente tão divulgada igualdade de oportunidades?

E.F. – As AEC's contribuem para essa igualdade de oportunidade, porque oferecem a frequência de atividades a crianças que, de outro modo, não as poderiam frequentar (inglês, música...).

P.V. – É verdade que as AEC's, além de facilitarem a vida às famílias, também oferecem essa tão divulgada igualdade de oportunidades.

Qual o papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Educação na regulação do sistema educativo local?

E.F. – Penso que é um órgão bastante importante, porque nele intervêm elementos provenientes dos mais variados setores da sociedade local.

- Qual a constituição do Conselho Municipal de Educação?

E.F. – Tem imensos elementos: o Presidente da Câmara, um representante da Associação de Pais, do pessoal docente e de instituições diversificadas do concelho.

- O que pensa da composição do Conselho Municipal de Educação prevista na lei?

E.F. – Acho que sim, que está bem.

- Qual o processo de designação dos seus membros?

E.F. – Os membros são nomeados de acordo com os cargos que ocupam.

- Dê exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão.

E.F. – Por exemplo, evitou-se que o Jardim de Infância de Miro encerrasse.

- Em termos práticos, como faz a prospeção do cenário educativo deste município?

E.F. – Penso que a tendência será a desertificação do concelho...

- Como encara as competências definidas para o Conselho Municipal de Educação?

E.F. – Acho que sim, que estão bem.

- A Carta Educativa apresenta-se efetivamente como um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal?

P.V. – Acho que sim, embora precise de uma atualização urgente.

- Que importância atribui à Carta Educativa?

P.V. – Acho que é um instrumento importante, porque deve reger a atuação educativa no concelho. Em matéria educativa, temos lá tudo.

- De que modo é que o Conselho Geral contribui para a operacionalização da política de educação local?

E.F. – Há coisas em que, de facto, ajuda... Por exemplo, na coordenação entre pais, autarquia e agrupamento e até com a comunidade local. É um órgão em que vale a pena investir, dar mais atenção e dar mais competência, enfim, dar maior participação.

- Quem representa os pais/encarregados de educação no Conselho Geral?

E.F. – São três os pais que representam os encarregados de educação no Conselho Geral (eu e mais dois).

- Quais os critérios que estiveram na base da seleção desses elementos?

E.F. – O Presidente da Associação de Pais é que tem de responder...

P.V. – O Presidente foi castigado com o Conselho Pedagógico! E estes senhores, como têm mais experiência, ficaram com assento no Conselho Geral. Também depende muito da disponibilidade de cada um... Depende da forma como cada um encara este ou outro órgão, como está à vontade nele ou não está... Competentes somos todos. Todos temos competências dentro da Associação. A partir daí, a preferência por um ou outro lugar é irrelevante, porque a Associação está sempre bem representada.

E.F. – Mas foi também este entendimento: onde os pais podem ter maior participação e onde esta é mais relevante é no Conselho Pedagógico. E aí entendemos que deve estar o presidente (é que “leva e dá mais nas orelhas”). Assim tem informação em primeira mão e está mais a par das coisas.

P.V. – O dia a dia do Agrupamento passa no Conselho Pedagógico.

E.F. – Por isso, o ideal era que esse lugar ficasse ocupado pelo presidente. Os restantes, como o Conselho Geral, ficaram para outros membros da Associação de Pais. Eu já tinha experiência nestas matérias e o Rui Baptista também. A Anabela era a Presidente da Associação de Pais da Escola de São Pedro de Alva.

- Através do Conselho Geral, a comunidade (com a representação municipal) consegue ter uma participação efetiva na vida da escola?

E.F. – Alguma, mas é possível aprofundá-la. A comunidade está representada por três instâncias da comunidade. Neste mandato atual, é o Centro de Saúde (representado pela Dra Isabel Espírito Santo – médica), enquanto instituição pública, o Complexo de Miro e, no setor empresarial, as Caldas de Penacova.

P.V. – É um caminho que se vai fazendo. Na nossa comunidade, os pais não estarão muito motivados para participar e a disponibilidade também não será muita.

- Que importância atribui à participação da Autarquia no Conselho Geral?

P.V. – É muito importante, porque a autarquia tem que ser um parceiro da escola e, desta forma, tem oportunidade de o ser realmente.

- Com o Dec.-Lei 75/2008, há um reforço da participação da Autarquia no Conselho Geral. Como encara este facto?

P.V. – Como já referi, é muito importante. Só assim os interesses dos alunos e das famílias serão realmente satisfeitos. Se cada valência trabalhar para seu lado, isso não acontece.

- Como considera que os restantes membros do Conselho Geral encaram o reforço da participação da Autarquia?

E.F. – Pode haver o sentimento de a escola pensar que a autarquia se está a intrometer nos seus assuntos. No caso do nosso Conselho Geral, não tem havido esse sentimento, parece-me a mim. Aliás, desde que está lá o vereador, acaba por se lhe pedir também algum trabalho, alguma intervenção a favor da escola. Portanto, não encaram a participação da autarquia como uma interferência, mas como um parecer.

- Pensa que, em termos práticos, alguma coisa mudou?

E.F. – Eu não conhecia o anterior Conselho Geral. Não sei qual era a participação da autarquia. Mas acho que ali eles podem estar mais atentos aos problemas e ajudar a resolvê-los. Embora, normalmente, os problemas venham ao Conselho Pedagógico, nós ali também temos ocasião para alertar a autarquia para determinados problemas. Por exemplo, nós temos vindo a discutir a oferta educativa do agrupamento e o papel da autarquia nesta matéria. Um dos alertas que foi feito foi sobre a fuga de jovens do concelho. Não há justificação para se subsidiar os miúdos daqui para irem estudar para fora na oferta educativa que aqui têm. Se vão para atividades que não há aqui, justificadíssimo. Agora, se vão para fora Até aqui, efetivamente, não tem tido grande efeito prático, mas estamos a batalhar para que o passe a ter.

P.V. – Acrescento só que, realmente, tem sido feito, da parte da autarquia, um esforço no sentido de proporcionar as melhores condições escolares aqui no concelho para que os alunos não vão estudar para fora. Há uma oferta educativa mais abrangente. O esforço entre ambos (município e agrupamento) está a ser feito neste sentido e está a ser intensificado. Eles perceberam que a demissão do município em relação às questões escolares tem como resultado o encerramento de escolas. E para a própria revitalização do tecido empresarial do concelho é importante tê-los cá a estudar.

- A Autarquia passou a ter mais capacidade de intervenção na definição das linhas orientadoras da política da escola?

E.F. – O facto de estarem membros da autarquia no Conselho Geral faz com que fiquem mais sensíveis para determinadas coisas que, de outro modo, lhes passariam completamente à margem. Assim, é possível uma intervenção na educação de maior qualidade tal como uma mais eficaz correção dos aspetos que não funcionam bem.

P.V. – O facto de, no Conselho Geral, estar representado quem realmente lida com a educação terá sido uma evolução positiva.

- Descreva a relação entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas.

P.V. – É uma relação saudável, salutar... Claro que a autarquia nem sempre pode dar tudo o que o Agrupamento solicita, porque não tem só o setor da educação.

E.F. – Sim, mas é uma relação saudável...

- Considera que existe realmente reciprocidade entre Autarquia e Agrupamento na concretização das políticas educativas municipais? De que modo se concretiza (ou não) essa reciprocidade?

- Pensa que a escola é recetiva à atuação educativa municipal? Porquê?

P.V. – Sim, eu acho que sim. Do que conheço, tem havido sempre colaboração.

- Quais os canais de comunicação utilizados para a manutenção do relacionamento dos pais/encarregados de educação com a Câmara? E com o Agrupamento?

P.V. – Email, contacto pessoal, telefone...

E.F. – É fácil. Os canais são fáceis de aceder...

- É de opinião de que o município é apenas um recurso financeiro do Agrupamento ou ultrapassa esta dimensão meramente económica? Explique porquê.

E.F. – Acho que não é só isso. Há uma relação de colaboração, como já foi referido, que ultrapassa essa relação económica.

- Que tipo de apoio é solicitado pelos pais/encarregados de educação à autarquia?

Dê exemplos concretos.

P.V. – Os pais querem estar descansados em casa! É mesmo assim! Querem que os filhos não estejam sozinhos, que tenham um professor sempre, que estejam ocupados

o tempo que estão na escola. Era necessária uma maior intervenção dos pais na escola. Eles querem que a escola e a autarquia assumam tarefas que lhes competem a eles.

E.F. – E querem transportes que lhes permitam essa situação.

- Na sua perspetiva, o que muda na relação entre a Autarquia e a Escola com a constituição do Mega-Agrupamento?

E.F. – Esta situação traz maiores responsabilidades para a autarquia. São mais problemas para resolver e para resolver todos em conjunto. É uma multiplicação de uma série de problemas, por exemplo, ao nível dos transportes, da gestão de pessoal docente... Quando havia duas direções nas duas escolas, colaboravam as duas e a carga era menos pesada para o lado da câmara.

P.V. – Terá aspetos positivos, mas as preocupações aumentam e com prejuízo para o desempenho.

- Os Mega-Agrupamentos apresentam-se como forma de reforço ou atenuação da política educativa local? Justifique.

P.V. – Sem dúvida, é uma forma de a reforçar, porque exige muito mais desempenho e esforço por parte da autarquia. Exige também uma maior necessidade por parte da autarquia em apetrechar o espaço ou a zona onde estão instalados, com vista à supressão das necessidades educativas do agrupamento. A dispersão de meios combate-se desta forma.

E.F. – Isso tem que ser avaliado caso a caso.

- É mais fácil a cooperação com a Câmara nestes moldes ou nos moldes anteriores? Porquê?

E.F. – Eram duas entidades a colaborar e agora é só uma. Vai ser muito complicado para a câmara e para o agrupamento.

- Qual a sua posição no que diz respeito à fusão dos Agrupamentos de Escolas António José de Almeida e de São Pedro de Alva?

E.F. – Eu estive contra e pronunciei-me contra. Fui à DREC e escrevi e fui chamado à responsabilidade da Diretora Regional de Educação que me ameaçou com a justiça. Mas estou manifestamente contra, sem qualquer dúvida.

P.V. – Isso foi uma decisão tomada nos gabinetes...

- Quais as vantagens dos Mega-Agrupamentos?

P.V. – A uniformização do ensino em determinado espaço poderá ser melhor conseguida se houver uma fusão. A economia de meios também. Mas é preciso ver que têm que se transferir as crianças e os meios.

- Quais as dificuldades que levantam?

E.F. – A lógica economicista que lhes subjaz faz com que sejam esquecidas questões de pormenor bastante importantes para o bom funcionamento das escolas.

- Na sua opinião, que caminho preparam os municípios para a sua atuação educativa no futuro? E o município de Penacova em particular?

- Que resultados espera virem a ser alcançados através da política educativa desenvolvida neste concelho?

P.V. – Espero que seja uma realidade que, cada vez mais, o agrupamento tenha a possibilidade de fazer uma oferta educativa constante, consolidada e atrativa, que os alunos permaneçam cá e que todos colaborem nesse sentido. Se possível, que a oferta educativa seja especializada, porque isso é um fator que pode pesar muito na altura da escolha.

E.F. – E que, com um só agrupamento ou mais, que haja constituição, efetivamente de uma comunidade educativa, onde também se envolvam autarquia, coletividades e associações.

P.V. – Um dos objetivos também é que se combata cada vez mais o abandono escolar, que os jovens encarem o ensino como uma das mais importantes ferramentas para ingressarem num local de trabalho. E que eles, de facto, se realizem na escola para conseguirem encontrar o caminho deles (seja aqui, seja noutro país qualquer).

E.F. – Eu gostava que aqui em Penacova acontecesse um pouco o que acontece com a Universidade de Coimbra: quem estuda nesta universidade tem orgulho de o ter feito. Eu gostava que os jovens se orgulhassem de estudar em Penacova.

Que pensa dos objetivos desta investigação e como vê o contributo que pode dar à mesma.

P.V. – Para mim, foi uma experiência muito enriquecedora. Foi uma oportunidade para nós refletirmos sobre estes assuntos. Para além das reuniões que temos, em muito poucos lados há oportunidade para isso. É uma forma de divulgarmos os nossos anseios e objetivos e de os reforçarmos. Quero agradecer o facto de nos ter endereçado o convite.

E.F. – Fico satisfeito que haja investigação/trabalho nessa área. Se a nossa opinião puder valer de alguma coisa, tanto melhor. Era bom era que esses dados viessem

para o terreno para poderem apontar caminhos. Há coisas que devem ser, efetivamente, avaliadas e corrigidas e esta investigação pode contribuir para isso. Espero que se aproveitem e se apliquem as boas ideias.

ANEXO 3 – Categorização dos dados recolhidos a partir das entrevistas

Presidente do Conselho Geral - A			Coordenadora do 1º CEB - B		Coordenadora do Pré-Escolar - C		Professora com assento no Conselho Municipal de Educação - D			
TEMAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO
Educação e municipalidade/ Intervenção educativa municipal	Relação entre educação e municipalidade	1 Caracterização da relação	Visão negativa da relação Negativismo baseado na má qualificação das estruturas dirigentes	“Nós temos em Portugal um problema de qualificação, mas a qualificação começa justamente nas estruturas dirigentes, nas estruturas de coordenação, etc., etc.. E se as pessoas não têm visão do que é que podem fazer, penso que essa relação não pode ser boa. É por isso que eu tenho uma visão relativamente pessimista das políticas educativas que têm a sua centralidade nos municípios.”	Não há articulação entre o município e a coordenadora do 1º CEB	“No geral, não tenho ideia formada, mas, particularmente em relação a Penacova, penso que não há articulação entre o município e, não digo a Direção, mas, pelo menos, o primeiro ciclo. Como coordenadora, nunca tivemos uma reunião. Portanto, eles decidem e nós temos que acatar o que nos é imposto.”	A importância dada à educação condiciona toda a sociedade	“...se eles derem uma maior importância à educação, a seguir vai a sociedade toda, porque a ação deles também vai condicionar (ou não) a perceção da sociedade acerca da escola.”	Relação importante; gestão positiva dos recursos.	“...relação importante porque há a possibilidade de serem criadas atividades conjuntas, de se fazer acertar a nível da gestão dos cursos (antigamente, muitas vezes, nas escolas primárias, os recursos não eram bem geridos, na minha opinião). Havendo uma relação entre a câmara e a escola, todos os recursos são geridos de modo mais positivo.”
		2 Perspetivas futuras da relação								
		3 Génese das mudanças ocorridas ao nível desta relação	Complexificação das questões da educação decorrentes da complexificação da sociedade (questões sociais	“Obviamente que as questões da educação se tornaram mais complicadas, porque a sociedade se						Inicialmente, a legislação impôs a mudança; posteriormente, a sociedade

			o desemprego, a desestruturação das famílias...)	tornou mais complexa. E, obviamente, quando falamos disto, não podemos ignorar as questões sociais, coisas como o desemprego, a desestruturação das famílias, todas essas coisas...”					existência de locais/escolas com dois alunos, com gastos avultados a nível dos transportes e, entretanto, passaram um pouco a responsabilidade e a responsabilidade das decisões mais para os municípios.”; “ A pouco e pouco, a própria sociedade e as próprias escolas começaram a sentir que era necessário haver uma relação mais estreita.”	
	Descen tralizaç ão e muni cipalism o	Significado dos conceitos 5	Sinónimos	“Sim, grosso modo (descentralização e municipalismo são sinónimos), a menos que houvesse estruturas intermédias, mas não há, porque as direções regionais de educação são a voz do poder, do governo... a sua autonomia também é muito relativa, é apenas funcional quase...”			Sinónimos	“Se se descentraliza, a atuação educativa deixa de estar concentrada ao nível do poder central e é distribuída pelos municípios...”	Sinónimos	“Sim, acho que sim...”
		Visão da descentralização / Municipalismo 5	Concordância com as competências que os municípios já possuem Na gestão dos currículos, apenas pequenas interpretações	“...as políticas são centralizadas e aquilo que se transfere para os municípios, de facto, tem mais que ver com estas coisas do primeiro					Grande importância	“...é muito importante. Até para não haver ofertas educativas duplas. Há alguns anos atrás, nós oferecíamos o curso tecnológico de

			locais, mas deve ser centralizada	ciclo e do pré-escolar e com as instalações, com o pessoal não docente, com as AEC's, com os transportes, com as refeições. A esse nível, eu acho que sim, que não faz sentido que seja o poder central a tratar dos edifícios ou a tratar mesmo do pessoal não docente ou das refeições. Isso tudo bem. Agora, ao nível daquilo que é importante, gestão dos currículos, etc., admito que possa haver pequenas interpretações locais, ao nível de cursos profissionais, por exemplo. Agora, a matriz... sou completamente favorável a que seja centralizada, que venha do Ministério da Educação para depois se aplicar em cada local."					informática e a Beira Aguieira oferecia também informática, o que criava uma situação um pouco complicada entre as relações entre as escolas. Estas questões agora são abordadas no Conselho Municipal de Educação."
	Envolvimento dos municípios na educação	Evolução desse envolvimento 6	Maior envolvimento da autarquia em geral e, em particular, na questão educativa	"...o que se nota, de um modo geral, é que esta relação se tem estreitado ao longo do tempo. Isto significa um maior					

	ão			envolvimento da autarquia em geral e desta em particular na questão educativa.”					
		Centro Educativo de Penacova (exemplo de reforço do maior envolvimento do município na educação) 7							
	Capacidade de resposta dos municípios	Gestão dessa capacidade por parte dos municípios (resposta positiva) 8	Importância das políticas definidas e do valor atribuído à educação. Falta de técnicos competentes nas autarquias para fazer essa gestão	“Mas eu estava aqui a centrar-me, essencialmente, digamos, em termos de superestrutura. E o município aqui funciona como superestrutura... as políticas que define e uma outra coisa que é muito importante que é o valor que dá à educação. E, nestas questões, sabemos que a educação não é propriamente um setor que dê muitos votos e, portanto, nas políticas educativas (é evidente que há exceções e que há muitas e boas exceções), de um modo geral, e eu		A capacidade de resposta depende das verbas	“...se tiverem as verbas necessárias para darem essa resposta educativa.”	Necessidade de se fazerem progressos	“Acho que ainda têm de fazer alguns progressos, tal como as próprias escolas.”

				<p>aqui em Penacova sinto isso, a educação não é, digamos assim, uma prioridade. Pode ser no discurso...”; "...de um modo geral, eu acho que as autarquias não têm propriamente técnicos competentes para fazer esta gestão e esta relação com a escola como era desejável.”; “ E aqui a percepção que eu tenho aqui é um pouco esta, ou seja, o município vai resolvendo, se calhar relativamente bem, estas questões de que já falámos... Mas a percepção é que a educação não é uma aposta.”</p>					
Pontos fortes	<p>Aspetos intrínsecos ao município – recursos, vontade</p> <p>9</p>	<p>Falta de aproveitamento das potencialidades para fazer coisas importantes</p>	<p>“Em meu entender, os municípios, e Penacova é exemplo disso, fazem apenas aquilo que têm de fazer em termos de educação e não aproveitam as suas potencialidades para fazer outras</p>			<p>Pessoas capazes</p>	<p>“Eles têm lá pessoas perfeitamente capazes.”</p>	<p>Cooperação ao nível da biblioteca escolar; existência de várias perspectivas na educação; reflexão sobre situações concretas.</p>	<p>“A nível de potencialidades, nós aqui temos cooperação ao nível da biblioteca escolar. Nem sempre há a colaboração que devia haver (às vezes, as coisas falham...), mas acho que é muito bom. Que a parte cultural</p>

	<p>da atuação educativa municipal</p>			<p>coisas importantes.”</p>						<p>da câmara possa coincidir com a escola isso é muito bom. E depois haver várias perspetivas na educação, acho que é muito bom, muito positivo. A Câmara subsidiava alunos para irem para Coimbra estudar, quando, em Penacova, havia precisamente a mesma oferta. E, portanto, uma das coisas que está a ser estudada é esta situação. O facto de haver aqui uma escola dinamiza muito o concelho. Claro que toda a gente tem o direito de estudar onde quer, mas a Câmara subsidiar é que não (se tem cá exatamente o mesmo curso...).”</p>
		<p>Aspetos extrínsecos ao município</p>								
		<p>10</p>								

	Pontos fracos	<p>Organização interna do município</p> <p>11</p>	Não há obstáculos	<p>“Não vejo que encontrem obstáculos... É só uma questão de definição de prioridades...”</p>			Transportes	<p>“Em termos de obstáculos, eu acho que é mesmo os transportes e, como é um concelho disperso e muito acidentado, era essencial que cada freguesia tivesse, pelo menos, uma carrinha, um autocarro.”</p>		
		<p>Recursos emanados da administração central</p> <p>12</p>							Obstáculo financeiro	<p>“Em termos de obstáculos, temos o obstáculo financeiro. No entanto, mesmo a nível financeiro, há certos aspetos que podem ser colmatados. Vou dar o exemplo do último Conselho Municipal de Educação. Nós tivemos uma situação que é a seguinte: se for mudado o horário de entrada num determinada escola, a câmara beneficiaria com isso (uma vez que iria causar menos impacto no orçamento relativamente aos transportes).”</p>
Evolução da intervenção	Alargamento das competências	<p>Consciencialização do alargamento</p> <p>13</p>			AEC's	<p>“Sim, pelo menos, no caso, a intervenção tem sido mais flagrante ao nível das AEC.”</p>				

o educativa municipal	educativas municipais	<p>Apreciação do alargamento</p> <p>14</p>					<p>Apenas ao nível dos edifícios e da manutenção</p>	<p>“Eu acho que eles devem continuar a ser responsáveis pelos edifícios e pela manutenção. Agora, pedagogicamente, para já, não conhecem e, muitas vezes, muitos não querem conhecer. “</p>	“	
		<p>Vantagens do alargamento</p> <p>15</p>			<p>Forma mais direta de se conseguirem verbas</p>	<p>“Sim, porque é uma forma mais direta de se conseguirem verbas, por exemplo.”</p>	<p>Articulação e fomento de atividades</p>	<p>“Concordo com esta evolução de competências, desde que a intervenção seja mais numa lógica de construção conjunta e de articulação e não meramente economicista.”; “As vantagens situam-se ao nível da articulação e do fomento das atividades que nós, na escola, às vezes não temos tempo ou poder para organizar. Até a articulação junto dos pais...”</p>		
		<p>Desvantagens do alargamento</p> <p>16</p>			<p>Não vê desvantagens</p>	<p>“Desvantagens não vejo, desde que funcionem devidamente.”</p>	<p>O município poderá intervir em domínios sem se encontrar habilitado para isso</p>	<p>“Pode dar azo a abusos também... Podem imiscuir-se na parte pedagógica e não têm capacidade para isso. É uma realidade que desconhecem. Eu acho que devem intervir no sentido de uma articulação... Agora, no pedagógico</p>	<p>Forma como o poder pode ser exercido; alguma falta de coordenação; relações do poder político com a escola por motivos eleitorais.</p>	<p>“A desvantagem prende-se sempre com a forma como o poder pode ser exercido. Se houver uma efetiva vontade de progresso do agrupamento e do município, acho que isso é muito bom. Se nessa relação entrarem questões de política, de poder, de</p>

								<p>propriamente dito, não... Eles não conhecem a realidade... Eles não trabalham com o grupo de crianças. Eles têm uma visão do outro lado. Enquanto nós estamos virados para o grupo de crianças, eles estão a pensar mais nos cofres da câmara.”</p>		<p>visibilidade, aí já pode ser negativo. Até ao momento, não me apercebi desse ponto. Apercebi-me, às vezes, é de alguma falta de coordenação que tem existido. Tudo depende de como o poder é exercido. Se as pessoas tiverem uma noção... Como eu digo, não é o caso aqui... Mas se o poder político pretender estreitar as suas relações com as escolas por motivos eleitorais, isso vai ser péssimo. É o único perigo que posso ver, mas que, de momento, não me apercebi.”</p>
		<p>Reação das autarquias ao alargamento</p> <p>17</p>	<p>Perceção de que a autarquia se limita a fazer o que legalmente lhe é imposto</p>	<p>“Do ponto de vista da ação do município, eu confesso que tenho alguma dificuldade em responder, mas a perceção que eu tenho, até da política geral do município, é que as coisas são todas muito ao nível da funcionalização, isto é, o Ministério atribui</p>						

				<p>“isto” e nós fazemos rigorosamente como está escrito, ou seja, não há ousadias. É aquilo que um poeta que muito aprecio chamado Alexandre O’Neill chamava “um modo funcionário de viver”. Aqui também é um pouco isso, é “um modo funcionário” de gerir, neste caso, a rede escolar, a questão da educação. Mas esta é a perceção que eu tenho. Não sei se isto é assim, mas eu penso que é mesmo... aplicar as coisas com alguma linearidade e, portanto, sem grandes ousadias. É o que tem que ser...”; O município intervém em todas as áreas que lhe compete intervir... Mas falta iniciativa...”</p>						
		Mudanças decorrentes do alargamento	Não identifica mudanças decorrentes de tal alargamento	“Em termos práticos, não consigo identificar					Atividades culturais a nível educativo; mudanças a nível	“ As mudanças são as atividades culturais, a nível educativo, de

		18		mudanças decorrentes desse alargamento...”					dos transportes e das atividades dos agrupamentos; criação dos Centros Escolares.	conhecimento do Plano Educativo, com a ajuda da câmara, algumas mudanças a nível dos transportes, algumas alterações a nível de colocação das atividades dos agrupamentos. A escola tem sempre uma voz na câmara. E depois outra coisa importante tem sido a criação dos Centros Escolares em certa medida, portanto, o reagrupamento de crianças nas escolas, não ficarem isoladas na sua pequena aldeia, o que também foi possibilitado pela câmara, sem os transportes, isso não seria possível.”
Necessidade de um ainda maior alargamento	Perceções relativamente a tal necessidade	19	Há competências que não devem ser claramente das autarquias Os municípios devem operacionalizar as competências que já possuem	“Já quando se fala de currículos, de gestão de pessoal docente, de pessoal técnico, etc., etc., aí não, aí acho que não se deve caminhar nesse sentido e acho que essas competências não devem claramente ser das autarquias. O poder central,	Não há necessidade de um ainda maior alargamento	“Não. Eu acho que as competências deles se devem localizar ao nível dos edifícios escolares, do parque escolar, de comemorações de algumas datas, etc. Agora, tudo o que diga respeito a aspetos pedagógicos e a colocação de docentes, por exemplo (como se fala), não.”	Não vê necessidade de um maior alargamento	“Não... Eles têm as suficientes...Há o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Geral, basta... Com mais competências, acabariam por imiscuir-se em assuntos que têm de ser tratados a outro nível (o pedagógico, por exemplo).”; “No âmbito específico da Educação Pré-escolar, não há necessidade de uma	Poderes suficientes a nível educativo.	“...a nível verdadeiramente educativo, acho que os poderes que tem neste momento são suficientes.”

				o Ministério, pode ter uma configuração ou outra, isso é discutível, mas eu prefiro, pessoalmente prefiro concursos públicos, nacionais, com as regras, com o mínimo de regras...”; “Penso que os municípios devem operacionalizar as competências que já possuem. Há aspectos, na educação, que, na minha opinião devem ser necessariamente centralizados (gestão de currículos, recrutamento de pessoal docente, etc., etc.).”				maior intervenção. Há, sim, necessidade de articulação numa perspectiva de planos de atividades, mas de resto não...”; “Não, acho que está bem assim. Correríamos o risco de interferirem no domínio pedagógico e isso não seria positivo.”		
	Operacionalização das novas competências em matéria de educação	Perspetiva dos atores 20			Operacionalização de competências a nível físico	“É mais ao nível da parte física (dos edifícios escolares), dos materiais de limpeza, dos transportes escolares...”				
		AEC's 21								
	Divisão de educação	Organização (Divisão de Educação) 22		“						

Atuação educativa no concelho de Penacova	ão	Continuidade das políticas educativas 23								
	Relevância da educação no município	Lugar ocupado pela educação no quadro global da ação da autarquia 24								
		Percentagem do orçamento dedicada à educação 25								
		Projeto Educativo Local 26								
		Prioridades no âmbito da educação 27								
		Projetos específicos implementados neste domínio 28								
		Contrato de Execução 29								
	Relação das políticas	Influência das políticas educativas na comunidade 30					Município como elemento promotor da cultura alargada à comunidade	“A participação mais ativa do município na educação, especificamente na Educação Pré-Escolar, é um fator que pode ser “valorizante” junto da comunidade. Encontrar pontos de apoio entre os pais, em articulação com a comunidade, pode ser muito positivo. A cultura sai da escola		

s educati vas da autarqu ia com a comuni dade								e alarga-se à comunidade. Os pais serão a ponte entre a escola e o contexto sócio-cultural em que está inserida.”		
	Reação da comunidade a essas políticas 31									
	Políticas educativas e comunidade empresarial 32									
Importância do envolvimento da comunidade empresarial 33			“			Se a educação for uma prioridade, o concelho desenvolver-se-á	“Se a educação constitui uma prioridade destas pessoas, é o concelho que ganha com isso... Se promovem ações culturais, estão a contribuir para o desenvolvimento educativo do concelho, sem dúvida.”; “A transversalidade em educação existe mesmo, sobretudo no pré-escolar. Eu acho que é o setor onde efetivamente essa transversalidade é			

								real. Há muitas dimensões que se cruzam... É necessário muitos agentes a interferirem no processo educativo...”		
		Políticas educativas locais e desenvolvimento cultural e global da região 34								
		Políticas educativas e perfil dos eleitos locais 35					As sensibilidades e concepções educativas dos agentes municipais influenciam as políticas educativas	“Claro, as pessoas é que fazem as instituições que representam. É evidente que as sensibilidades e concepções educativas dos agentes municipais contribuem para o desenvolvimento educativo do concelho.”		
		Critérios que estiveram na base de seleção desses elementos 36								
		Política educativa e resposta às expectativas dos utentes 37								
		Relação entre poder municipal e sistema escolar 38			Muitas vezes alegam ser da sua competência	“... funciona aí muito o “jogo do empurra”, o dizerem que não é competência deles.”				
		Relação entre poder municipal e poder central 39								

		Colaboração no sentido de satisfazer as necessidades dos utentes 40								
		Articulação entre poder municipal e poder central 41								
		Dificuldades na operacionalização de uma política de educação local 42		.			Problemas ao nível dos transportes	"Os problemas situam-se sobretudo ao nível dos transportes." (no Pré-Escolar)		
		Problemas educativos do concelho de Penacova 43								
		Centro Escolar de Penacova 44			O Centro Escolar de Penacova trouxe vantagens e desvantagens	"Por um lado, sim, por outro, não. Sim, porque é uma forma de as crianças terem um ensino mais alargado e conhecerem outros colegas. Não, porque, para algumas localidades, isso vai fazer com que fiquem completamente despidas de crianças. O facto de essas escolas encerrarem vai fazer com que certas crianças estejam fora de casa desde as 7.30/8.00 da manhã até às 7.30/8.00 da noite. Temos situações desse género."				

	Participar no Conselho Geral 45								
	Participar na constituição de agrupamentos de escolas 46								
	Constituir e presidir o Conselho Municipal de Educação 47								
	Elaborar a Carta Educativa 48								
Cumprimento das atribuições consignadas na lei	Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico 49					As refeições são servidas por empresas contratadas pela câmara	"A câmara contrata empresas para servir as refeições. Por exemplo, este Jardim de Infância (Figueira de Lorvão) tem um contrato com o Centro Social, portanto, é o Centro Social que fornece as refeições. Os restantes são servidos por empresas que ganharam o concurso na câmara."		
	Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico 50					Exemplo: Jardim de Infância de Penacova	"Sim. O Jardim de Infância de Penacova foi o último a ser construído e foi muito bem equipado."		

		Gerir o pessoal não docente na educação pré-escolar e no ensino básico 51					Contratam o pessoal não docente	“Isso é da competência deles. Eles é que asseguram, contratam...”		
		Desenvolver a ação social escolar para os alunos do Ensino Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico 52								
	Compe tências relativa s ao apoio aos alunos e aos estabel ecimen tos:	Assegurar os transportes escolares 53		“			Carrinhas da câmara e carrinhas alugadas	“Sim, sim. Por exemplo, a nível do que é da competência da câmara, o município arranja alternativas (se houver um problema de transporte, o município arranja alternativa, contrata outro transporte; o Centro Social de Miro tem uma carrinha grande). Tenta resolver o problema de outra maneira, pelo menos a nível dos transportes.”; “Os pais inscrevem a criança, são criados os circuitos. Depois, há carrinhas da		

								câmara ou carrinhas alugadas para fazerem os circuitos.”		
		Garantir o alojamento como alternativa ao transporte escolar 54					Não	“Não.”		
		Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico 55					Aquisição de materiais; CAF	“Sempre que há possibilidade, é dada uma verba para aquisição de materiais. As educadoras supervisionam, coordenam, planificam com as monitoras da CAF e a câmara ajuda no que é preciso. Este apoio é destinado especificamente às atividades da CAF.”		
		Participar no apoio à educação extraescolar 56								
		Necessidade de transferência de mais competências 57								
		Iniciativa para o exercício dessas competências 58								
Execução das atribuições		Financiamento de projetos					Apoio a projetos	“Nos últimos anos, a autarquia tem feito o apoio a		

não consignadas na lei	Competências sem obrigatoriedade legal assumidas pelo município	59						projetos, em que cada escola ou cada turma se candidata, dá conhecimento dos objetivos e do projeto em si e pode ser financiado.”; “Os tais projetos que eles têm. Faz-se a candidatura e pode ganhar-se a verba necessária para a sua concretização.”; “Desde que seja uma atuação positiva, eu acho bem. É que eles podem vir a imiscuir-se em coisas que não são da sua competência e só prejudicam. Isso tem a ver mais com coisas concretas e com o meio em si.”		
	Outras áreas em que atuem sem obrigatoriedade	60								
	Intervenção do município em matéria de educação não formal	61								
	Cooperação com a escola em matéria de educação não formal	62								
	Relação do setor		“ .. ”							

		da educação com outros setores municipais 63								
Conselho Municipal de Educação	Constituição do CME	Critérios que estiveram na base da seleção dos elementos 64					Nomeação pela diretora do agrupamento	“Os membros são designados por nomeação. Foi a Diretora do Agrupamento que nomeou o representante da educação pré-escolar pública.”	Professores designados por convite da diretora do agrupamento	“No caso dos professores, eu fui designada pela atual diretora e os outros colegas também, embora ela tivesse tido a delicadeza de fazer o convite (eu de aceitar; compreendi perfeitamente que era muito mais fácil para mim, que vivo aqui, do que para uma pessoa que vem de fora).”
		Elementos que o constituem 65					Representantes de várias instâncias da comunidade	“Integram este Conselho representantes da Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia, Direção Regional de Educação do Centro, Escolas dos vários níveis de ensino, Educação Pré-Escolar, Associações de Pais e Encarregados de Educação, Associação de Estudantes, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centro de Saúde, Instituto de Emprego e Formação Profissional,	Representantes da autarquia, das escolas e de várias instâncias da comunidade.	“Tem os representantes da autarquia, os técnicos da autarquia (assistentes sociais), as representantes das escolas (do agrupamento), um representante da polícia (da GNR), um representante da associação de pais, um representante de outras escolas, nomeadamente da Beira Aguieira, um representante da DREC, um representante dos transportes (aqui a câmara tem um contrato com uma empresa de transportes, por isso está lá uma pessoa em representação dessa empresa), um representante da APPACDM.”

								Instituto da Juventude e Guarda Nacional Republicana.”;		
		Perceção dos atores sobre esta constituição 66								
	CME – agente definidor de uma política educativa local	Perceção da importância deste órgão 67		“			Importante papel na regulação do sistema educativo local	“O Conselho Municipal de Educação desempenha um papel importante, porque há vários participantes de vários setores da comunidade, o que permitirá, certamente, a regulação do sistema educativo local.”; “É um conceito interessante. Apesar de eu só ter participado em dois (um por ano letivo), pelo menos, nós temos a oportunidade de, em grande grupo, expormos as nossas angústias, os nossos problemas, que geralmente se prendem com a rede escolar, perante representantes da DREC e da câmara.”		
		Exemplos que espelham a ação desenvolvida por								

		este órgão 68								
	Compe tências definid as para o CME	Operacionalização dessas competências 69					Exemplo: o jardim de infância não fechou devido à posição tomada pelo CME	“Por exemplo, o ano passado, “salvou-se” o Jardim de Infância de Miro graças aos pais, que já tinham tomado uma posição, e graças ao nosso apoio e à clarificação de situações para o jardim de infância não fechar. E este ano esse reforço foi feito, uma vez que já foi dado a conhecer que o jardim de infância, no próximo ano, vai ter dezoito crianças e vai continuar.”	Nem sempre as decisões tomadas pelo CME são respeitadas pelas instâncias superiores.	“Há muita coisa que é decidida: as escolas que fecham, os Centros Educativos que abrem... Mas o ano passado aconteceu uma coisa, digamos, deprimente. Não foi aprovada a junção do Agrupamento de Escolas de São Pedro de Alva com o de Penacova. Depois soubemos que avançou sem ninguém do Conselho Municipal de Educação ter conhecimento. Eu, como elemento do Conselho Municipal de Educação, senti-me um bocadinho revoltada. Afinal, o que é que o Ministério espera de nós? Se nós decidimos as coisas e, um mês depois, há uma decisão do Ministério de Educação que não tem nada a ver com o decidido, é... aborrecido...”
		Necessidade de mais competências para o CME 70					Não há necessidade de mais competências	“Estão no ponto certo. É que, se forem mais alargadas, a câmara terá tendência a imiscuir-se no nosso trabalho e nós no dela.”		
		Prioridades ao nível da sua atuação 71								

Carta Educativa	Importância da Carta Educativa	Justificação dessa importância 72					Importante documento orientador	"...é um documento orientador bastante importante."	É um instrumento que permite tomar decisões a nível local (no entanto, carece de atualização).	"A Carta Educativa é o instrumento que permite tomar decisões a nível local. Mas, de facto, neste momento, está desatualizada. Tem de ser atualizada urgentemente, porque há certas decisões que não são possíveis com uma Carta Educativa desatualizada. Não se pode decidir o que quer que seja se não se conhece aquilo que é. A Carta Educativa vai permitir essa consulta rápida. Os documentos existem. As técnicas da câmara conhecem-nos. E aqui a nossa diretora certamente também conhece a realidade. Mas isso não basta. É preciso um documento para consulta pública, que seja facilmente consultável por toda a agente. É como o projeto educativo numa escola. A finalidade do projeto educativo, na minha perspetiva, não é trazer muita coisa de novo, mas é termos à mão um documento que facilmente consultamos e que nos permite saber como é para podermos imaginar como poderá ser. E isso é uma coisa que faz muita falta. Neste momento, é preciso a Carta Educativa estar em dia e ter os dados
-----------------	--------------------------------	--------------------------------------	--	--	--	--	---------------------------------	---	--	--

										atualizados. Qualquer pessoa, neste momento, para ter acesso à situação de determinada escola do concelho, tem de se deslocar a trinta mil gabinetes quando ali está toda a informação. Portanto, é, sem dúvida, um instrumento preferencial do planeamento e ordenamento prospetivo do sistema educativo a nível municipal. Nós, no nosso país, vivemos muito de improvisos e de ideias feitas e isso não pode ser. Temos de começar a viver a partir de dados, a pegar nos factos e, a partir dos factos, projetar o futuro.”
	Elaboração	Data de elaboração 73								
		Entidade que a elaborou 74								
		Atualização 75					Carece de atualização	“Sei que a Carta Educativa ainda não foi atualizada e precisa de ser.”		
Conselho Geral	Constituição do Conselho Geral	Critérios que estiveram na base da seleção dos elementos 76	Seleção dos membros por via eleitoral	“Do Agrupamento propriamente dito, as pessoas do Agrupamento são todos selecionados por via eleitoral. Portanto, sete docentes, duas pessoas do pessoal não						

				<p>docente e uma aluna. O Conselho Geral pode ter entre dezassete e vinte e um membros. Nós optámos por dezanove. Depois tem mais, de fora da escola, três representantes da associação de pais, três representantes da autarquia e três representantes da comunidade. Os da associação de pais são nomeados pela associação de pais, os do município pelo município e os três representantes da comunidade são nomeados pelos outros dezasseis.”; “É via eleitoral. As pessoas apresentam listas...”</p>					
Participação da autarquia no Conselho	Representação da autarquia no Conselho Geral 77	Três assentos	“A autarquia tem três assentos... Tudo depende das propostas que trouxerem... Isso é uma questão de se fazer, como eu						

	ho Geral			costumo dizer, o trabalho de casa.”						
	Representação dos pais/encarregados de educação 78									
	Representação da comunidade 79									
	Perceção dos diferentes membros sobre a participação da autarquia 80	Não vê discordâncias	“Não vejo que haja discordâncias... Aceita-se tacitamente... E isso é bom, por causa da proximidade. Se uma escola tem uma infiltração de água, resolve-se tudo mais rapidamente telefonando para a Câmara do que estando à espera... “							
	Importância da participação da autarquia 81	Participação importante se aceitar esse reforço como forma de melhorar o fenómeno educativo	“Obviamente que a Autarquia, até pelo facto de ter delegadas aquelas competências de que já conversámos, deve ter um assento privilegiado no Conselho Geral, desde o momento que seja com vozes autorizadas.”; “É preciso que a autarquia aproveite esse							

				<p>reforço e participe efetivamente... Se o fizer com o intuito de melhorar o fenómeno educativo, acho muito bem..."</p>						
	<p>Atuação do Conselho Geral</p>	<p>Áreas de intervenção</p> <p>82</p>	<p>Define as linhas gerais de organização da educação no agrupamento</p>	<p>"O Conselho Geral é, de facto, o órgão do Agrupamento superestrutural. Ele é que define as linhas gerais de organização da educação no Agrupamento. Isto são coisas como aprovar as linhas gerais do orçamento, aprovar o Projeto Educativo, aprovar o Plano Anual de Atividades, aprovar o Regulamento Interno da escola e por aí fora. Agora, o problema é que, depois, nós podemos aprovar até bons documentos e aprovar boas linhas orientadoras, o pior é que depois nem sempre isso se operacionaliza."; "Eu não quero</p>						

				<p>puxar dos galões, mas eu acho que o Conselho Geral, nos últimos anos, nos últimos dois, três anos, tem tido um papel mais interventivo e mais orientador do que tinha, porque, geralmente, estas coisas, as assembleias de escola, os conselhos gerais, etc., eram assim uma espécie de "figura de lapela".</p>					
		<p>Contribuição do Conselho Geral para uma política de educação local</p> <p>83</p>	<p>Participam no Conselho Geral várias instituições que podem contribuir para uma política de educação local</p>	<p>"... nós procuramos duas coisas nas pessoas que selecionamos, o primeiro princípio da diversidade (escolher pessoas em situações diferentes, por exemplo, optamos por uma instituição ligada à rede pública, neste caso, o centro de saúde, que é uma instituição que tem protocolos com a escola, temos uma I.P.S.S., que é o Centro de Miro, temos uma</p>					

				<p>grande cooperação, desde fazer estágio aos transportes, é, de facto, um polo dinamizador e depois escolhemos uma empresa privada). É a primeira vez que temos uma empresa privada aqui neste Conselho Geral. É a empresa "Águas de Penacova" que é assim uma empresa com alguma projeção. Desse ponto de vista, esta empresa é a primeira vez que faz parte, não sei que contributos positivos é que pode trazer..."; "Como é um órgão superestrutural, quanto mais visões diferentes houver, mais enriquecidos podem ser os projetos. Portanto, eu não olho para a escola da mesma maneira que uma empresa privada ou uma I.P.S.S..</p>					
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

				<p>A escola é olhada de forma diferente e é bom que tenhamos esse feedback, esses outros olhares, para depois podermos apontar caminhos, os melhores caminhos... Desse ponto de vista, a comunidade é que pode, obviamente, ter uma... e tem... e tem... Por exemplo, este ano, o Centro de Saúde, e eu acho que eles ainda fazem pouco, podiam fazer mais, tem estado em colaboração em vários projetos no âmbito da Educação para a Saúde (sobre a alimentação saudável, enfim... uma série de coisas...). Tem colaborado e isso é ótimo. "</p>						
Relação da autarquia com as escolas e comunidade	Atuação de cada um dos elementos deste	Natureza desta relação 84	Relação legalmente imposta que se resume ao exercício de competências legais por parte	"Como não há muita iniciativa, a Autarquia vai fazendo o que lhe compete da melhor forma que sabe e pode.			Alguma desarticulação no momento presente	"Neste momento, há uma certa desarticulação, talvez por o Executivo ser novo e por não ter conhecimento da	De um modo geral, existe reciprocidade (há aspetos pontuais em que ela não existe)	"Sim, acho que sim. Há aspetos pontuais que, às vezes, não funcionam bem, mas pronto..."

educativa	triângulo		da autarquia	Eu gostaria que ficasse isto claro: não estou aqui a dizer que há uma má intenção ou que não há vontade, nalguns casos, acho que é mesmo por ignorância, por não se saber..."					realidade. Mas, aos poucos, já estão a começar... Em princípio, no próximo ano, já haverá maior articulação.”; “Parece-me boa, positiva...”; “Não é apenas um recurso financeiro, uma vez que a colaboração não se situa apenas a nível económico. Por exemplo, a organização de eventos para as crianças do pré-escolar é importante...”			
		Exemplos concretos desta relação 85										
	Relação estabelecida entre autarquia e agrupamento de escolas	Natureza desta relação 86										
		Recetividade do município 87	Deveria haver maior flexibilidade	“Sim, embora às vezes... Por exemplo, na questão dos transportes, dizem que não podem... Dizem que só podem transportar as pessoas entre as nove e o meio dia e, depois, entre as três e as cinco e, portanto, eu acho que	Apenas quando é solicitado	“Quando solicitado.”	é	Falhas ao nível da articulação na realização de atividades	“Falhou, nestes últimos tempos, a articulação, mas há boa vontade por parte do município para haver uma melhor articulação nomeadamente a nível do plano anual de atividades. O problema é que o plano anual de atividades da	O município intervém por iniciativa própria em determinadas áreas.	“Em certas áreas, intervém por iniciativa própria e também porque tem sido pressionado pela DREC. Outra é quando é solicitado. Estou a pensar, por exemplo, nos apoios a crianças com dificuldades, o que é uma questão muito complexa. Mas tem havido progressos a esse nível. Na intervenção da CPCJ,	

				devia haver uma maior flexibilidade. Provavelmente, teriam de pagar algumas horas extraordinárias aos motoristas...”				câmara é feito de janeiro a dezembro e o plano anual de atividades do agrupamento é de outubro a julho. Há um desfazamento, mas que pode ser perfeitamente articulado.”		tem havido uma maior intervenção solicitada pelo agrupamento.”
		Recetividade da escola/associação de pais 88	Agrupamento sempre recetivo à atuação educativa municipal	“Penso, com toda a certeza, que o Agrupamento tem estado sempre recetivo às iniciativas municipais, que são, aliás, muito poucas...”; “Sim, sem dúvida. Devia haver é mais atuação educativa municipal...”			A escola procura articular com o município	“Sim, a escola procura articular com o município em tudo o que é possível.”	A recetividade é efetiva.	“Sim, sem dúvida.”
		Canais de comunicação utilizados 89	Internet, telefone...,contat os informais	“Os canais hoje são os normais (internet, telefone...). Isso é relativamente fácil... Não me queixo... Aqui não há dificuldades, até pela proximidade... Até quase no restaurante numa situação completamente informal... e isso é bom...”		“	Canais formais e informais	“Tanto pode ser por mail (formal ou informal), como pessoalmente (acontece-me passar na câmara e falar diretamente com alguém).”	Telefone ou contacto pessoal.	“Há vários canais utilizados... Como nós vivemos aqui num sítio pequeno, facilmente telefonamos uns aos outros. Facilmente se vai à Câmara...”

		Colaboração solicitada pelo município 90							
		Colaboração solicitada pelo agrupamento/associação de pais 91					Colaboram na medida em que são solicitados para tal	<p>“Pelo menos nas questões que eu ponho, eles ajudam. Eu sei que eles, este ano, tiveram um papel muito importante junto da DREC e da Equipa de Apoio às Escolas no sentido do não encerramento de alguns jardins de infância.”;</p> <p>“Sempre que são solicitados, respondem às solicitações... Portanto, há reciprocidade.”;</p> <p>“Quando eu chego e coloco as questões, a nível dos vários departamentos da câmara, eles colaboram.”; Apoio ao nível dos transportes e ajuda financeira que, por vezes, o agrupamento tem que reforçar porque, os autarcas esquecem-se. Por exemplo, o financiamento do expediente da limpeza é da competência da</p>	

				basicamente, eles têm que fazer as mesmas coisas.”				diferença. Em vez de fazerem duas reuniões fazem uma. Eu acho que até é mais fácil...”		
		Reforço/atenuação da política educativa local 95		.”			Nem reforça nem atenua	“Penso que nem é uma forma de reforço nem de atenuação. Depende dos municípios e depende das pessoas que representam os agrupamentos.”	Reforço da política educativa local.	“Sim. A câmara agora já só tem de falar com a direção do grupamento e isso é uma grande economia de energias. O mega-agrupamento tem de criar as suas linhas... Com o tempo, terá de criar coesão (deixar de haver esta história da pré e das primárias...), haver um só órgão efetivamente a trabalhar no mesmo projeto educativo e haver uma só voz perante a câmara.”
		Vantagens 96					Não vê vantagens	“Não vejo vantagens...”	A câmara tem um único interlocutor; centraliza a sua atenção num único sítio; desaparecimento de rivalidades existentes entre as várias localidades do concelho; maior coesão; mais facilidade de comunicação.	“Apesar de todos os problemas do mega-agrupamento e de eu ter falado, há pouco, da situação da junção, eu concordo com ela, porque a câmara assim tem um único interlocutor. Isto é bom, porque, quando havia muitas escolas, muitos interlocutores, acabava por se criar alguma confusão e não se chegava a lado nenhum. Por outro lado, havia sempre a desculpa da câmara “ai não posso”, porque tenho outros sítios... Por outro lado também, um dos piores defeitos do nosso

										concelho, penso eu, é a "rivalidadezinha" entre as várias localidades, entre as "terrinhas" e a escola, pelo menos, é só uma. Portanto, acho que o facto de haver um mega-agrupamento, apesar de todas as dificuldades que traz, tem as suas vantagens..."; "Há coesão, há maior facilidade de comunicação, porque o interlocutor é único."
		Dificuldades levantadas 97	Erro pedagógico (alunos de diferentes faixas etárias no mesmo espaço); dificuldades de gestão	"Não, não vejo vantagens. Talvez porque, sendo eu do Ensino Secundário, eu já acho um erro pedagógico colocar no mesmo espaço alunos do quinto ano ao décimo segundo ano. Acho isso um erro pedagógico... Já os gregos nos ensinavam isso... De facto, os interesses são completamente díspares, por vezes há comportamentos completamente darwinistas (relativamente, por exemplo, àquela questão			Dificuldades principalmente para os alunos	"Eu vejo mais dificuldades do ponto de vista do aluno, porque o número de alunos origina uma política economicista (o financiamento é feito por número de aluno). Mas, sobretudo, não dá apoio aos alunos... São muitos alunos, há pouco pessoal, não há verba para contratar mais e podem acontecer coisas estranhas que acontecem noutras escolas (tipo bulliyng e coisas do género). O apoio individualizado dos alunos deixa de existir, porque são muitos alunos	Dificuldades de gestão	"Dificuldades essencialmente para a gestão, porque ser diretor disto é muito complexo. Já não é um cargo fácil e, neste momento, é muito complicado e, neste momento, há muitas relações que ainda não estão resolvidas."

			<p>do civismo de que falámos há bocado), os grandes centrifugam os pequenos, seja no acesso ao bar, ao refeitório, seja no que for, e isso cria no recinto uma espécie de... Os agrupamentos já eram complicados. Os mega-agrupamentos ainda vieram complicar isto mais... Gerir todos estes níveis de escolaridade cria discrepâncias, depois as pessoas têm interesses diferentes, tudo, mesmo entre os docentes... Eu não gosto de tudo o que é mega. As coisas muito grandes são mais difíceis de gerir, são menos funcionais, tem todos esses inconvenientes. Agora, já que a questão era poupar dinheiro, podiam ter, eventualmente,</p>			<p>e as turmas são maiores. Daí a dificuldade... Eu acho que, em Portugal, o conceito de turma não é correto. Para o aluno realmente desenvolver competências, tem que haver um apoio mais individualizado e isso só se consegue com turmas mais pequenas.”</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

				reduzido as equipas diretivas (em vez de serem quatro, passassem a três...). António Sérgio dizia que as cidades não deviam ter mais do que trinta mil habitantes... Na escola, é a mesma coisa... Há aí mega-agrupamentos com três ou quatro mil alunos. É, de facto, um absurdo..."					
Prospecção do cenário educativo no futuro	Atuação educativa municipal no futuro	Aspetos marcantes da realidade educativa penacovense 98							<p>Necessidade de criação de empregos para evitar a desertificação existente.</p> <p>"Este município sofre de um grave problema que é a desertificação. Não é só a escola que está a ter menos alunos, é o concelho que está a ter muito menos gente. Não sei como vai ser o futuro... Sei que grande parte das pessoas que aqui vivem trabalham em Coimbra. O nosso concelho está a transformar-se num concelho dormitório. Tenho esperanças de que a nossa escola e a educação no nosso concelho sobrevivam, porque era bom para o concelho. Uma coisa importantíssima é, de facto, criar empregos a nível local. Enquanto não houver indústria, empregos, esta situação</p>

										vai continuar. É claro que os pais vão trabalhar para Coimbra e levam os filhos com eles.”
		Colaboração autarquia/escola 99		“					Colaboração efetiva e que parte do diálogo.	“Sim... Através do diálogo.”
		Possibilidade de contratação de pessoal docente 100							Deve haver um concurso nacional por uma questão de justiça.	“... É assim... A nível da oferta educativa e ao nível da colocação de professores, eu acho que isso melhor ficar com o Ministério e que a oferta educativa continue a ser decidida pelo Ministério da Educação, apesar de dever ouvir os municípios. Em relação à colocação dos professores, acho que é uma questão de justiça... haver um concurso nacional a que toda a gente se possa apresentar e ficar colocada pela lista graduada... acho que isso que está bem. a nível das orientações educativas e da oferta pedagógica, acho que a DREC estará mais habilitada para ter essa parte. Eu acho que a nível de aspetos, por exemplo, de manutenção das escolas, se a câmara tivesse capacidades para isso, acho que poderia ser benéfico.”

		<p>Resultados esperados com a concretização das políticas educativas</p> <p>101</p>	<p>Com vontade e diálogo, há situações que podem melhorar</p>	<p>“...é evidente que, retrospectivamente, tenho uma visão pessimista e negativa disto, mas haja vontade, haja o famoso diálogo e, de facto, as coisas podem mudar. E deste ponto de vista da autarquia, à medida que eles se foram integrando da situação, falhou talvez, nalguns casos, alguma humildade, até do ponto de vista técnico. Deviam reconhecer que não sabiam como é que funcionava... Mas fico otimista. Aprendi a cultivar a utopia, não como destino, mas como direção... As utopias como destino são perigosas, mas como direção são ótimas, porque nos movem na ação. Eu espero que eles também tenham um pouco essa ideia de olharem para a utopia de uma</p>		<p>Políticas educativas condicionadas pelas verbas</p>	<p>““Não sei, porque, no contexto em que estamos, o problema é a verba. Por muito boa vontade que haja, que o município tenha, em relação à educação e em relação à cultura, não há verba. Não sei mesmo se, no próximo ano, haverá esse apoio aos projetos que eles têm feito...”</p>	<p>Consciencializar os pais de que, em Penacova, existe um ensino de qualidade; maior colaboração ao nível dos cursos profissionais; continuidade dos projetos da biblioteca.</p>	<p>“ Para já, conseguir criar novamente na cabeça dos pais a ideia de que nós temos aqui um bom ensino, com uma boa oferta, com bons professores. Voltar a dar a esta escola algum crédito que tem perdido ao longo dos anos. A autarquia poderia contribuir muito, mas os professores também têm de contribuir. Por outro lado, haver, a nível dos cursos profissionais, uma maior colaboração (a autarquia ter uma intervenção maior para informar a escola sobre algumas necessidades que o concelho tem). Depois, continuar a haver os projetos a nível da biblioteca, mais coordenado, mas consolidar-se isso tudo.”</p>
--	--	---	---	---	--	--	--	---	---

				<p>melhor educação no concelho, mas como direção para, desse ponto de vista, fazerem o que acho que devem fazer.”</p>						
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--	--

Presidente da Câmara Municipal - E			Vereador da Educação F			
TEMAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO
Educação e municipalidade/ Intervenção educativa municipal	Relação entre educação e municipalidade	Caracterização da relação 1	Relação forte; aquisição de mais competências e demais responsabilidades	"relação forte"; "os municípios têm adquirido um cada vez maior número de competências ao nível da educação"; "cada vez maior responsabilidade que os municípios têm na educação"; "há uma relação de proximidade, uma relação	Relação necessária	" Educação e municipalidade têm que estar internamente ligadas, porque o município hoje tem atribuições, tem deveres para com a população que lhe exigem uma intervenção que eu diria profunda e muito próxima na educação, porque se o objetivo do município é a educação, o bem estar dos seus munícipes (bem estar a todos os níveis), a formação e a educação são as bases desse bem estar. Penso que é investindo na educação que se vai contribuir para o bem estar e para o desenvolvimento do concelho."
		Perspetivas futuras da relação 2	Fortalecimento da relação no futuro	"a perspetiva é nos próximos anos ainda se fortalecer mais"		
		Génese das mudanças ocorridas ao nível desta relação 3	Questões financeiras; novo entendimento sobre o envolvimento das autarquias no processo educativo	"questões financeiras, questões orçamentais, em que o Estado digamos que de alguma forma decidiu repartir (chamemos-lhe assim) os custos pelas câmaras para não assumir o peso na exclusividade"; "diluição de custos pelas diversas entidades"; "um entendimento cada vez maior que as comunidades se devem envolver no processo educativ	Legislação; maior proximidade entre o município e as populações	"Em primeiro lugar, é a nova legislação. Essas mudanças legislativas foram, de alguma forma, interiorizadas, quer pelo município, quer pelas populações. Depois são, eventualmente, limadas, mas, de uma forma geral, há uma proximidade muito maior entre o município e as populações. A legislação é uma coisa que sobressai. Mas o município vai muito além dessas imposições legais."
	Descentralização e municipalismo	Significado dos conceitos 4	Sinónimos	"descentralizar o ensino é, de facto, municipalizar, trazer para o município"	Não são sinónimos	"Eu penso que não... A descentralização pode ser regional. Temos uma DREC. Pode-se descentralizar para o município, pode-se descentralizar para o agrupamento, mas descentralização e municipalismo não são a mesma coisa."
		Visão da descentralização/ Municipalismo 5				

	Envolvimento dos municípios na educação	<p>Evolução desse envolvimento</p> <p>6</p>	Cada vez maior envolvimento – construções, transportes	“Os municípios, e o município de Penacova não foge à regra, cada vez se envolve mais na questão da educação, cada vez está mais ouvido na questão da educação desde a construção das infraestruturas à questão dos transportes escolares que é algo que é muito importante até em termos do próprio peso financeiro que assume.”		
		<p>Centro Educativo de Penacova (exemplo de reforço do maior envolvimento do município na educação)</p> <p>7</p>				
	Capacidade de resposta dos municípios	<p>Gestão dessa capacidade por parte dos municípios (resposta positiva)</p> <p>8</p>	Os municípios possuem capacidade de resposta	“Os municípios têm tentado dar essa capacidade de resposta.”	A capacidade de resposta dos municípios é condicionada pelo aspeto financeiro	“A capacidade de resposta financeira condiciona tudo à partida. É evidente que, desde que haja capacidade financeira, o município terá capacidade de resposta. Não havendo essa disponibilidade financeira, não vai ter. Há um esforço extra do município no investimento na educação em ações que nem lhe estão atribuídas legalmente.”
Pontos fortes da atuação educativa municipal	<p>Aspetos intrínsecos ao município – recursos, vontade</p> <p>9</p>	Recursos/vontade/motivação	“os nossos recursos e a nossa vontade de fazer e a motivação que a área do departamento da educação e da ação social”; “a escola é o nosso suporte.”	Recursos humanos, experiência, capacidade para desenvolver um bom trabalho	“Em termos de potencialidades, não digo que sejam as suficientes, mas temos muitas potencialidades. Os recursos humanos, a experiência e a capacidade para desenvolver um bom trabalho na questão da educação... Por exemplo, com as AEC's. A própria proximidade física entre câmara e agrupamento fomenta essas potencialidades. A proximidade física e não só, porque as pessoas é que fazem as instituições. Há uma característica que me parece que é importante que é a humildade. Se houver humildade, as coisas acabam sempre por funcionar.”	

		Aspetos extrínsecos ao município 10	Potencialidades dos elementos do agrupamento	"Temos tido, de facto, a sorte, e temos a sorte, de facto, temos nomeadamente um Agrupamento com pessoas capazes, dinâmicas e que, obviamente, não posso comparar com os outros lados, mas Penacova com certeza que está bem servida a esse nível."		
	Pontos fracos	Organização interna do município 11	Escassez de recursos	"a nossa fraqueza é exatamente que os recursos não são elásticos e são tantas as solicitações e hoje muito até a própria questão da ação social é muito exigente porque retira depois tempo e disponibilidade mental para a área da educação , porque a educação acaba por, se nós falharmos ali, pelo menos a escola está ali, suporta, então com a ação social não há outra entidade que o suporte e, portanto, eu diria que a nossa fraqueza é exatamente essa, é que nós não conseguimos, de facto chegar a todo o lado"		
		Recursos emanados da administração central 12	Restrições financeiras	"(e eu não quero nunca, jamais que as questões financeiras sirvam de desculpa para alguma coisa), mas, de facto, a verdade é que elas existem e as restrições, obviamente, estão a começar a verificar-se."	Obstáculo financeiro	"O obstáculo financeiro, sem dúvida..."
Evolução da intervenção educativa municipal	Alargamento das competências educativas municipais	Consciencialização do alargamento 13	Cada vez maior alargamento	"os municípios têm adquirido um cada vez maior número de competências ao nível da educação"; "cada vez maior responsabilidade que os municípios têm na educação"; "há uma relação de proximidade, uma relação de fortalecimento"; "Portanto, eu não tenho, de facto, nenhum preconceito e acho que os municípios devem intervir na educação."		
		Apreciação do alargamento 14	Valoração positiva do alargamento	"Nesse aspeto, eu penso que é positiva essa evolução"; "A tendência aponta para uma cada vez maior transferência de competências e eu concordo com essa transferência, até por uma questão de proximidade entre as pessoas e as instituições"	Concordância	"Bem eu concordo com a alteração. Isto já era feito pelo município e nós, este ano, ainda mais, reforçamos. O município interveio ao nível da colocação de recursos humanos nas escolas que seriam da responsabilidade do Ministério. Agora,

						seria justo é que houvesse os tais recursos financeiros. “
		Vantagens do alargamento 15	Proximidade Flexibilização da gestão	“Obviamente se o pessoal não docente for responsabilidade do município, podemos flexibilizar a gestão, a questão da proximidade entre a entidade patronal, digamos assim, e o funcionário, portanto, tudo isso são vantagens.”		
		Desvantagens do alargamento 16				
		Reação das autarquias ao alargamento 17	Estranheza inicial	“Inicialmente, portanto, eu admito que tenha havido alguma estranheza por parte dos municípios. Era uma área nova com que tinham de se ocupar e de se preocupar e, portanto, tinham de fazer ajustamentos. Nós, como, quando chegámos, já estavam estas competências a vigorar há muito tempo, obviamente que não reagimos negativamente a elas, porque já era um dado adquirido	A autarquia disponibiliza cada vez mais recursos, assumindo os seus custos	“Tem vindo a fazer face a esse alargamento de competências, sobretudo disponibilizando cada vez mais recursos e meios (recursos humanos, meios materiais, meios de transporte) e assumindo o ónus desses custos.”
		Mudanças decorrentes do alargamento 18	Transportes/ Pessoal auxiliar/ Refeições	“Transportes escolares, pessoal auxiliar e refeições são, de facto, aquelas três áreas mais pertinentes, as que têm maior dimensão naquelas que são as novas competências dos municípios, pelo menos aquelas que nós assumimos.”	Componente de apoio à família, refeições, transportes.	“ Uma maior responsabilidade, por exemplo, no complemento de apoio à família, nas refeições, nos transportes...”
	Necessidade de um ainda maior alargamento	Perceções relativamente a tal necessidade 19	Quanto maior for o envolvimento, maior será a satisfação	“Eu acho que tudo quanto seja um maior envolvimento nós não perdemos... até o envolvimento nas próprias dinâmicas da escola e, de certeza, que na escola iriam ficar todos satisfeitos com isso.”; “Não, não sinto” (necessidade de um ainda maior alargamento).”	O município poderá receber outras competências quando consolidar as já existentes	“Há que consolidar as que já existem e depois de consolidar as que já existem, então, podemos progredir para outras que até já estão na lei, algumas delas, nomeadamente o pessoal não docente. Estas que estão já consensualizadas e transferidas, penso que estão consolidadas. Portanto, o município estará à altura de poder receber outras. Assim venham também os recursos financeiros...”
	Operacionalização das novas competências em matéria de educação	Perspetiva dos atores 20			Importância para a vida das famílias	“Sim, as famílias não têm condições para vir buscar as crianças à escola às três da tarde. Por outro lado, há

						alunos neste concelho que, de outro modo, não teriam acesso a qualquer tipo de atividades (das que vão para além do currículo escolar propriamente dito)."
		AEC's 21			Responsabilidade do município; estabelecimento de parcerias com instituições	" As AEC's são da responsabilidade do município. É o município que as organiza e que contrata o pessoal docente necessário para o efeito."; "Inglês, Música, Atividade Física e Desportiva e Oficina da Ciência."; "Sim, temos parceria com instituições como o Centro de Bem Estar Social de Figueira de Lorvão que nos cede, por exemplo, pessoal docente."
Atuação educativa no concelho de Penacova	Divisão de educação	Organização (Divisão de Educação) 22	Constituído por três elementos	"temos três pessoas a começar no Vereador, a Chefe de o."Divisão e depois uma técnica superior que coordenam, de facto, as atividades na área da educação"	Um Vereador da Educação, uma Chefe de Divisão da Ação Social, Cultural, Educativa, e Desportiva., uma Técnica Superior de Educação e três assistentes técnicas	"Um Vereador da Educação (Engenheiro), uma Chefe de Divisão da Ação Social, Cultural, Educativa, e Desportiva (Licenciada em Serviço Social), uma Técnica Superior de Educação (Licenciada em Ciências da Educação) e três assistentes técnicas (das quais uma é animadora sócio-educativa, outra licenciada em Português Francês e outra com o 11º ano de escolaridade)."
		Continuidade das políticas educativas 23	Continuidade das políticas educativas seguidas pelo executivo anterior	"os técnicos que trabalham na área já cá estavam. Deram continuidade. Já estavam todos selecionados. Em relação ao Senhor Vereador, como é um pelouro pesado e nós éramos todos totalmente inexperientes, aproveitámos aquela pessoa que, pela idade e pela experiência profissional... Como tem algumas ligações à ação social, como ação social e educação estavam na mesma chefe de divisão, a seleção foi fácil de fazer, seguindo esses critérios."; "Se tivéssemos aqui um professor no Executivo... isso seria uma mais-valia. É da nossa condição humana, até porque nós fugimos daquilo que não conhecemos."		

Relevância da educação no município	Lugar ocupado pela educação no quadro global da ação da autarquia 24	Prioridade	“com o atual quadro de competências, o atual quadro legislativo, eu penso que sim... que a escola, a educação não pode deixar de ser uma prioridade.”	A educação é uma preocupação	“Para mim, é uma preocupação, mas poderá haver outros elementos que não estejam tão sensibilizados para isso, o que é natural e normal, porque estão ocupados com outras coisas. Mas a educação é fundamental, como lhe comecei por dizer, para o desenvolvimento das populações. Nós estamos a educar e a formar para fomentar o êxodo, fomentar a permanência das pessoas no concelho que está cada vez mais envelhecido.”
	Percentagem do orçamento dedicado à Educação 25			Percentagem elevada	“É uma percentagem elevada... Há despesas que estão quantificadas, mas há despesas (carrinhas, motoristas...) que não estão quantificadas.”
	Projeto Educativo Local 26			Não	“Não.”
	Prioridades no âmbito da educação 27	Infraestruturas	“neste momento, a nossa prioridade será concluir com a questão do Parque Educativo, nomeadamente ao nível das infraestruturas”; “gostaríamos eventualmente de melhorar algumas das condições físicas das escolas do primeiro ciclo”; “gostaríamos de, em Penacova, ter uma oferta educativa tal que evitasse aquela fuga”	Espaços físicos, edifícios, melhorar os transportes	“Dentro da área da Educação, uma das prioridades é o espaço físico, os edifícios... Temos o exemplo do Centro Educativo. Aliás, eu apercebi-me que os quadros interativos não estavam previstos e tratei logo de os requisitar. Uma das prioridades será essa. Outra é conseguir trazer recursos que se adaptem não só aos interesses dos alunos, mas também às necessidades do concelho. Melhorar os transportes também...Vamos adquirir uma viatura nova. Neste momento, as que temos são insuficientes e já têm muitos anos. Há meninos que têm que sair de casa às sete da manhã. Aumentando a frota, conseguimos que saiam às sete e meia ou oito menos vinte. “
	Projetos específicos			Melhorar a rede de	“Pensamos adquirir mais, pelo menos,

		implementados neste domínio 28			transportes, construir o Centro Escolar de Lorvão	uma viatura, de modo a melhorar a nossa rede de transportes. Pensamos também avançar com construção do Centro Escolar de Lorvão.”
		Contrato de execução 29			Não tem	“Em relação à possibilidade de assinatura de um Contrato de Execução, estamos na expectativa porque, até agora, vimos que muitos municípios não assinaram. Eu, inclusivamente, estive numa ou duas reuniões onde estive a anterior ministra e onde alguns presidentes de câmara ameaçaram rescindir o contrato, porque não eram transferidos os recursos financeiros correspondentes. Nós temos estado na expectativa de ver o que é que os outros municípios fazem. Agora vamos ver o que é que vem aí com o novo governo, com a nova ministra...”
	Relação das políticas educativas da autarquia com a comunidade	Influência das políticas educativas na comunidade 30	Necessidade de uma comunidade formada	“obviamente que se eu tiver uma comunidade mais formada, uma comunidade mais educada, eu tenho uma comunidade mais competitiva e, portanto, obviamente que, se eu pretendo, se eu acho que, de facto, o papel dos municípios no futuro vai ser tornar-se o espaço que gerimos mais competitivo, competitivo para quem trabalha, competitivo para quem vive, competitivo para quem vem, competitivo para quem passeia, portanto, obviamente que a educação é fundamental para tornar este espaço mais competitivo, um espaço mais educado, um espaço mais formado é um espaço mais competitivo, é um espaço que cria outras ferramentas fundamentais para o dia a dia.”	Uma comunidade bem formada será vocacionada para o sucesso	“Falámos sobre isso no início da nossa conversa... Se o concelho faz boas ofertas em termos educativos, é toda a comunidade que tem a ganhar com isso. Uma comunidade bem formada, é uma comunidade muito mais vocacionada para o sucesso.”
		Reação da comunidade a essas políticas 31			Falta de envolvimento, falta de adesão	“ Não há envolvimento. E pior do que isso: nós fizemos uma sensibilização para pais com uma dietista para falar sobre a educação alimentar das crianças. Estavam nove ou dez...Isto é sintomático! Pelo contrário, na escola de São Pedro de Alva, há um

						envolvimento muito grande da comunidade. No final do ano, faziam sempre uma festa e toda a comunidade lá estava. Talvez pela dimensão, há uma maior afetividade que aproxima mais a comunidade da escola. “; “Nós procuramos chamar, sensibilizar a comunidade educativa, embora nem sempre haja adesão.”
		Políticas educativas e comunidade empresarial 32	Políticas educativas como contributo para a fixação dos jovens em Penacova; envolvimento de associações; estabelecimento de parcerias	“E, portanto, se eu quero ter empresas, nomeadamente se eu pretendo ter empresas com alguma formação, com algum nível para as pessoas trabalharem, obviamente, se as pessoas cá tiverem estudado e cá ficarem a trabalhar, mais facilmente eu tenho essa ...”; “tentar que estes miúdos, estas pessoas que se cá formam e se formam na proximidade (quando falamos na formação superior) também encontrem em Penacova o seu espaço de trabalho...”; “todas as semanas ou de duas em duas semanas... estejamos a discutir coisas, parcerias para fazermos uns com os outros.”; “Por outro lado, quando passamos da escola para a comunidade empresarial, aí precisamos de envolver outro tipo de atores. Podemos envolver as associações de desenvolvimento local. Temos, por exemplo, uma que eu acho que também pode dar muito mais (já dá bastante, mas pode dar muito mais) a Penacova. Outros parceiros de fora, nomeadamente instituições com as quais nós somos associados. Temos parceiros que trabalham nestas áreas e que têm ligações à comunidade educativa e empresarial e podem ser fatores facilitares. Nós costumamos citar o Instituto Pedro Nunes, que é o exemplo paradigmático de envolvimento entre a comunidade escolar e a comunidade empresarial e, portanto, recentemente, inscrevemo-nos como sócios efetivos dele. Vamos trabalhar essas áreas, chamando a comunidade para o efeito. Nós podemos fazer muita coisa, se não chamarmos as pessoas...”		
		Importância do	Aspeto	“E isso é importante... envolvermos, os pais,		

		envolvimento da comunidade empresarial 33	fundamental	os alunos... Eu acho que esse é um aspeto fundamental.”		
		Políticas educativas locais e desenvolvimento cultural e global da região 34	Esforços para que as políticas educativas contribuam para o desenvolvimento cultural e global da região	“Procuramos que essas políticas educativas contribuam, efetivamente, para o desenvolvimento cultural e global da região. Se procuramos envolver as pessoas e se a região e feita dessas pessoas, é evidente que só poderá ter ganhos.”; “Há articulação com outras entidades como o Centro de Miro ou o Centro de Bem-Estar Social de Figueira de Lorvão.”; “Por exemplo, o desporto é outra área em que nós temos articulação com a comunidade. Nós e outras entidades do município que colaboram connosco... organizamos atividades. Por exemplo, as piscinas, mais especificamente a secção de natação da Casa do Povo de São Pedro de Alva tem um trabalho desenvolvido nesta área.”	Relação mais que óbvia	“Eu acho que isso é uma verdade “la palisse”... A relação é mais que óbvia. Uma coisa leva à outra.”
		Políticas educativas e perfil dos eleitos locais 35	Experiência profissional como critério de seleção	“os técnicos que trabalham na área já cá estavam. Deram continuidade. Já estavam todos selecionados. Em relação ao Senhor Vereador, como é um pelouro pesado e nós éramos todos totalmente inexperientes, aproveitámos aquela pessoa que, pela idade e pela experiência profissional... Como tem algumas ligações à ação social, como ação social e educação estavam na mesma chefe de divisão, a seleção foi fácil de fazer, seguindo esses critérios.”; “Se tivéssemos aqui um professor no Executivo... isso seria uma mais-valia. É da nossa condição humana, até porque nós fugimos daquilo que não conhecemos.”	O perfil dos eleitos determina as políticas educativas	“ Com certeza que sim. Se os eleitos só estiverem virados para estradas e estiverem de costas voltadas para a educação e para as estruturas do ensino, claro que isso tem repercussões...”
		Critérios que estiveram na base da seleção desses elementos 36			Decisão de equipa	“Entre a equipa, vimos quais as pessoas que teriam mais apetência para desempenhar estas funções.”
		Política educativa e resposta às expectativas dos utentes	Atender às necessidades sociais	“Obviamente que os municípios, e o município de Penacova tem uma função importante, essencial, naquilo que hoje se espera da escola, para o bem e para o mal (é o	Essencialmente disponibilização de recursos humanos e materiais	“De várias formas, sobretudo na disponibilidade de recursos humanos e de recursos materiais que nós disponibilizamos quando nos são

		37		alargamento de horário, são os transportes, esses são aspetos que, hoje em dia, com a sociedade exigente que nós temos, só são possíveis com o trabalho dos municípios). Sem os municípios, essas coisas não existiam e tínhamos que ter uma sociedade, com certeza, diferente.”		solicitados, até, às vezes, sem serem propriamente solicitados.”
		Relação entre poder municipal e sistema escolar 38	Colaboração (ainda que haja muito a fazer)	“Há colaboração, mas é um caminho enorme que nós ainda temos que percorrer e eu acho que o vamos conseguir percorrer com sucesso.”		
		Relação entre poder municipal e poder central 39	Diálogo (apesar de nem sempre haver concordância)	“O poder central nunca decidiu nada sem estabelecer o diálogo connosco (nunca decidiu nada que não tivesse connosco, pelo menos, discutido ou abordado). Não concordamos sempre... Mas acabamos por chegar a acordo...”	Relação positiva	“De modo muito positivo. Como já referi, as instituições são feitas por pessoas. E a colaboração existe efetivamente. Sempre que é necessário, faz-se a solicitação e ela é atendida (de parte a parte).”
		Colaboração no sentido de satisfazer as necessidades dos utentes 40			Trabalho articulado	“Trabalhando exatamente de modo articulado...”
		Articulação entre poder municipal e poder central 41			Articulação sempre que necessário	“Sempre que é necessário, articula-se. Tenta-se chegar a acordo...”
		Dificuldades na operacionalização de uma política de educação local 42	Não existem dificuldades	“Neste momento, não vejo que sejam sentidas dificuldades nesse processo de operacionalização.”	Falta de recursos financeiros	“ Como já disse, o problema reside no facto de, muitas vezes, as competências educativas municipais não serem acompanhadas dos respetivos recursos financeiros.”
		Problemas educativos do concelho de Penacova 43	Fuga de jovens/más condições de algumas escolas	“Um dos principais problemas é a fuga dos jovens para outras escolas, nomeadamente de Coimbra.”; “Tenho que referir as más condições de algumas escolas na freguesia de Lorvão. De facto, são escolas que não têm as condições exigíveis para os dias de hoje.”	Êxodo dos alunos para escolas de Coimbra; isolamento	“O êxodo de alunos para escolas de Coimbra e o problema do isolamento de algumas povoações que faz com que os alunos que aí residam sejam, de algum modo, sacrificados.”
		Centro Escolar de Penacova 44				
		Participar no Conselho Geral 45				
	Competências relativas	Participar na constituição			O município foi	“ Fomos auscultados e manifestámos

	à conceção e ao planeamento do sistema educativo	de agrupamentos de escolas 46			auscultado	o nosso desacordo, mas...”
		Constituir e presidir o Conselho Municipal de Educação 47				
		Elaborar a Carta Educativa 48				
Cumprimento das atribuições consignadas na lei	Competências relativas à construção e gestão de equipamentos e serviços	Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico 49	Transportes/ pessoal auxiliar/ refeições	<p>“Temos também várias modalidades. São Pedro de Alva é um caso à parte, porque o contrato é feito com o Agrupamento de Escolas, que fornece refeições aos segundo e terceiro ciclos, também fornece refeições ao primeiro ciclo. Pagamos à escola, mas o fornecimento é feito por uma empresa externa.</p> <p>Em Lorzão e Sazes do Lorzão, as refeições são servidas por IPSS's.</p> <p>Portanto, em termos de modelo, temos refeições servidas por empresas especializadas e temos contratos/protocolos com IPSS's (nomeadamente Figueira de Lorzão e Lorzão) para o fornecimento de refeições.”</p>	Empresas com as quais são estabelecidos contratos	“São empresas com as quais estabelecemos contratos que asseguram as refeições nos diferentes estabelecimentos de ensino.”
		Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico 50	Grande preocupação	<p>“Sim, preocupamo-nos bastante com as infraestruturas das escolas.”; “Transportes escolares, pessoal auxiliar e refeições são, de facto, aquelas três áreas mais pertinentes, as que têm maior dimensão naquelas que são as novas competências dos municípios, pelo menos aquelas que nós assumimos.”; “Agora, em termos daquilo que são, de facto, as necessidades básicas da escola, eu acho que neste momento os municípios estão a cumpri-las. Escolas estou a falar obviamente de escolas do primeiro ciclo, que são escolas onde temos realmente essas competências. Escolas do Primeiro Ciclo e Pré- Escolar.”; “Nós fazemos tudo aquilo que é suposto fazermos...”;</p>	Intervenção efetiva	“Nós intervimos efetivamente nessa área. Acabámos de construir o Centro Educativo de Penacova. Tudo se prepara para a construção do Centro Educativo de Lorzão.”

		Gerir o pessoal não docente na educação pré-escolar e no ensino básico 51	Várias modalidades	Alguns são nossos, outros são de fora...”	Contratação direta e contratação através de protocolos com instituições	“Quanto ao pessoal não docente, alguns contratamos diretamente, outros contratamos de modo indireto através do protocolo com instituições do concelho (como, por exemplo, o Centro de Bem Estar Social da Freguesia de Figueira de Lorvão).”
		Desenvolver a ação social escolar para os alunos do Ensino Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico 52			Atribuição de subsídios variados	“ Atribuimos variados subsídios...”
	Competências relativas ao apoio aos alunos e aos estabelecimentos:	Assegurar os transportes escolares 53	Várias modalidades	“Nós temos duas modalidades: uma com contratação à Transdev, ao grupo de Miro e ao Mocidade Futebol Clube (da Cheira). É uma benesse que nós damos. A Cheira, pela lei, não teria direito a transporte, mas, de facto, algumas crianças pequeninas, da Várzea, da Estrada das Malhadas, mas seria pesado fazerem o percurso a pé e nós assumimos isso; também temos os nossos próprios transportes (são dez ou onze carros a circular todos os dias); portanto, é pesado em termos de orçamento.”	Carrinhas do município, carrinhas de instituições, Transdev	“Ou com carrinhas do município ou com carrinhas de instituições como a Fundação Mário da Cunha Brito ou o Centro Social, Cultural e Recreativo de Miro. Há depois os transportes da Transdev.”
		Garantir o alojamento como alternativa ao transporte escolar 54	Só os alunos da Escola Beira-Aguieira necessitam deste recurso	“A não ser os da Escola Beira-Aguieira que vêm de mais longe, não há alunos a necessitar de alojamento como alternativa ao transporte escolar.”	Não existe essa necessidade	“Não.”
		Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico	Asseguram estas atividades	“Nós, neste momento, asseguramo-las, quase exclusivamente, com técnicos que são contratados pela Câmara. A Casa do Povo de Penacova e o Centro de Bem-Estar Social de Figueira de Lorvão também asseguram, mas são exceções. Fazemos protocolos com as instituições. Estas utilizam os seus técnicos	Projetos municipais; programa de apoio a projetos de escolas, outros...	“ Como já referi, o município promove e desenvolve projetos municipais nas áreas culturais, artísticas e ambientais. Desenvolve o programa de apoio a projetos de escolas do concelho. Promove e apoia o desenvolvimento de boas práticas educativas no

		55		para o efeito, mas, quase exclusivamente, são os funcionários contratados pela Câmara.”		concelho. E ainda <i>Hora do conto infantil</i> para as crianças do pré-escolar, Semana do Livro e da Leitura, Comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil e Comemoração do Dia Mundial do Livro, Comemoração do Dia da Árvore, Comemoração do Dia Mundial da Criança, realização da Festa de Natal para as crianças do pré-escolar e 1º ciclo.”
		Participar no apoio à educação extraescolar 56	Parcerias	“No apoio à educação extraescolar, nós não temos muita intervenção. Fazemos parcerias, nomeadamente com instituições que se dedicam à formação profissional, a PENSAR, a ACIC...OS Centros de Novas Oportunidades, por exemplo, nós, município, nunca intervimos diretamente em nenhum.”; “Temos uma pessoa diretamente responsável pelas AEC’s”; “Eu não me quero meter em aspetos educacionais, formativos subjacentes às AEC’s, mas é mais um instrumento para os alunos e um agente facilitador para as famílias.”	CAF, AEC’s	“Somos responsáveis pela CAF, no pré-escolar, e pelas AEC’s no primeiro ciclo.”
		Necessidade de transferência de mais competências 57			A transferência deve ser acompanhada de recursos humanos e materiais	“A transferência dessas competências está prevista na lei. Mas é evidente que, sem meios, sem recursos humanos, sem recursos materiais, seja na educação, seja fora da educação, não é possível fazer nada.”; “Para atuar de modo mais eficaz em matéria educativa, eu não sinto necessidade de mais competências, sinto é necessidade de mais verbas para pôr em prática essas competências.”; “Não. Também fruto do bom relacionamento que existe com o setor da educação, com o agrupamento de escolas. Quando há bom relacionamento, mesmo que os recursos sejam maus, consegue-se avançar. “
		Iniciativa para o				

		exercício dessas competências 58				
		Financiamento de projetos 59	Há projetos financiados	"financiamos projetos educativos promovidos por diversas entidades ligadas à educação...";	Projetos municipais nas áreas culturais, artísticas e ambientais; apoio a projetos das escolas	"...promove e desenvolve projetos municipais nas áreas culturais, artísticas e ambientais. Desenvolve o programa de apoio a projetos de escolas do concelho."
		Outras áreas em que atuam sem obrigatoriedade 60	Transportes/ Pessoal não docente	"a questão dos transportes escolares em alguns sítios onde não somos obrigados, por lei, a assegurá-los; por outro lado, o assumir de algumas responsabilidades relativas ao pessoal não docente (nalguns casos, seria da responsabilidade do Ministério da Educação, mas nós asseguramos).";	Apoio ao desenvolvimento de boas práticas educativas, Hora do conto, semana do livro e da leitura, comemorações várias	"Promove e apoia o desenvolvimento de boas práticas educativas no concelho. E ainda <i>Hora do conto infantil</i> para as crianças do pré-escolar, Semana do Livro e da Leitura, Comemoração do Dia Internacional do Livro Infantil e Comemoração do Dia Mundial do Livro, Comemoração do Dia da Árvore, Comemoração do Dia Mundial da Criança, realização da Festa de Natal para as crianças do pré-escolar e 1º ciclo. Poderia haver mais coisas a fazer nesta área, mas, para já, acho que já se está a dar uma resposta de qualidade neste âmbito."
		Intervenção do município em matéria de educação não formal 61	Atividades que envolvem os alunos	"São, de facto, feitas algumas atividades que envolvem os alunos... com o novo centro cultural, a nova biblioteca" queremos que haja uma cooperação com a escola"	Município ativo e interessado neste domínio	"Penso que somos um município ativo e interessado na questão da educação."
		Cooperação com a escola em matéria de educação não formal 62	Desejo de existência de cooperação	"...queremos que haja uma cooperação com a escola."	Através das atividades que se vão promovendo	"Através das atividades que vamos promovendo, penso que se alcança essa complementaridade."
		Relação do setor da educação com outros setores municipais 63	Desporto	"Por exemplo, o desporto..."	Relação estabelecida através de medidas de promoção da educação no concelho	"A Câmara Municipal de Penacova procura operacionalizar medidas de promoção da educação no concelho como aspeto determinante na qualificação e desenvolvimento."
		Critérios que estiveram na base de seleção dos elementos 64	Cargos ocupados	"o Senhor Engenheiro Ernesto, sendo Vereador da Educação já pode dar respostas, portanto, pode assumir alguns compromissos. Um presidente de junta nunca o poderá fazer, porque não se pode responsabilizar por aquilo onde ele não tem qualquer intervenção"	Escolhidos pela autarquia	"São escolhidos pela autarquia."

Conselho Municipal de Educação	Constituição do CME	Elementos que constituem 65			Elementos da autarquia, representantes de pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos estabelecimentos de educação privados, da associação de estudantes, das instituições particulares de solidariedade social e de vários serviços da comunidade	“O Conselho Municipal de Educação foi constituído em 1998 com a denominação inicial de Conselho Local de Educação. Integram o Conselho Municipal da Educação elementos da autarquia, representantes de pessoal docente e não docente, representantes dos pais e encarregados de educação e dos estabelecimentos de educação privados, um representante da associação de estudantes e outro das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem atividades na área da educação, um representante dos serviços públicos de saúde, dos serviços de segurança social, dos serviços de emprego e formação profissional, dos serviços públicos na área da educação, juventude e desporto, das forças de segurança e da escola profissional Beira-Aguieira.”
		Perceção dos atores sobre esta constituição 66			Correta por abranger vários setores do concelho	“Acho que está bem, uma vez que abrange vários setores do concelho. No fundo, todos eles contribuem, de forma mais direta ou mais indireta, para o desenvolvimento da educação no concelho.”
	CME – agente definidor de uma política educativa local	Perceção da importância deste órgão 67	Grande importância	“o Conselho Municipal de Educação será um órgão importante e fundamental”	Órgão de grande importância	“O Conselho Municipal de Educação tem uma grande importância na vida educativa do concelho. No entanto, por vezes, o envolvimento das partes é que não será tanto quanto seria desejável. Há um interesse grande do município, há do agrupamento, mas devia ser um fórum de debate das questões do concelho e, às vezes, acaba por não ser. Quase que se limita a aprovar o plano de transportes... Certamente que aí haverá também um trabalho mais profundo a fazer.”; “O Conselho Municipal de Educação é um órgão

						importantíssimo, porque reúne vários saberes, vários conhecimentos, várias sensibilidades, reúne pessoas que estão em vários setores e a articulação destes conhecimentos, sensibilidades e saberes pode conduzir a resultados na educação, a objetivos concretos muito mais sólidos, muito mais programáticos do que se não existisse. Deve ser uma forma de se articular as questões de educação no concelho. Por vezes, aquilo que eu percebo, neste pouco tempo que aqui estou, é que algumas das pessoas vêm para o Conselho Municipal de Educação ou para outras organizações semelhantes um pouco na expectativa, um pouco expectantes... para cumprir um dever e não participam muito ativamente. Isso verificou-se no anterior Conselho Municipal de Educação em que faltaram bastantes participantes.”
		Exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão 68			Discussão de questões muito importantes para a vida educativa do concelho	“Aqui discutem-se questões muito importantes para a vida educativa do concelho, como, por exemplo, o encerramento de escolas ou a reorganização da rede de transportes em função das necessidades.”
	Competências definidas para o CME	Operacionalização dessas competências 69			Não estão a ser concretizadas na íntegra	“Acho que estão adequadas, mas talvez não estejam a ser concretizadas na íntegra (precisavam de uma participação mais ativa dos membros do Conselho Municipal de Educação). Como já referi, muitas pessoas assumem um papel expectante e deveriam ser mais interventivos.”
		Necessidade de mais competências para o CME 70				
		Prioridades ao nível da sua atuação 71				
	Importância da Carta	Justificação dessa	Importância	“Para nós, a Carta Educativa é uma “cartilha”,	Importância devida ao	“A Carta Educativa é um instrumento

Carta Educativa	Educativa	importância 72	advinda do facto de ser votada em Assembleia Municipal	porque é um documento que foi votado em Assembleia Municipal.”	facto de dar a conhecer a realidade do concelho	de trabalho muito importante. É ela que nos dá a conhecer qual é a realidade do concelho e é sobre ela que devemos trabalhar. Agora também tem de ser dinâmica, porque as coisas mudam e as realidades alteram-se. Daí a necessidade de revisão. E eu acho que a nossa Carta Educativa está a necessitar de uma revisão.”; “É a partir dela que devemos atuar em termos educativos. Carece é de uma atualização.”
	Elaboração	Data de elaboração 73	2006	“2006”	2007	“2007”
		Entidade que a elaborou 74	Instituto de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra	“O Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.”; “É um documento elaborado por técnicos experimentados, experientes, conhecedores... Nós temos que nos apoiar nele.”	Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	“O Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.”
	Atualização 75	Carece de atualização	“Nós, neste momento, estamos a fazer a revisão do diagnóstico social. Depois a concluirmos, partiremos para a revisão da Carta Educativa.”	Dependente da existência de verba	“Estamos a ver quando é que haverá verba para isso...”	
Conselho Geral	Constituição do Conselho Geral	Critérios que estiveram na base da seleção dos elementos 76	Capacidade de dar respostas	“Até faço aqui um pouco a história do nosso exemplo, porque, eventualmente, pode elucidar algumas destas questões que, para nós, são pertinentes. Bom, nós, o ano passado, mal aqui chegámos, logo na primeira semana, fomos confrontados com o facto de termos que nomear três pessoas para o Conselho Geral da Escola e nós seguimos a lógica que o anterior executivo tinha feito: eram três presidentes de junta de freguesia, o que, de facto, não é de todo... Eu acho que alguém do município deve estar representado no Conselho Geral, nesse órgão. Também obviamente que eu entendo, no anterior executivo, como não havia vereador com o pelouro atribuído... Logo naquele início fomos confrontados com isso e fizemos também esse erro que foi de alguma forma substituir os presidentes de junta (os que tinham sido substituídos nas eleições)	O Vereador de Educação reúne melhores condições para responder às questões colocadas; os Presidentes de Junta já vêm do executivo anterior.	“Decidiu-se que o Vereador da Educação deveria estar presente por reunir melhores condições para dar resposta a certas questões abordadas no Conselho Geral. Quanto aos presidentes de junta, já vinham do Executivo anterior.”

				<p>substituí-los pelos novos. De qualquer das formas, estamos a corrigir isso, porque, neste momento, até em função também das alterações que existiram na junção do Agrupamento de São Pedro de Alva com o Agrupamento de Penacova, portanto, está a ser eleito o novo Conselho Geral, portanto já estamos para indicar as pessoas, penso que esta semana ou na próxima o Senhor Engenheiro Ernesto indicará as pessoas das quais ele fará parte exatamente para esse sinal da importância que nós atribuímos a estas questões e à representatividade no município na educação. Neste caso, o Senhor Engenheiro Ernesto, sendo Vereador da Educação já pode dar respostas, portanto, pode assumir alguns compromissos. Um presidente de junta nunca o poderá fazer, porque não se pode responsabilizar por aquilo onde ele não tem qualquer intervenção.”</p>		
Participação da autarquia no Conselho Geral	Representação da autarquia no Conselho Geral 77	Positiva	“Eu acho que alguém do município deve estar representado no Conselho Geral”	Vereador da Educação e dois Presidentes de Juntas de Freguesia	“O Vereador da Educação e dois presidentes de junta de freguesia (de Penacova e de Travanca do Mondego).”	
	Representação dos pais/encarregados de educação 78					
	Representação da comunidade 79					
	Perceção dos diferentes membros sobre a participação da autarquia 80	Positivo	“De modo positivo. Precisamos de estar envolvidos para podermos efetivamente colaborar.”; “Acho que até ficaram desiludidos (os outros membros) quando, o ano passado, nós não reforçámos o envolvimento das pessoas do município.”	Os diferentes membros encaram a autarquia como o elemento detentor dos recursos	“Alguns elementos do Conselho Geral olham para o município na perspectiva de que é aquele que tem os recursos, é aquele que pode dar, é aquele que pode fazer, é aquele que tem o dever de... Portanto, acho que encaram positivamente a nossa participação no Conselho Geral...”; “Eu penso que no caso concreto aqui de Penacova há boa vontade de parte a parte. As nossas opiniões são ouvidas. Poderão ou não ser tidas em consideração, mas são ouvidas. E inversamente, aquilo que vem da escola também é ouvido por nós, é sempre ponderado.”	

		<p>Importância da participação da autarquia</p> <p>81</p>			Muito elevada importância	<p>“A importância é muito elevada. Se o município faz/promove tanta atividade, dá tanto apoio (logístico, financeiro, de recursos humanos, etc.), faz tanto trabalho, a posição e a participação no Conselho Geral é altamente importante.”; “É uma participação ativa. Procuramos debater as questões surgidas e trazer contributos positivos para a educação no concelho.”; “...que a autarquia passou a conhecer melhor a realidade.”</p>
	Atuação do Conselho Geral	<p>Áreas de intervenção</p> <p>Contribuição do Conselho Geral para uma política de educação local</p> <p>82</p> <p>83</p>			Diferentes prismas de abordagem das questões educativas a nível local	<p>“Há os professores que veem as questões por um prisma. Há o pessoal não docente que também tem o seu prisma de ver as coisas. Há a associação de pais que tem outro prisma. Há o município que pode ter outro e a conjugação de tudo isto... tem implicações. Por exemplo, do ponto de vista do município, eu posso pensar que determinada atitude é positiva, mas não estou a pensar nas implicações que isso possa ter, no processo pedagógico, por exemplo. Portanto, eu penso que será mais um foco de debate dos problemas da educação.”</p>
Relação da autarquia com as escolas e comunidade educativa	Atuação de cada um dos elementos deste triângulo	<p>Natureza desta relação</p> <p>84</p>			Relação muito positiva e de parceria	<p>“A relação entre a autarquia e o agrupamento de escolas é muito positiva. Há um bom entendimento, há a tentativa de satisfazer, dentro dos possíveis, a solicitação de ambas as partes.”; “Não (não é apenas um recurso financeiro do agrupamento). É um parceiro. Colaboramos a outros níveis que não apenas a transferência de verbas. Isso seria muito mau... se fossemos apenas um recurso financeiro...”</p>
		Exemplos concretos				

		desta relação 85				
Relação estabelecida entre autarquia e agrupamento de escolas	Natureza desta relação 86	Empatia pessoal		“Tenho que reconhecer, e as coisas são mesmo assim, que as empatias pessoais também vão fazendo algumas coisas por nós. Portanto, essa empatia pessoal existe. Acho que temos boas bases para fazer um excelente trabalho.”; Não, obviamente que ultrapassa (a dimensão económica) e tem potencial para ultrapassar ainda mais”		
	Recetividade do município 87	Recetividade		“Há bastante interação entre nós e o Agrupamento.”		
	Recetividade da escola/associação de pais 88	Esperança nos municípios		“Mais que recetividade, eu até acho que há uma esperança nos municípios (que o município seja o agente dinamizador e o agente de impacto com a administração central).”	Sim	“Sim, absolutamente.”; “Sim. Quando há um problema, conversamos e conseguimos chegar a bom porto.”
	Canais de comunicação utilizados 89	Vários		“O telefone, o email ou até pessoalmente.”	Pessoalmente, por email, por telefone	“A própria Diretora pessoalmente, emails, telefone... É tudo muito informal... (isso pressupõe uma relação de confiança...)”
	Colaboração solicitada pelo município 90					
	Colaboração solicitada pelo agrupamento/associação de pais 91	Definição de políticas		“Aquilo que o Agrupamento mais nos tem solicitado é algum apoio na definição de algumas políticas, nomeadamente definição de oferta formativa. Sempre que há intervenção da administração central, pedimos para nós fazermos o impacto, sermos o “amortecedor” de alguma questão. Neste momento, as preocupações da escola são reorganização da rede escolar e a definição da oferta formativa.”	Recursos financeiros e humanos	“São solicitadas verbas, recursos humanos, apoios a vários níveis...”
Mega-agrupamento de escolas de Penacova - nova realidade educativa	Principais alterações 92	Não há alterações		“A ver com a Autarquia diretamente, está tudo igual.”	Esta nova realidade traz vantagens por passar a existir um único interlocutor	“Eu penso que até favorece na medida em que há apenas um interlocutor. Nesse aspeto, e abstraindo-me de outros, há só um interlocutor, só uma pessoa com quem nós discutimos os assuntos e os debatemos. Permitirá até, certamente, que, a nível da atuação, ela seja uniforme. Se eu tiver aqui um agrupamento e ali tiver outro, este pode ter uma coisa diferente

						deste...”
		Perceção dos atores sobre esta questão 93	Concordância	“Concordo, porque havia uma discrepância muito grande entre o número de alunos de Penacova e o número de alunos de São Pedro de Alva.”	Apesar de ter manifestado desacordo, tem noção de que o número de alunos não justificava a existência de dois agrupamentos	“As coisas são como são e nós também temos de ser realistas. Penso que não podemos comparar este agrupamento dito mega-agrupamento com outros mega-agrupamentos. As situações são totalmente diferentes. Este nem é um mega-agrupamento... Nós manifestámos o nosso desacordo, mas também sabíamos que o número de alunos não o justificava... Nós temos que pensar na opinião desde que ela não prejudique a questão pedagógica. É bem que se olhe para os recursos. Outras questões se podem levantar, outros problemas. Por exemplo, se a escola de São Pedro de Alva não tiver 256 alunos, fica sem coordenadora. “
		Colaboração escola/município nos novos moldes 94	Não houve alterações	“Neste momento, eu diria que a relação é similar.”; “Em relação ao relacionamento, parece-me que não houve alteração.”	Cooperação facilitada	“A cooperação até é mais fácil. Em vez de duas reuniões, em dois agrupamentos, temos uma única.”
		Reforço/atenuação da política educativa local 95	Reforço	“Eu diria que não poderá ser um reforço, isto é, se tinha dois agrupamentos em que cada um deles tinha o seu projeto educativo, o seu projeto a ver com a comunidade, o facto de deixar de ter dois e passar a ter um não é facilitador desta política municipal para a educação.”	Nada se alterou neste ponto	“Eu penso que, nesse aspeto, é a mesma coisa. A política educativa local exerce-se da mesma forma. A diferença só está ao nível dos interlocutores, que podem ser dois ou um único.”
		Vantagens 96	Vantagens económicas	“Vantagens económicas.”	Intervenção municipal mais coerente ao nível concelhio	“No nosso caso, fazem com que a intervenção educativa municipal seja mais coerente ao nível global do concelho. Assim, a resposta educativa é mais similar para todos os estabelecimentos de ensino e para todos os alunos do concelho.”
		Dificuldades levantadas 97	Dificuldades de gestão do dia a dia	“Por vezes, há assuntos operacionais e o facto de o espaço físico não ser o mesmo cria algumas dificuldades na gestão do dia a dia.”	Dificuldades específicas em cada caso particular	“Se for realmente um mega-agrupamento, os obstáculos serão muito maiores. Terá que haver uma estrutura de gestão maior. Isto é uma mera opinião, mas se esse mega-

						agrupamento tiver uma escola próxima, será muito mais fácil de gerir do que num concelho disperso. Cada caso é um caso e tem que ser analisado nessa perspetiva.”
Prospeção do cenário educativo no futuro	Atuação educativa municipal no futuro	Aspetos marcantes da realidade educativa penacovense 98				
		Colaboração autarquia/escola 99	Fortalecimento da colaboração	“ a perspetiva é nos próximos anos ainda se fortalecer mais” (a relação); “Eu acho que vai ser uma escola melhor, temos essa pretensão, no sentido em que vamos ter melhores condições e isso também ajudará. Mas obviamente que a escola será sempre aquilo que as pessoas dela fizerem. Eu posso conseguir construir a melhor escola do mundo, mas se as pessoas que lá estão não estiverem motivadas e envolvidas, ela não será a melhor. No entanto, como político, tenho que ter sempre esta capacidade de ser otimista...”		
		Possibilidade de contratação de pessoal docente 100	Não traria vantagens	“Aí eu acho que não seria bom porque eu acho que os municípios não terão eventualmente competências a esse nível. Não estamos vocacionados para a seleção, para o recrutamento de pessoal docente. Poderia funcionar se eventualmente esse recrutamento, essa seleção pudesse ser efetuado por critérios mais objetivos. Mas depois também não estou a ver os municípios a fazê-lo. (...)Eu não vejo nenhuma particular vantagem para transferir isso do Ministério da Educação para os municípios.”; “não sei se os municípios teriam realmente capacidades para serem responsáveis pela gestão de pessoal docente de uma escola tendo em conta que não têm <i>knowhow</i> necessário para o efeito.”	Não seria um bom caminho	“ Na contratação de pessoal docente, não me parece que seja o melhor caminho. Ao nível destes concelhos do interior, duvido que isso funcionasse bem. Há uma proximidade muito grande entre as pessoas... Era capaz de entrar os favores...”

		<p>Resultados esperados com a concretização das políticas educativas</p> <p>101</p>	<p>Desenvolvimento do concelho em matéria de educação</p>	<p>“Esperamos poder contribuir cada vez mais para o desenvolvimento do concelho em matéria de educação.”; “Genericamente, é um “chavão político”, mas eu diria que gostaria de poder contribuir para que este território fosse um território mais competitivo (para quem cá vive, para quem cá trabalha, para quem cá estuda, para quem cá vem). Obviamente que as políticas de educação contribuirão, pelo menos a médio prazo, para que isso possa acontecer.”</p>	<p>Formação de cidadãos</p>	<p>“O que nós esperamos é formar cidadãos. O objetivo das políticas que sejam implementadas é o de formar cidadãos/municípios cada vez com maior conhecimento, mais preparados para a vida da sociedade de competição. Estamos numa sociedade altamente competitiva e todos eles, perante as dificuldades, só vingarão se forem muito bons. E simultaneamente esperamos poder ajudar a formar para a cidadania.”</p>
--	--	---	---	--	-----------------------------	--

Presidente da PENSAR G		Presidente da Associação de Pais Secretário Geral da Assembleia da Associação de Pais - H				
TEMAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO	INDICADORES	UNIDADES DE REGISTO
Educação e municipalidade/ Intervenção educativa municipal	Relação entre educação e municipalidade	Caracterização da relação 1	Estreita relação (a educação é pilar da sociedade e o município auxilia)	“Há uma relação estreita entre educação e municipalidade. Hoje em dia, educação é um dos pilares da sociedade, sendo que os municípios, nos últimos anos, começaram a assumir grandes responsabilidades nessa área. O município dá um apoio forte à educação (nos transportes, nos almoços, na parte logística...). Há uma estreita colaboração. Há muitos anos atrás, no tempo em que eu andava na escola, nos anos oitenta, havia um professor e tudo emanava do ministério da educação. Hoje em dia, as autarquias (quer as câmaras, quer as juntas de freguesia) têm um papel muito ativo e, portanto, influenciador nesta matéria.”		
		Perspetivas futuras da relação 2				“
		Génese das mudanças ocorridas ao nível desta relação 3	Alteração das estruturas sociais	“Eu acho que foi um pouco de tudo... A própria sociedade alterou-se nos últimos anos. Apesar de vivermos ainda num meio rural, a maior parte das pessoas trabalha. Antigamente, havia mais pessoas em casa. Isto é um facto social, não é? Os pais, nomeadamente, as mães, estariam em casa. No fim das aulas, iam buscar os meninos. Os meninos vinham para casa. Tinham alguém que cuidasse deles. Hoje em dia não é assim. A vida alterou-se. As pessoas têm o seu emprego. Há determinadas valências que tiveram que ser assumidas. Penso que, nesse aspeto, o município assumiu o seu papel. Estou a lembrar-me dos próprios horários. As escolas terminavam às três da tarde. Era muito complicado, nos dias de hoje,	Pretensão da concentração por parte da autarquia, estado e ministério; Há que considerar as especificidades Não é a sociedade que impõe esta relação (não foram as populações que pediram esta decisão política); relação imposta.	“De facto, há uma imposição por parte da autarquia, Estado, ministério para com as populações, no meu entendimento. Eles pretendem a concentração. Os meios, de facto, estão todos ali. Para eles é muito mais fácil gerir, só que há pormenores que, provavelmente, eles se esquecem e esses é que são importantes para a vivência das crianças. Temos que seguir as normas sendo certo que também somos traídos pelas especificidades e isso tem que ser observado. Faz-se um pouco tábuas rasas só para atingir o objetivo final e esquecem-se, às vezes, coisas fundamentais.”; “Eu não concordo que seja a sociedade que impõe esta relação. Essa relação é que impõe algumas condições à sociedade, porque esta conceção de escola centralizada ou descentralizada é uma decisão política, não é uma conceção natural das populações. Isto não veio a pedido das populações, embora haja também necessidade de dar resposta a alguns

				se os miúdos saíssem a essa hora. Depois surgiu oportunidade para dar outras valências, nomeadamente música, a parte de desporto, línguas, teatro... portanto, outras valências que também são enriquecedoras e que preparam as crianças para uma sociedade que se alterou.”		outros problemas que as famílias vêm tendo.”
	Descentralização e municipalismo	Significado dos conceitos 4			Sinónimas (só se for um conceito que chegue a todas as pessoas)	“Serão expressões sinónimas se, de facto, houver um compromisso por parte de quem gere todo esse setor, fazendo dele um setor muito mais abrangente, um conceito que chegue a todas as pessoas com a qualidade que é exigida.”
		Visão da descentralização/ Municipalismo 5	Ligação entre descentralização e municipalismo	“Têm alguma ligação... A descentralização aconteceria, por exemplo, se as direções regionais, representando o ministério da educação, assumissem as responsabilidades. Se calhar, à medida que a sociedade foi sofrendo alterações, uma estrutura mais central não conseguia dar essa resposta. Daí que algumas coisas tenham sido transferidas para os municípios. Outras coisas foram os municípios que se aperceberam, digamos, dessas alterações...”		
	Envolvimento dos municípios na educação	Evolução desse envolvimento 6				
		Centro Educativo de Penacova (exemplo de reforço do maior envolvimento do município na educação) 7			Os dois entrevistados não são unânimes na opinião sobre este assunto	“Não concordo. Penso que as crianças teriam ganho se ficassem nas “escolinhas”. Não havia necessidade desta transferência. Isto traz problemas a vários níveis, nomeadamente a nível dos transportes. Por outro lado, há aldeias que ficam despidas de crianças e isso é muito mau.”; “Eu sou de opinião de que as coisas quando são bem projetadas e bem delineadas e quando se ouvem as partes (e há um consenso), é possível mudar, melhorando. Agora quando há imposição, e mais quando se trata de pessoas, educação, crianças, eu acho que o consenso devia ser mais alargado, mas

						não foi essa a opção. Daí a insatisfação. As vezes, até se pode encarar o novo modelo como melhor desde que seja suficientemente debatido e esclarecido.”
	Capacidade de resposta dos municípios	Gestão dessa capacidade por parte dos municípios (resposta positiva) 8	Aquisição da capacidade de resposta como processo progressivo	“Os municípios, nos últimos anos, sofreram uma transformação muito grande. Portanto, isto foi um processo progressivo. Isto não é coisa que se faça de um ano para o outro. Hoje em dia, os municípios já contam com alguns técnicos (licenciados em ciências da educação, psicólogos, da parte da ação social...), profissionais que ajudam, de facto, na prossecução dessas políticas. Portanto, admito que, à medida que vão sendo transferidas responsabilidades, estas devem ser acompanhadas a nível financeiro. E nem sempre isso acontece... Mas também na altura em que estamos temos de ser mais imaginativos: tentar fazer mais com menos.”	Têm capacidade de resposta educativa	“...eu penso que eles têm capacidade de resposta educativa.”
	Pontos fortes da atuação educativa municipal	Aspetos intrínsecos ao município – recursos, vontade 9	Devido à proximidade, o município conhece as necessidades dos munícipes	“...os municípios têm a facilidade de ter uma grande proximidade em relação aos munícipes e de conhecer as suas necessidades efetivas.”	Sensibilidades e prioridades dos autarcas; envolvimento da autarquia no meio escolar; colaborações	“ É preciso é que tenham uma sensibilidade que lhes permita dar essas mesmas respostas. Isto tem muito a ver com aquilo que são as prioridades dos autarcas. Se a educação for uma prioridade e se houver vontade por parte dos autarcas, penso que há também capacidade de resposta.” “Eu acho que há alguma envolvimento da autarquia no meio escolar. E há aqui colaborações que são muito importantes.”

		<p>Aspetos extrínsecos ao município</p> <p>10</p>				
	Pontos fracos	<p>Organização interna do município</p> <p>11</p>			<p>Envolvência em poucas áreas; obstáculos económicos; falta de parcerias em estágios de alguns cursos profissionais (em coordenação com a escola)</p>	<p>“Eu acho que deve haver esta maior envolvência também noutras áreas. Já na questão educativa nem mesmo nas AEC’s, não me parece. Acho que deveriam depender do Ministério da Educação e não deveriam estar ligadas à autarquia.”; “Em termos de obstáculos, citaria essencialmente os obstáculos económicos.”; “E há aqui uma outra coisa também: em estágios de determinados cursos profissionais, o município deveria ser um parceiro. A autarquia devia estar mais sensibilizada para isso e haver aqui uma maior coordenação com a escola para que, nas oficinas, nas várias atividades, a câmara pudesse ser a entidade onde os miúdos pudessem estagiar.”</p>
		<p>Recursos emanados da administração central</p> <p>12</p>	<p>Obstáculos de natureza económica aliados a problemas de cariz social</p>	<p>“Os principais obstáculos são de natureza económica. Por exemplo, o que se gasta com a rede de transportes é muito significativo... A parte financeira é fundamental. Atrás disso vem tudo. Por exemplo, a parte do desporto, a parte cultural poderiam ser melhoradas se houvesse disponibilidade financeira para isso. Na parte social, temos que ter noção de que, de facto, nos últimos anos, os problemas agravaram-se. Portanto, é provável que haja aqui problemas que, há meia dúzia de anos, não se colocavam e que agora começam a surgir e a ser sentidos de forma mais premente (há pessoas desempregadas, há miúdos cuja melhor refeição que têm é a que tomam na escola...). Há situações particulares que têm de ser alvo de preocupação. Estas situações</p>	<p>Insuficiência de verbas</p>	<p>“Embora as verbas nem sempre sejam suficientes...”</p>

				sociais refletem-se no próprio desempenho escolar das crianças. O município tem que fazer um acompanhamento mais próximo a estas situações. Os casos mais preocupantes têm de ser acompanhados.”		
Evolução da intervenção educativa municipal	Alargamento das competências educativas municipais	Consciencialização do alargamento 13			Consciência da transferência de competências para as autarquias locais	“Eu acho que há uma série de competências que têm vindo a ser transferidas para as autarquias locais.”
		Apreciação do alargamento 14	Positivo (traz melhorias educativas)	“Encaro-a de modo bastante positivo. Era necessária a efetiva intervenção do município nesta matéria.”; “Sinceramente, eu concordo. Eu acho que são notórias as melhorias educativas.”	Esse alargamento possui alguns limites	“Eu acho que é importante que o reforço de competências pode ser visto de várias formas. Há os problemas do dia a dia de organização, gestão, administração, mas também tem a parte escolar, científica, académica. E essa não deve estar na área dos municípios, não deve.”
		Vantagens do alargamento 15	Melhoria das condições de financiamento; proximidade com as pessoas	“No básico, com as cartas educativas e com a renovação da rede escolar, acho que o concelho vai ficar bem servido (até porque as escolas têm outras condições que não tinham há uns anos atrás, não é?). Portanto, melhoram as condições de financiamento. As novas tecnologias também são importantes. O município contribui, neste âmbito, para dotar as escolas de outras condições que não tinham aqui há uns anos. Eu penso que essa alteração decorrente da evolução legislativa era inevitável. Há uma proximidade, há uma pessoa que dá a cara, as pessoas sabem com quem hão de falar. Só tenho receio que não haja dinheiro suficiente e que os municípios não consigam responder. Se não forem transferidas pela administração central as respetivas contrapartidas, tenho receio de que os municípios	O alargamento de competências municipais deve ser acompanhado de adaptações e possui algumas condicionantes	“Se o reforço do poder educativo dos municípios for acompanhado das necessárias adaptações, não vejo desvantagem nenhuma. Agora, “chutar” para os municípios a responsabilidade de gerir uma escola... É ingrato quer para quem tem essa responsabilidade quer para os professores, quer para os alunos. É ingrato porque não têm a capacidade necessária para o fazer. Mas não vejo com maus olhos, porque há gabinetes no município vocacionados para isso. Agora, se têm técnicos à altura...”; “Se não for para minimizar o papel dos pais na atividade escolar, então acho positivo.”

				não consigam cumprir ou fazer o seu trabalho como se pretende. Ao nível de terreno não há problema nenhum... O único problema é a falta de acompanhamento económico. Tem que haver transferências, se não, não há hipótese nenhuma.”		
		Desvantagens do alargamento 16	Tempo necessário para que o processo evolutivo (de adaptação) decorra	“Eu acho que são processos que têm uma maturidade, uma evolução. Eu acho que, quem não tinha nada, há meia dúzia de anos atrás, não pode querer tudo de repente. O processo evolutivo leva tempo. (...) O ensino secundário para já não. Eu gostava de ver isto tratado por fases. Até ao décimo segundo ano não temos condições, para já.”	Limites ao alargamento de competências (as orientações de base devem ser nacionais)	“A escola pode muito bem enquadrar-se no meio e é bom que se enquadre, que explore, que ensine... Mas a orientação base há de ser uma coisa nacional e igual para todos. Não é cada município estar agora a definir o que é que se ensina. Aí é que eu acho que deve haver balizas, uniformidade a nível nacional.”; “Eu acho que tudo tem um limite. Se ultrapassar o limite razoável e que chegue ao ponto de substituir os encarregados de educação, claro que não deve acontecer.”
		Reação das autarquias ao alargamento 17				
		Mudanças decorrentes do alargamento 18				
	Necessidade de um ainda maior alargamento	Perceções relativamente a tal necessidade 19	Colaboração do município com a escola ao nível do ensino profissional	“Talvez os municípios possam colaborar com a escola ao nível do ensino profissional.”	Não há necessidade de maior alargamento; o eventual alargamento de competências teria de ser acompanhado de meios	“É necessário que a escola dê alimentação às crianças que precisam dela, é necessário que ocupem as crianças que necessitam das atividades. Nesta matéria, eu acho que há respostas que tinham que ser dadas por parte do município. Mas as questões escolares devem ser geridas pelo ministério da educação. Concentrar essas atividades na área do município não me parece um bom caminho.”; “Eu acho que está bem assim.”; “Também não estou a ver, para já, aqui necessidade de maior alargamento de competências. Bem... eu acho que há uma matéria em que podíamos

					<p>aprofundar as competências da câmara. Em questões sociais a câmara podia intervir mais, em colaboração com os serviços de psicologia e orientação escolar e outros serviços (aqueles casos problemáticos de comportamento; casos que depois deveriam até ser acompanhados mais pela CPCJ; a câmara deveria ter aí também alguma capacidade de intervir no sentido de resolver os problemas ou tentar resolver os problemas). São questões sociais que a câmara podia tentar resolver. Há algum tipo de intervenção que, se a câmara tivesse determinados meios, podia ajudar.”</p> <p>“Eu acho que a transferência de responsabilidades tem que ser sempre feita em função das capacidades para as executar. Se não há condições para as colocarem em prática, não podem ter responsabilidades.”; “Eu acho que tudo tem um limite. Se ultrapassar o limite razoável e que chegue ao ponto de substituir os encarregados de educação, claro que não deve acontecer. Se não for para minimizar o papel dos pais na atividade escolar, então acho positivo.”; “Na área escolar, julgo que não deveriam ter mais competências. Mas, há de facto, campos onde pode haver um reforço das competências, embora também acompanhada dos meios.”; A rede de transportes, os transportes escolares, aceito que sejam geridos pelo município. Na área dos apoios sociais também, na maior parte deles. E há aqui uma outra coisa também: em estágios de determinados cursos profissionais...”; “Claro que o município, ao estar, de certa forma, responsável pela educação no concelho também poderá ir ao encontro das necessidades da população e direccionar o ensino profissional para os setores mais carentes dessa mão de obra qualificada.” “As orientações de ensino, acho que devem ser comuns a todos (nacionais). Agora, poderá haver aspetos característicos de determinado concelho que seja necessário adaptar.”</p>	
	Operacionalização das novas competências em	Perspetiva dos atores 20			Há aspetos que não deveriam ser da competência	“Eu parece-me difícil... Para além daquelas que já tinham (logísticas, transportes, alimentação e não sei que mais) e também alguma

	matéria de educação	AEC's 21			do município	<p>administração de pessoal (pessoal auxiliar), acrescentaram, agora, as AEC's. Isso, na minha opinião, não devia ser da competência do município."</p> <p>"Música, natação e outras atividades físicas, inglês..."; "Há também oficina da ciência."; "...por causa dos professores das AEC's que manifestam uma grande dificuldade em exercer autoridade sobre os alunos."; "E os próprios professores do regular parece que têm dificuldade em aceitar os professores das AEC's como colegas, em reconhecerem-lhe, também eles, alguma autoridade. Penso que deveria haver mais coordenação entre os professores das AEC's e os professores titulares de turma, até mesmo na organização das festinhas nas escolas do primeiro ciclo. Devia haver mais reuniões entre eles. Era importante essa coordenação."; Se calhar, estas atividades deviam ser integradas nas atividades normais do agrupamento e os professores serem contratados pelo agrupamento. Provavelmente os agrupamentos até passam a ter mão de obra disponível para isso. Mas sei que nos primeiros anos das AEC's as dificuldades foram maiores."; "Eu acho que sim (que trazem realmente vantagens para as famílias), quer dizer, quando prosseguem os objetivos das AEC's, ou seja, manter o aluno de certa forma ocupado, dar-lhe mais algum conhecimento que ele não adquire nas aulas (não direi tão aprofundado como nas aulas). Permitem também aos alunos ter acesso a conhecimento diverso, como é o caso da música."; "Acho que as AEC's deviam ser menos escolarizadas e com mais criatividade."; "Nesse aspeto(relação do município com os pais/encarregados de educação no âmbito das AEC's) , parece-me que não há problemas."; "Como não é obrigatório, poderá ser mais pacífico. Dá muito jeito aos pais."</p>
	Divisão de educação	Organização (Divisão de Educação) 22				
		Continuidade das políticas educativas				

Atuação educativa no concelho de Penacova		23				
	Relevância da educação no município	Lugar ocupado pela educação no quadro global da ação da autarquia 24				
		Percentagem do orçamento dedicada à Educação 25				
		Projeto Educativo Local 26				
		Prioridades no âmbito da educação 27				
		Projetos específicos implementados neste domínio 28				
		Contrato de execução 29				
	Relação das políticas educativas da autarquia com a comunidade	Influência das políticas educativas na comunidade 30			O município contribui para estreitar as relações escola/comunidade; dinamização de atividades de cariz cultural no concelho	“É óbvio que a participação mais ativa do município na educação o relaciona mais com a escola e contribui para trazer a escola e as questões escolares para a comunidade em que está integrada. Portanto, deste modo, o município está a contribuir para estreitar as relações entre a escola e o contexto sociocultural em que está integrada.”; “Eu acho que sim. O município tem um papel fundamental, junto da comunidade estudantil, pelo menos de dar importância àquilo que é originariamente do concelho, dinamizar as atividades do concelho, todas as valências, todas as sinergias, mostrá-las às pessoas, mostrá-las aos alunos. Tudo isso tem que ser apresentado. Eles estão cá e são de cá. Primeiro aprendem a História de cá e respeitam-na para depois a poderem transmitir e melhorar. Se a tarefa é educar, todo o conhecimento tem

						que ser acessível...”; “Acho que posso aqui falar da já referida Feira de Artes e Culturas. Aquilo era uma iniciativa da Junta de Freguesia em colaboração com as escolas (aliás, com todos os professores) e com as coletividades. Agora deixou de estar no plano de atividades da escola e foi só mesmo da Junta de Freguesia.”; “Há o exemplo das Marchas Populares. A comunidade escolar convive mais estreitamente com a comunidade. Ao estarem a envolver a comunidade escolar estão a incutir nas crianças a vontade de também elas, mais tarde, fazerem parte daquilo.”; “Em termos de desporto, os jovens são estudantes e, portanto, há cooperação. Temos o caso de Figueira de Lorvão que tem uma secção de atletismo e que é um exemplo da simbiose entre as associações e a comunidade escolar, contribuindo também para o desenvolvimento local e cultural. Temos também o caso de Miro, com o futsal, que tem um envolvimento extraordinário com a comunidade escolar.”
		Reação da comunidade a essas políticas 31				

		<p>Políticas educativas e comunidade empresarial</p> <p>32</p>				
		<p>Importância do envolvimento da comunidade empresarial 33</p>				
		<p>Políticas educativas locais e desenvolvimento cultural e global da região 34</p>				
		<p>Políticas educativas e perfil dos eleitos locais 35</p>			<p>Formações e sensibilidades condicionantes</p>	<p>“Os executivos camarários são formados por pessoas. Essas pessoas têm formações e concepções específicas. Têm sensibilidades específicas... Estas sensibilidades vão condicionar indubitavelmente a importância que dão às questões educacionais e o modo como tentam solucioná-las.”</p>
		<p>Critérios que estiveram na base de seleção desses</p>				

		elementos 36				
		Política educativa e resposta às expectativas dos utentes 37				
		Relação entre poder municipal e sistema escolar 38				
		Relação entre poder municipal e poder central 39				
		Colaboração no sentido de satisfazer as necessidades dos utentes 40				
		Articulação entre poder municipal e poder central 41				
		Dificuldades na operacionalização de uma política de educação local 42				
		Problemas educativos do concelho de Penacova 43			Famílias; falta de oferta educativa e de outras atividades	<p>“Eu acho que tem mais a ver com as famílias.”;</p> <p>“O problema será mais do encarregado de educação, daquele que educa, do que das crianças. Se o pai não o prepara para ir para a escola, o filho não pode corresponder. Repare, a escola dá todas as condições possíveis aos alunos (transportes, CAF...). Claro, se eles não querem aprender ou vão para a escola descarregar as frustrações que tiveram em casa, não funcionam. Por isso, o grande problema serão os pais que ainda não tomaram consciência do que é a educação.”; “Há falta de oferta educativa em Penacova. Muitos fogem para Coimbra. Mas há falta de oferta também de outras atividades. Os miúdos vão para Coimbra para outras atividades e acabam por frequentar lá a escola também. Havia muitas atividades que era possível aqui implementar. Claro que isso tinha que ser trabalhado também com os</p>

						pais. Muita gente trabalha em Coimbra e leva os filhos para lá. Esta fuga de alunos desde o Jardim de infância tem de ser trabalhada.”
		Centro Escolar de Penacova 44				
Competências relativas à conceção e ao planeamento do sistema educativo		Participar no Conselho Geral 45				
		Participar na constituição de agrupamentos de escolas 46				
		Constituir e presidir o Conselho Municipal de Educação 47				
		Elaborar a Carta Educativa 48				
Cumprimento das	Competências relativas à construção e gestão de equipamentos e serviços	Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico 49			Gestão dos refeitórios adjudicada a uma empresa	“A maior parte refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico foi adjudicada a uma empresa.”
		Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico 50			O município vai cumprindo	
		Gerir o pessoal não docente na educação pré-escolar e no ensino básico 51			A câmara coloca os funcionários	“A câmara coloca os funcionários nos diversos estabelecimentos de ensino do agrupamento...”

atribuições consignadas na lei		Desenvolver a ação social escolar para os alunos do Ensino Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo do Ensino Básico 52			Subsídios no pré-escolar	“...foi distribuído às crianças um questionário para se candidatarem ao subsídio no pré-escolar. É atribuído em função dos rendimentos. Se a pessoa se candidatar e estiver dentro dos parâmetros que eles consideram necessários para atribuir o subsídio beneficia dele, caso contrário, isso não acontece.”
	Competências relativas ao apoio aos alunos e aos estabelecimentos:	Assegurar os transportes escolares 53			Feitos diretamente pela Câmara, pela rede de transportes públicos ou por instituições	“Alguns são feitos diretamente pela Câmara, outros pela rede de transportes públicos.”; “Há também os que são contratados com as coletividades e IPSS's.”
		Garantir o alojamento como alternativa ao transporte escolar 54				
		Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no ensino básico 55			Atividades desenvolvidas após a componente letiva	“Depois das três, as crianças estão entregues a alguém que as consegue ir “distraindo” com atividades de que elas gostam. Faz parte da aprendizagem delas. A Câmara apoia isso.”
		Participar no apoio à educação extraescolar 56			Falta de organização; falhas pontuais; colaboração	“Aí, eu penso que eles falham. Falta organização. Ainda há um grande caminho a percorrer. Falharam, por exemplo, na questão do Conservatório, quando se recusaram a conceder transporte para levar os jovens de Penacova para o Conservatório para Coimbra (e havia quarenta jovens nessa situação, o que justificava perfeitamente a deslocação).”; “Há ballet, teatro, karate... em Penacova. Mas isso não é iniciativa da autarquia, se bem que a autarquia pode proporcionar equipamentos, etc. Há um feedback entre a direção da Casa do Povo (que promove essas atividades) e o

						município. Há colaboração, no sentido de que não seja por falta do município que as coisas não funcionem. Agora, o município não é o único responsável, embora tenha que ser parte ativa.”
		Necessidade de transferência de mais competências 57				
Execução das atribuições não consignadas na lei	Competências sem obrigatoriedade legal assumidas pelo município	Iniciativa para o exercício dessas competências 58			Competências exercidas após solicitação	“Eu acho que é mais quando são solicitados... Aquilo que lhes é atribuído por lei, eles têm mesmo de fazer, naturalmente. As outras coisas têm de ser mesmo solicitadas.”; “Há coisas que fazem parte das competências e atribuições do município e eles cumprem. Não é preciso dizer-lhes que é preciso comprar isto ou aquilo ou fazer isto ou aquilo. Eles fazem. Agora, quando há problemas ou alguma questão social emergente, aí tem que ser solicitado.”;
		Financiamento de projetos 59			Financiamento de projetos; programas	“Há um período de candidatura a projetos, a escola candidata-se e depois vais beneficiar de alguma verba que lhe é atribuída. Lembro-me, por exemplo, do projeto “Escola Eletrão” que foi financiado pela Câmara e que a escola de São Pedro de Alva ganhou. O Agrupamento só não participou este ano, porque costuma participar sempre. Depois também há muitos programas. Há muitas iniciativas.”
		Outras áreas em que atuam sem obrigatoriedade 60				
		Intervenção do município em matéria de educação não formal 61			Há intervenção municipal	“Acho que eles que apoiam. Por exemplo, a Semana da Leitura, a Colónia de Férias, são iniciativas neste âmbito...”
		Cooperação com a escola em matéria de educação não formal 62				
		Relação do setor da educação com outros setores municipais 63			Cooperação com o desporto	“Em termos de desporto, os jovens são estudantes e, portanto, há cooperação. Temos o caso de Figueira de Lorvão que tem uma secção de atletismo e que é um exemplo da simbiose entre as associações e a comunidade escolar, contribuindo também para o desenvolvimento local e cultural. Temos também o caso de Miro,

						com o futsal, que tem um envolvimento extraordinário com a comunidade escolar.”
Conselho Municipal de Educação	Constituição do CME	Critérios que estiveram na base da seleção dos elementos 64			Cargos ocupados	“...Acho que sim, que está bem.”; “Os membros são nomeados de acordo com os cargos que ocupam.”
		Elementos que o constituem 65			Vários elementos	“...o Presidente da Câmara, um representante da Associação de Pais, do pessoal docente e de instituições diversificadas do concelho.”;
		Perceção dos atores sobre esta constituição 66				
	CME – agente definidor de uma política educativa local	Perceção da importância deste órgão 67			Órgão importante	“...é um órgão bastante importante, porque nele intervêm elementos provenientes dos mais variados setores da sociedade local.”
		Exemplos que espelhem a ação desenvolvida por este órgão 68				
	Competências definidas para o CME	Operacionalização dessas competências 69				“Acho que sim, que estão bem.”
		Necessidade de mais competências para o CME 70				
		Prioridades ao nível da sua atuação 71				
	Carta Educativa	Importância da Carta Educativa	Justificação dessa importância 72			Instrumento importante
						“Acho que é um instrumento importante, porque deve reger a atuação educativa no concelho. Em matéria educativa, temos lá tudo.”
Elaboração		Data de elaboração 73				
	Entidade que a elaborou 74					
		Atualização 75			Carece de atualização	“...embora precise de uma atualização urgente.”
Conselho Geral	Constituição do Conselho Geral	Critérios que estiveram na base da seleção dos elementos 76				

Participação da autarquia no Conselho Geral	Representação da autarquia no Conselho Geral 77			Vereador da educação e dois presidentes de junta	"Já tem lá o Vereador da Educação e dois presidentes de junta. Já há, de facto, aqui a oportunidade para responder a algumas questões."
	Representação dos pais/encarregados de educação 78			Três pais/encarregados de educação	"São três os pais que representam os encarregados de educação no Conselho Geral (eu e mais dois)."; "O Presidente foi castigado com o Conselho Pedagógico!E estes senhores, como têm mais experiência, ficaram com assento no Conselho Geral. Também depende muito da disponibilidade de cada um..."; "Mas foi também este entendimento: onde os pais podem ter maior participação e onde esta é mais relevante é no Conselho Pedagógico. E aí entendemos que deve estar o presidente (é que "leva e dá mais nas orelhas"). Assim tem informação em primeira mão e está mais a par das coisas."; "Na nossa comunidade, os pais não estarão muito motivados para participar e a disponibilidade também não será muita."
	Representação da comunidade 79			Três instâncias da comunidade	"A comunidade está representada por três instâncias da comunidade. Neste mandato atual, é o Centro de Saúde (representado pela Dra Isabel Espírito Santo – médica), enquanto instituição pública, o Complexo de Miro e, no setor empresarial, as Caldas de Penacova."
	Perceção dos diferentes membros sobre a participação da autarquia 80			Consciência da importância da participação da autarquia	"Quando o Dr. Humberto tomou posse, eu conversei com ele e dei-lhe alguns conselhos, nomeadamente ao nível da participação dos elementos da autarquia no Conselho Geral. Agora a Câmara corrigiu isso."
	Importância da participação da autarquia 81			Modo de satisfação dos interesses dos alunos e das famílias; intervenção na educação de maior qualidade;	"Como já referi, é muito importante. Só assim os interesses dos alunos e das famílias serão realmente satisfeitos. Se cada valência trabalhar para seu lado, isso não acontece."; "Pode haver o sentimento de a escola pensar que a autarquia se está a intrometer nos seus assuntos. No caso do nosso Conselho Geral, não tem havido esse sentimento, parece-me a mim. Aliás, desde que está lá o vereador, acaba por se lhe pedir também algum trabalho, alguma intervenção a favor da escola. Portanto, não encaram a participação da autarquia como uma interferência, mas como um parecer." "É muito importante, porque a autarquia tem que

						ser um parceiro da escola e, desta forma, tem oportunidade de o ser realmente.”; “O facto de estarem membros da autarquia no Conselho Geral faz com que fiquem mais sensíveis para determinadas coisas que, de outro modo, lhes passariam completamente à margem. Assim, é possível uma intervenção na educação de maior qualidade tal como uma mais eficaz correção dos aspetos que não funcionam bem.”; “O facto de, no Conselho Geral, estar representado quem realmente lida com a educação terá sido uma evolução positiva.”
	Atuação do Conselho Geral	Áreas de intervenção 82				
		Contribuição do Conselho Geral para uma política de educação local 83			Coordenação entre pais, autarquia e comunidade em geral	“Há coisas em que, de facto, ajuda... Por exemplo, na coordenação entre pais, autarquia e agrupamento e até com a comunidade local. É um órgão em que vale a pena investir, dar mais atenção e dar mais competência, enfim, dar maior participação.”
Relação da autarquia com as escolas e comunidade educativa	Atuação de cada um dos elementos deste triângulo	Natureza desta relação 84			O município é colaborador e não apenas recurso financeiro	“Não, não é só isso (um recurso financeiro do agrupamento) nem pode ser. É também colaborador.”; “Cada vez mais é um colaborador.”; “Eu creio que há aqui alguma descoordenação. A câmara anda um bocado ao lado. A câmara tem iniciativas, quer mostrar trabalho, mas deveria fazê-lo em articulação com os professores, com a escola. Eu acho que, às vezes, há algumas atividades que são pouco coordenadas com os destinatários, que seriam a escola e os professores.”; “É uma relação saudável, salutar... Claro que a autarquia nem sempre pode dar tudo o que o Agrupamento solicita, porque não tem só o setor da educação.”
		Exemplos concretos desta relação 85			Feira das profissões; Serafim	“Por exemplo, a Associação de Pais promoveu uma Feira das Profissões com a colaboração do município que, em momento algum, disse que não. Tudo o que era possível fazer, por eles nunca deixou de acontecer.”; “Sim, a autarquia procura-nos. Ainda ontem mandei um email de um pai que remeteu o email para a Associação. Os alunos da EB1 não participaram nas atividades organizadas pela autarquia no Dia da

						Criança. Eu remeti o email para o Engenheiro Ernesto da Educação e também, depois, falei com o professor Sérgio Godinho. Ele explicou que isto só aconteceu porque os professores o decidiram.”;“Por exemplo, nós tivemos cá o Serafim, o contador de histórias (uma iniciativa da Associação de Pais), e houve coordenação total com a câmara, na disponibilização de meios, etc., no sentido de permitir que os alunos de todo o Agrupamento (exceto os da escola do Seixo, que não veio por opção) viessem. Houve uma preocupação de as coisas resultarem bem.”;
	Relação estabelecida entre autarquia e agrupamento de escolas	Natureza desta relação 86				
		Recetividade do município 87			Vontade de resolver problemas	“Há vontade de resolver problemas, mas também tenho de admitir que não chega só haver vontade para resolver problemas. Eles têm que ser efetivamente resolvidos. É uma questão de prioridades. Às vezes, as prioridades...”
		Recetividade da escola/associação de pais 88			Existe colaboração	“Sim, eu acho que sim. Do que conheço, tem havido sempre colaboração.”
		Canais de comunicação utilizados 89			Email, contacto pessoal, telefone	“Email, contacto pessoal, telefone...”; “É fácil. Os canais são fáceis de aceder...”
		Colaboração solicitada pelo município 90				
		Colaboração solicitada pelo agrupamento/associação de pais 91			A colaboração solicitada pela associação de pais ao município nem sempre é efetiva	“A reação que eu tenho tido dos pais que me abordam é no sentido de que não, que o município tem sido muito desastrado a tratar estes assuntos tão peculiares e tão importantes, que são os assuntos da educação dos filhos. Mas também temos que aceitar que nós queremos as coisas o mais perto possível de nós. Claro que isto (essas responsabilidades todas) ao cair tudo em cima do município vai dificultar muitas coisas.”; “Claro que, entre os serviços, não há a coordenação desejável. A piscina abre às quatro, as crianças vêm a pé, a alimentação, a dispensa de funcionários. É uma quantidade tão grande de alterações que,

						noutros sítios até pode funcionar e aqui há uma dificuldade em aceitar tudo isso. É uma mudança radical. Mas, aos poucos, as pessoas vão-se mentalizando, vão aceitando. As coisas vão-se diluindo no tempo e as pessoas vão-se habituando.”; “Os pais querem estar descansados em casa! É mesmo assim! Querem que os filhos não estejam sozinhos, que tenham um professor sempre, que estejam ocupados o tempo que estão na escola. Era necessária uma maior intervenção dos pais na escola. Eles querem que a escola e a autarquia assumam tarefas que lhes competem a eles.”; “E querem transportes que lhes permitam essa situação.”
	Mega-agrupamento de escolas de Penacova - nova realidade educativa	Principais alterações 92				
		Perceção dos atores sobre esta questão 93			Manifestamente contra	“Eu estive contra e pronunciei-me contra. Fui à DREC e escrevi e fui chamado à responsabilidade da Diretora Regional de Educação que me ameaçou com a justiça. Mas estou manifestamente contra, sem qualquer dúvida.”; “Isso foi uma decisão tomada nos gabinetes...”
		Colaboração escola/município nos novos moldes 94			Maiores responsabilidades para a autarquia; as preocupações aumentam e há prejuízo para o desempenho, embora possa haver aspetos positivos	“Esta situação traz maiores responsabilidades para a autarquia. São mais problemas para resolver e para resolver todos em conjunto. É uma multiplicação de uma série de problemas, por exemplo, ao nível dos transportes, da gestão de pessoal docente... Quando havia duas direções nas duas escolas, colaboravam as duas e a carga era menos pesada para o lado da câmara.”; “Terá aspetos positivos, mas as preocupações aumentam e com prejuízo para o desempenho.”; “Eram duas entidades a colaborar e agora é só uma. Vai ser muito complicado para a câmara e para o agrupamento.”
		Reforço/atenuação da política educativa local 95			Reforço da política educativa local	“Sem dúvida, é uma forma de a reforçar, porque exige muito mais desempenho e esforço por parte da autarquia. Exige também uma maior necessidade por parte da autarquia em apetrechar o espaço ou a zona onde estão instalados, com vista à supressão das

						necessidades educativas do agrupamento. A dispersão de meios combate-se desta forma.”; “Isso tem que ser avaliado caso a caso.”	
		Vantagens 96			Uniformização do ensino e economia de meios	“A uniformizaçãodo ensino em determinado espaço poderá ser melhor conseguida se houver uma fusão. A economia de meios também.”	
		Dificuldades levantadas 97			Sobreposição da lógica economicista sobre outras questões importantes	“A lógica economicista que lhes subjaz faz com que sejam esquecidas questões de pormenor bastante importantes para o bom funcionamento das escolas.”	
Prospeção do cenário educativo no futuro	Atuação educativa municipal no futuro	Aspetos marcantes da realidade educativa penacovense 98			Desertificação do concelho	“Penso que a tendência será a desertificação do concelho...”	
		Colaboração autarquia/escola 99					
		Possibilidade de contratação de pessoal docente 100					
		Resultados esperados com a concretização das políticas educativas 101		“Esperamos poder contribuir cada vez mais para o desenvolvimento do concelho em matéria de educação.”; “Genericamente, é um “chavão político”, mas eu diria que gostaria de poder contribuir para que este território fosse um território mais competitivo (para quem cá vive, para quem cá trabalha, para quem cá estuda, para quem cá vem). Obviamente que as políticas de educação contribuirão, pelo menos a médio prazo, para que isso possa acontecer.”	Oferta educativa constante, consolidada e atrativa; permanência dos alunos em Penacova; envolvimento de todos os elementos da comunidade educativa; combate ao abandono escolar; realização dos jovens na escola e ingresso positivo no mercado de trabalho	“Espero que seja uma realidade que, cada vez mais, o agrupamento tenha a possibilidade de fazer uma oferta educativa constante, consolidada e atrativa, que os alunos permaneçam cá e que todos colaborem nesse sentido. Se possível, que a oferta educativa seja especializada, porque isso é um fator que pode pesar muito na altura da escolha.”; “E que, com um só agrupamento ou mais, que haja constituição, efetivamente de uma comunidade educativa, onde também se envolvam autarquia, coletividades e associações.”; “Um dos objetivos também é que se combata cada vez mais o abandono escolar, que os jovens encarem o ensino como uma das mais importantes ferramentas para ingressarem num local de trabalho. E que eles, de facto, se realizem na escola para conseguirem encontrar o caminho deles (seja aqui, seja noutra país qualquer).”; “Eu gostava que aqui em Penacova	

						acontecasse um pouco o que acontece com a Universidade de Coimbra: quem estuda nesta universidade tem orgulho de o ter feito. Eu gostava que os jovens se orgulhassem de estudar em Penacova.”
--	--	--	--	--	--	--

PENSAR	Caracterização da PENSAR	Data da fundação	1997	“A PENSAR foi criada em 9 de julho de 1997, funcionando até à atualidade.”
		102		
		Tipo de associação	Associação sem fins lucrativos	“A PENSAR é uma associação sem fins lucrativos e de utilidade pública (o ano passado conseguimos a utilidade pública) que tem como objetivo principal o desenvolvimento do concelho nalgumas áreas, nomeadamente na área empresarial.”
103				
Objetivos da sua criação	Contribuir para o desenvolvimento de Penacova; Apoiar as empresas	“Contribuir para o desenvolvimento de Penacova.”; “ Na altura, quando foi criada, foi a pensar exatamente na área empresarial. O objetivo era apoiar as empresas que se quisessem instalar, fazer projetos de investimento, dar apoio.”		
104				

		<p>Evolução</p> <p>105</p>	<p>Da área empresarial, estendeu-se à área florestal; depois, foi criada uma empresa de inserção</p>	<p>“Nos primeiros anos, a PENSAR começou por estar em Penacova (no Bloco da Eirinha). Depois, passou para a Espinheira. Depois, foi-se abrindo a outras áreas, nomeadamente, em 2002, houve a hipótese de ficar com uma brigada na área florestal (essa situação colocou-se porque havia uma associação a cobrir a zona de Penacova a esse nível e que funcionava muito mal). Foi a primeira brigada de sapadores. Até porque Penacova é um concelho essencialmente florestal. Entretanto, criámos uma empresa de inserção. Achámos que Penacova precisava disso e que havia condições para trabalhar nessa área. A PENSAR VERDE, que hoje está já uma “empresa madura”, foi um projeto que fizemos ao Instituto de Emprego e que visava essencialmente integrar pessoas com problemas de desemprego de longa duração e com problemas de integração social. O Centro de Emprego foi apoiando este projeto. Nós tivemos alguns problemas, no início, mas depois fomos melhorando. Quando chegou ao fim do projeto, contrariamente ao que sucedeu com a maior parte das empresas de associação, que acabaram quase todas, a nossa continuou e hoje em dia tem um mercado de trabalho. Estamos a prestar serviço na mesma, mas sem subsídio.”</p>
--	--	----------------------------	--	--

		Constituição 106	Direção (presidente, secretário geral, tesoureiro), conselho fiscal, assembleia, sócios	“Pelo presidente, que sou eu. Depois é o Humberto (Presidente da Câmara) que é secretário-geral e é o Carlos Sousa que é tesoureiro. Portanto, é a direção, o conselho fiscal e a assembleia. Depois tem sócios.”
		Áreas em que atua 107	Áreas florestal, empresarial e da inserção social	“Essencialmente nas áreas florestal, empresarial e da inserção social.”
A PENSAR e a educação	Ações promovidas no que diz respeito à educação 108	Formação profissional; cursos destinados a pessoas desempregadas; RVCC	“A formação profissional: cursos de pequena duração dirigidos a ativos. Fizemos cursos muito diferentes desde a área da informática às línguas (espanhol, inglês...). Depois vimos quais eram as necessidades maiores ao nível do concelho. Verificámos que tínhamos ali muitas oficinas e tivemos cursos de formação também nessa área. A parte de mecânica correu muito bem. Vimos quais eram as necessidades das oficinas e dos profissionais que aí trabalham e criámos cursos que tiveram sempre muita procura. Trata-se de cursos destinados a pessoas ativas que não tiveram oportunidade de formação. Depois, fizemos uma série de cursos destinados a pessoas desempregadas e a	

				<p>peessoas que quisessem concluir ciclos de formação e, pela primeira vez, em 2008, fizemos um curso que deu equivalência escolar (RVCC). Neste momento, não temos.”</p>
		<p>Público abrangido</p> <p>109</p>	<p>Pessoas desempregadas</p>	<p>“Pessoas desempregadas.”</p>
		<p>Objetivos da sua atuação</p> <p>110</p>	<p>Oferecer qualificações para posterior inserção social</p>	<p>“Dar-lhes qualificações para uma posterior inserção social.”</p>
		<p>Complemento da tarefa educativa da escola</p> <p>111</p>	<p>Atuação com uma população diferente da escolar</p>	<p>“Não... Só houve ali dois ou três formandos que saíram da escola e vieram concluir a sua formação. Isto porque já reuniam os requisitos para ingressar nesses cursos. Nós atuamos com uma população diferente da população escolar.”</p>

		<p>Evolução da atuação da PENSAR em termos educativos</p> <p>112</p>	<p>Dos cursos de formação profissional passaram a cursos com equivalência escolar</p>	<p>“Sim, começámos com a formação profissional e, posteriormente, passámos a promover cursos com equivalência escolar.”</p>
	Relação da PENSAR com o município	<p>Articulação do município com a PENSAR em termos educativos</p> <p>113</p>	<p>A nível educativo – divulgação</p> <p>A nível empresarial: apoio económico</p>	<p>“Em termos educativos, não há uma ligação muito forte. Há mais na empresarial, mais propriamente na parte económica. Na parte educativa, é mais apoiar a divulgação.”</p>
		<p>Colaboração do município com a PENSAR</p> <p>114</p>	<p>Apoio à divulgação</p>	<p>“O apoio à divulgação. Por vezes, a própria autarquia, sabendo o curso que está a ser desenvolvido, encaminha para lá as pessoas. A colaboração é apenas a esse nível.”</p>
	Relação com a comunidade	<p>Contribuição da PENSAR para o desenvolvimento local</p> <p>115</p>	<p>Cursos que se relacionam com aspetos locais; divulgação dos aspetos positivos do concelho</p>	<p>“Eu acho que sim, porque já deu mostras disso, nomeadamente, e ao nível da educação, já fizemos cursos em áreas interessantes a nível de desenvolvimento (por exemplo, a doçaria conventual, que é uma área estratégica para o município). Divulgamos o lado bom das coisas que o concelho tem. Outro objetivo que tínhamos era criar uma pequena loja com artigos artesanais e típicos de Penacova.</p>

				<p>Ainda não conseguimos, mas estamos a tratar disso. A nossa ideia era criar uma loja onde tivéssemos o nosso artesanato, a nossa doçaria, as nossas coisas... e que as quiséssemos mostrar aos turistas. É uma das ideias que temos... Também temos ideia de criar uma pequena quinta pedagógica, onde tivéssemos produção própria (plantas aromáticas, animais...). Neste momento, em Penacova não há essa resposta e era um projeto que nós queríamos desenvolver. A agricultura, nesta altura, pode ser um pilar, até para algumas pessoas que ficaram sem emprego. Era um projeto interessante de agricultura biológica, aí sim, ligado à escola e às pessoas... Tem todo o cabimento fazer-se... Penacova tem terrenos que poderiam ser agricultados... Os meninos das escolas poderão ir ver como é que se faz, como é que se produz. Se calhar eles próprios fazerem e, passados uns tempos, irem ver o resultado. Acho que era interessantíssimo.”</p>
		<p>Articulação com a comunidade</p> <p>116</p>	<p>Articulação feita naturalmente (as pessoas procuram a PENSAR e a PENSAR faz a divulgação das suas ações)</p>	<p>“Esta articulação faz-se naturalmente. A PENSAR já tem uma série de anos no terreno. As próprias pessoas é que começam a ver quais são as nossas valências e procuram-nos. Temos o nosso site, fazemos uns <i>mailings</i> e mandamos umas cartas para casa das pessoas. Quando há formação, fazemos a divulgação. Temos um gabinete</p>

				<p>aberto que está recetivo às sugestões. Acho que essa interligação existe. Pode ser melhorada, mas as pessoas já sabem que existem esta instituição e procuram-na. As pessoas já sabem o que nós fazemos.”; “Sim, tanto é recetiva que há imensa gente que nos procura.”; “Há sempre coisas que poderiam ser feitas. Mas, como já referi, a nossa ideia de criar uma loja com produtos artesanais parece-me uma forma de promover o concelho e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento local.”</p>
--	--	--	--	---